

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O Sindicato e a Usina: redefinindo relações

**Um estudo sobre as repercussões das lutas sociais dos
canavieiros no município de Sapé (1984-1994)**

ORLANDIL DE LIMA MOREIRA

ORLANDIL DE LIMA MOREIRA

O Sindicato e a Usina: redefinindo relações
Um estudo sobre as repercussões das lutas sociais dos
canavieiros no município de Sapé (1984-1994)

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Sociologia da Universidade Federal da
Paraíba, Campus II, em cumprimento às
exigências para obtenção do Grau de Mestre.*

Área de Concentração: Sociologia Rural

Orientadora: Dra. Regina Célia Reyes Novaes

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ORLANDIL DE LIMA MOREIRA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____ / ____ 1996.

Dra. REGINA CÉLIA REYES NOVAES
Orientadora

Dra. GHISLAINE DUQUÉ
Componente da Banca

Dr. ALDER JÚLIO FERREIRA CALADO
Componente da Banca

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

DEDICO ESTE TRABALHO

Aos trabalhadores rurais que ao longo da história brasileira, foram tratados como não-cidadãos, especialmente os canavieiros do município de Sapé.

É a gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor
A gente quer calor no coração
A gente quer suar mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade

É a gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está com a bunda exposta na janela
Pra passar a mão nela

É a gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser UM CIDADÃO.

Gonzaguinha

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de apresentar nossos agradecimentos, aqueles que de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Foram muitas as pessoas que me incentivaram a realizá-lo. Sendo assim, seria impossível mencionar todas as pessoas que estiveram presentes nessa trajetória. Vamos apenas destacar algumas que contribuíram de forma mais direta.

A Regina Novaes, pelo seu apoio e orientação, nossos agradecimentos.

Aos professores do Mestrado, que ao longo desse período deram sua valiosa contribuição, possibilitando discussões fundamentais para nossa formação acadêmica, nossos agradecimentos.

Não poderíamos deixar de fazer referência a Joãozinho e Vera. Sempre que precisamos de sua colaboração fomos atendidos de forma muito agradável.

Nossos agradecimentos ao Serviço de Educação Popular - SEDUP, pelo acesso que tivemos ao material de seu arquivo sobre as lutas dos canavieiros na Paraíba. Foi através dessa instituição que tivemos a oportunidade de conhecer "in loco" as lutas dos canavieiros na região em estudo. A todos os membros e educadores do SEDUP, nossos agradecimentos.

Aos trabalhadores canavieiros e dirigentes sindicais, com os quais tivemos diversas oportunidades de discutir sobre a problemática canavieira, nos possibilitando um entendimento dos problemas e desafios enfrentados por essa categoria de trabalhadores rurais, nossos agradecimentos.

A nível pessoal, gostaríamos de agradecer a Xangai, Lola, Silva e Marlene, pelo incentivo que deram para que terminássemos este trabalho.

Ao CNPq, que nos auxiliou com uma bolsa de estudo no período em que

Por fim, nossos agradecimentos a Luis Carlos pela transcrição das entrevistas e a Kennedy pela revisão do texto.

A Todos que de alguma forma colaboraram com este trabalho, nossos agradecimentos.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO I

AS LUTAS SINDICAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES

1. A retomada das lutas.....	12
2. A disputa pelo sindicato.....	24
3. A violência cotidiana contra os trabalhadores.....	33
4. A luta pelos direitos e as ações na justiça.....	40

CAPÍTULO II

A CRISE CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE SAPÉ

1. A cana-de-açúcar no município de Sapé.....	51
2. Crise canavieira ou reestruturação.....	57
3. Instala-se a crise na usina Santa Helena.....	65
4. A usina Santa Helena fecha suas portas.....	73

CAPÍTULO III

SEGMENTOS SOCIAIS LOCAIS E LUTAS DOS CANAVIEIROS

1. Significado e repercussão entre os diferentes segmentos sociais.. 81
2. A presença dos mediadores nas lutas dos canavieiros..... 94
3. Lutas sindicais e participação política dos trabalhadores..... 105

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 115

BIBLIOGRAFIA..... 121

ANEXOS.....

R E S U M O

Esta pesquisa tem como objeto de análise as lutas sociais dos canavieiros no município de Sapé-Pb. Neste trabalho buscou-se compreender o alcance dessas lutas em direção à redefinição de relações sociais no interior do município, de forma a repercutir no contexto das relações de poder engendradas na sociedade local.

Dentro desse quadro, apresentamos a retomada do movimento reivindicativo iniciado no final da década de 70, como de fundamental importância para o alargamento das conquistas trabalhistas e a quebra de relações de dominação nas várias esferas sociais.

A partir da visão de segmentos do "Poder local", buscou-se compreender as práticas sociais e políticas dos canavieiros, procurando ver de que forma esses trabalhadores, que antes viviam sob a dominação personalizada dos senhores de engenhos e usineiros desenvolveram lutas por "direitos" e conquistaram um espaço no cenário dos movimentos sociais e na cena política local.

As ações de cunho trabalhista ao mesmo tempo que representaram a conquista por "direitos" levaram também à ampliação de espaço no cenário político local. A prática social desse "novo ator social": os canavieiros, juntamente com as ações dos mediadores significou para segmentos do "poder local" a fragilização de uma prática tradicional - de relações de trabalho e na política local. Se essas iniciativas ainda são frágeis, apontam entretanto para um novo momento no qual esse "novo ator social" vai se constituindo enquanto sujeito, e sem dúvida aponta para uma molecular modificação no tecido social

A pesquisa teve como referência a discussão existente em torno da não-cidadania dos trabalhadores rurais e sua busca pela participação política na sociedade local, com o objetivo de assegurar o exercício de sua cidadania e a democratização da sociedade.

R É S U M É

Le but de ce travail est l'analyse des luttes sociales des hommes qui travaillent avec la canne-à-sucre à Sapé - État du Paraíba. On a cherché comprendre la portée de ces luttes vers la redéfinition de rapports sociaux à l'intérieur de la ville et leurs réflets dans les rapports de pouvoir.

Dans cette réalité, on présente la reprise du mouvement de revendications, qui a commencé à la fin des années 80, comme l'un des plus importants pour l'élargissement des conquêtes des travailleurs et la rupture de rapports de domination dans plusieurs échelles sociales.

À partir de la connaissance des rapports du "pouvoir local", on a cherché comprendre les pratiques sociales et politiques des ouvriers de la canne-à-sucre, c'est-à-dire, comment ceux qui vivaient sous le domaine des "Senhores de Engenho" et des "Usineiros" ont développé des luttes sociales, défendu leurs "droits" et conquis un espace social et politique.

Les actions juridiques des ouvriers, de même que ont représenté la conquête par "droits", conduit à l'élargissement d'espace politique "local". La pratique sociale de ce "nouvel acteur social": les ouvriers de la canne-à-sucre au même temps que les actions des "mediadores" ont signifié pour des segments du "pouvoir local" l'affaiblissement d'une pratique traditionnelle de rapports de travail, voire la "politique local".

En dépit de ce début timide, on voit déjà un nouveau moment dans lequel ce "nouvel acteur" social devient peu à peu sujet, ce qui indique un changement dans le "tissu social local".

Ce travail ont utilisé como référence la discussion à propos de la non-citoyenneté des travailleurs ruraux et son recherche vers une participation politique dans la société local, visant assurer l'exercice de leur citoyenneté et la

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão sobre os movimentos sociais tem se ampliado no debate político, nos vários espaços sociais, acadêmicos ou não. A presença dos movimentos sociais enquanto um "potencial político inovador", com capacidade de influenciar o perfil político da sociedade brasileira, tem sido evidenciada, nos vários debates e estudos acadêmicos nos últimos anos¹. Nesse sentido, as reivindicações dos diversos movimentos sociais ao longo dessas duas décadas têm sido incorporadas às estratégias políticas dos governantes, o que tem contribuído para o alargamento da democracia no Brasil. Dentro desse contexto, a questão da cidadania coloca-se como elemento fundamental para consolidação desse processo democrático em curso.

A questão da cidadania constitui-se em conteúdo da luta dos trabalhadores no Brasil, em seus vários momentos históricos. No campo, a discussão sobre essa questão tem se centrado em torno da exclusão política dos trabalhadores rurais. Essa tem sido, ao longo do tempo, em vários espaços e situação, a luta dos trabalhadores rurais. A não-cidadania os tem colocado fora do "pacto político" e no isolamento de suas lutas. Nesse sentido, a presença dos mediadores tem contribuído significativamente para o seu reconhecimento político.² Para Grzybowski(1987, 55-60), em virtude das lutas sociais no campo estarem diretamente ligadas às relações sociais de produção e representarem

¹ Os estudos que enfocam essa temática procurando destacar o significado dos movimentos sociais e sua contribuição para o processo de democratização no Brasil são representativos os seguintes: Evers Tilman. *Identities: a face oculta dos novos movimentos sociais*, 1984; Duhan, "Movimentos sociais: a construção da cidadania, 1984; J.A. Moisés. *Classes*

formas de lutas de classe, a discussão sobre essa problemática tem sido mais sobre a importância dos trabalhadores rurais adquirirem consciência de cidadão e de seus direitos.

A categoria cidadania, ao longo do tempo tem se apresentado com vários sentidos, a depender do processo de mudança e transformação da sociedade. A abordagem clássica está relacionada à questão dos direitos naturais do homem: liberdade, propriedade e igualdade perante a lei. Esta é a visão que historicamente tem prevalecido. De acordo com essa concepção, o Estado tem um papel fundamental, na medida em que é o interlocutor oficial da sociedade. O Estado é quem tem o papel de regulamentar os direitos do cidadão. A depender da situação histórica, poderá ampliar ou restringir tais direitos. A cidadania, de acordo com essa visão, não representa uma conquista da sociedade civil, mas uma competência do Estado.³

A compreensão de cidadania utilizada nesse estudo está referendada pela visão de Gohn (1992, II -21), quando utiliza o conceito de "cidadania coletiva". Para essa autora,

"a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo de experiências engendradas... A cidadania coletiva se constrói no cotidiano, através do processo de identidade política-cultural que as lutas cotidianas geram".

Dentro desse contexto, coloca-se a luta dos assalariados da cana por "direitos". Os canavieiros, a partir de sua organização, ingressaram num processo de mobilização em busca da construção de sua cidadania. As lutas trabalhistas desenvolvidas a partir de 1980, apresentaram-se como mais um componente dentro desse contexto. Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção da

cidadania dos assalariados da cana é resultado de suas lutas sociais e experiências políticas engendradas ao longo dos anos, através de suas variadas formas de mobilizações.

A luta dos trabalhadores canavieiros da Paraíba tem uma longa tradição. Historicamente, tem se caracterizado por avanços e recuos, a depender dos processos de transformação ocorridos nessas áreas e do nível de organização e mobilização dos trabalhadores. Na década de 70, rompendo com a dominação política implantada pelo regime militar, assiste-se a emergência dos movimentos sociais na cidade e no campo, resultado do processo de luta pela democracia que vinha ocorrendo na sociedade brasileira como um todo, marcado pela presença de novos atores sociais e políticos.⁴

As lutas dos canavieiros emergem dentro desse contexto social e político da conjuntura brasileira. Nesse momento, a sociedade civil, através de suas organizações, apresenta à sociedade novas demandas sociais e políticas, ao mesmo tempo que se fortalece enquanto interlocutora do processo de democratização em curso. É no final da década de 70 e início de 80 que os canavieiros retomam sua organização e encetam lutas sociais por direitos. No primeiro momento, desenvolvendo Campanhas Trabalhistas e, em seguida, as Campanhas Salariais. A partir daí, a organização e mobilização desses trabalhadores intensificam-se, possibilitando-lhes reinserir-se na cena política dos movimentos sociais do país, conquistando assim visibilidade social para suas lutas e seu reconhecimento político.

Nessa época, a agroindústria canavieira vivenciava um acelerado processo de concentração e acumulação de capital, possibilitado principalmente pelas benesses do Estado. O Proalcool, iniciado em 1975, foi o principal

responsável por esse crescimento. Com a implantação desse programa, as áreas canavieiras passaram por mudanças nas relações sociais de trabalho, tendo como aspecto central a consolidação do mercado de trabalho assalariado no campo. Tais mudanças exigiram do movimento sindical novas formas de lutas e organização e novos conteúdos para suas reivindicações.

As Campanhas Salariais apresentaram-se nesse momento como um instrumento fundamental para reivindicar direitos elementares em uma relação de trabalho assalariado, pois não existia, nessa época, uma regulamentação das relações de trabalho. Os trabalhadores viviam a mercê dos empresários do setor, que por sua vez manipulavam a Legislação Trabalhista. A partir dessa disputa por direitos, os assalariados da cana conquistam sua primeira Contratação Coletiva de Trabalho, ao mesmo tempo que constroem uma identidade política e de classe no interior dos movimentos sociais e na sociedade como um todo.

Dentro desse quadro de conflitos sociais e trabalhistas entre plantadores de cana, usineiros, Estado e assalariados da cana, nos interessou perceber qual o alcance dessas lutas para o surgimento de novas relações sociais. Ou seja, nosso objetivo nesse estudo é buscar compreender de que forma essas lutas contribuíram para o deslocamento ou redefinição de relações de poder na sociedade local.

Para realizar tal análise lançamos mão da noção de "poder local". Como "poder local", estamos entendendo uma rede de relações sociais de poder que se constrói e se estabelece na sociedade local. Esta perspectiva de entendimento do "poder local" está baseada na idéia de Fischer (1994), que propõe uma análise do "poder local" a partir de duas idéias complementares por um lado e antagônicas por outro. O local como espaço delimitado: município, região, etc. A outra idéia contém um sentido mais abstrato e de relações sociais que indicam

Curitiba

movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns. Em nosso trabalho, privilegiamos o segundo aspecto. Dessa forma, entendemos o “poder local” enquanto uma rede de relações sociais, onde ocorrem alianças e confrontos entre os distintos atores sociais, dentro de um espaço delimitado, onde se constróem identidades e práticas específicas. Nessa relação de forças, há dominação, mas também há margem de liberdade e possibilidades de ação.

O OBJETO DE ESTUDO: MOTIVAÇÕES E DEFINIÇÃO

A partir do trabalho desenvolvido junto ao movimento sindical dos trabalhadores rurais na Paraíba, em especial na região do brejo paraibano, tivemos a oportunidade de conhecer as lutas dos assalariados da cana. Esse contato direto com tais lutas só foi possível pelo vínculo de trabalho junto ao SEDUP -Serviço de Educação Popular e no Departamento Rural da CUT - PB., na década de 80.

Durante esse período, participamos de diversas iniciativas (seminários, encontros, cursos, etc.) em torno da questão canavieira na Paraíba e a nível de Nordeste. Assim, pudemos acompanhar o debate sobre a problemática dos canavieiros. A discussão sobre o alcance das Campanhas Salariais, as estratégias dos trabalhadores para garantir a efetivação das conquistas legais e os expedientes patronais com o objetivo de manipular a legislação são algumas das questões destacadas nesses eventos.

Além do trabalho de assessoria junto ao movimento dos canavieiros, trabalhamos também numa pesquisa sobre as condições de vida e trabalho dos canavieiros no brejo paraibano. Nessa ocasião tivemos condições de conhecer de perto as condições sócio-econômicas e organizativas desses trabalhadores.

O contato com o movimento dos canavieiros nesses vários momentos, participando das ações organizativas e mobilizações, nos possibilitou um certo conhecimento da problemática canavieira, sendo, portanto, o ponto inicial para a construção do nosso objeto de estudo. Nesse sentido, compartilhamos da visão de Weber, ao afirmar que os valores culturais, as idéias de valor são elementos importantes para a definição de um objeto de estudo.

Vários trabalhos já foram realizados enfocando a temática das lutas sociais dos canavieiros na Paraíba.⁵ Os trabalhos até então realizados enfocaram as lutas e suas repercussões do ponto de vista dos sujeitos da ação. Ou seja, como os trabalhadores percebem suas lutas e quais as conseqüências para a melhoria das condições de trabalho e vida da categoria.

Pensando que esse enfoque já estava bastante explorado, tivemos a preocupação de pensar as lutas sociais dos canavieiros de outro ângulo, ou seja, do ponto de vista daqueles sujeitos que estão de fora da ação: os segmentos sociais que compõem o "poder local".

Observando o desenrolar das lutas dos canavieiros, percebemos que sua emergência na cena pública, através dos movimentos sociais, traz algumas modificações no cenário político da sociedade local. Os canavieiros, que antes vivenciavam relações de dominação nas várias esferas sociais, passam a participar também da cena política do município. Partindo dessa observação, nos interessou compreender como os segmentos sociais que compõem o "poder local"

percebem as lutas sociais desses trabalhadores em torno dos direitos e, conseqüentemente, a ampliação de sua participação na esfera da política.

O trabalho tem como objetivo central a análise das repercussões causadas pelas lutas dos canavieiros no município de Sapé. Como os grupos e segmentos sociais dominantes analisam a participação dos canavieiros nas lutas sociais, haja vista que tais lutas têm possibilitado, além das conquistas de direitos trabalhistas e sociais, o aumento da participação política desses trabalhadores.

A partir dessa perspectiva, elencamos algumas questões que nos possibilitaria compreender o significado de tais lutas na sociedade: que significado tem a emergência do movimento dos canavieiros, no cenário político da sociedade local, para o reconhecimento desses trabalhadores enquanto cidadãos? Quais as repercussões políticas das lutas dos canavieiros na estrutura do poder local? O que representou, efetivamente, essa prática social na construção da legitimidade dos direitos e no arrefecimento dos instrumentos de dominação?

CAMINHOS DA PESQUISA

Para realização desse estudo, utilizamos várias fontes de informações. No primeiro momento da pesquisa, centramo-nos na revisão bibliográfica, dando ênfase à literatura referente à questão dos movimentos sociais e de cidadania, particularmente em relação aos atores sociais do campo. Em seguida, partimos para uma leitura de trabalhos que tratam da crise e

arquivos de Ong's que atuam junto aos movimentos sociais rurais. Agimos deste modo, com o objetivo de elaborarmos o resgate histórico das lutas dos canavieiros na região em estudo. No segundo momento, partimos para a pesquisa de campo. O primeiro contato nosso foi com os dirigentes sindicais do sindicato dos trabalhadores rurais do município, o que nos possibilitou a realização de entrevistas e o acesso a um pequeno arquivo do sindicato, formado basicamente por notícias veiculadas pela imprensa, sobre os fatos e mobilizações ocorridas no município e na região.

Em seguida, partimos para contactar com os políticos locais. A partir de um contato que fizemos com uma funcionária da Câmara dos vereadores, conhecemos um vereador que nos apresentou a outros vereadores e, a partir daí, realizamos uma série de entrevistas. Esse primeiro encontro com os parlamentares, especialmente com a presidenta da Câmara municipal, nos foi indicando outros políticos do município, com os quais realizamos entrevistas. O passo seguinte, foi contactar com outros segmentos sociais que também fazem parte da rede de relações de poder do município. Já tendo conversado com várias pessoas, foram possíveis outros contatos, através da colaboração de amigos que nos apresentaram a alguns proprietários rurais do município.

Apesar do amplo contato que fizemos, não foi possível realizarmos entrevistas com todas as pessoas. Alguns não se dispuseram, apenas conversamos sem a permissão de gravarmos a conversa. Por fim, para ampliarmos um pouco mais nossas informações, aplicamos questionários com pessoas ligadas aos vários segmentos sociais: funcionários públicos, bancários, estudantes, comerciantes, pequenos proprietários rurais e membros de movimentos religiosos.

A pesquisa teve como espaço de investigação o município de Sapé-PB., caracterizando-se, portanto, como um estudo de caso. A escolha desse município foi motivada por quatro elementos que destacaremos a seguir:

1. O município de Sapé tem uma tradição no cultivo da cultura canavieira e historicamente tem se destacado nos momentos de lutas e mobilizações dos canavieiros, desde o período pré-64, com as Ligas Camponesas.

2. O sindicato dos trabalhadores rurais, nos últimos anos, tem se destacado pelo trabalho que desenvolve em torno das conquistas por direitos, sendo o momento das Campanhas Salariais o período de maior mobilização.

3. A presença da Igreja Católica também foi um aspecto importante que influenciou na escolha. Através da CPT, a Igreja tem contribuído no processo de organização desses trabalhadores, constituindo-se como importante mediador.

4. Por último, o município de Sapé vive hoje uma situação de "crise" na cultura canavieira, tendo-se caracterizado no debate sobre o setor canavieiro, como uma região de desmonte da agroindústria canavieira. Nesse sentido, a falência da usina Santa Helena ilustra bem essa realidade.

É importante destacar aqui que não tivemos a preocupação de apresentar uma opção teórico-metodológica. Ao longo do trabalho vamos expondo naturalmente alguns conceitos e categorias que nos foram úteis em nossa análise. Portanto, os aspectos teóricos e metodológicos estão presentes no decorrer da análise.

O primeiro capítulo tem como objetivo recuperar a trajetória de lutas

pré-64, com as Ligas Camponesas, quando já reivindicavam a regulamentação das relações de trabalho. Essas lutas vão ter continuidade com os sindicatos, ainda que de forma incipiente e isolada no período pós-64, durante o regime militar. Na década de 80, assiste-se à retomada das mobilizações desses trabalhadores, tornando suas lutas visíveis socialmente e resultando na conquista de direitos; tendo como contrapartida a reação patronal, que lança mão dos mais variados expedientes repressivos, na tentativa de barrar a conquista de direitos por parte dos trabalhadores.

No segundo capítulo, procuramos analisar a crise vivenciada pelo setor canavieiro no município de Sapé, destacando como "caso" a falência da usina Santa Helena e sua repercussão na sociedade local. O setor sucroalcooleiro nos últimos anos vem passando por um processo de "crise e reestruturação". Nesse sentido, procuramos analisar o fechamento dessa unidade de produção dentro dessa perspectiva.

No terceiro capítulo, tratamos do significado e repercussão que tiveram as lutas sociais dos canavieiros no município em estudo. Aqui procuramos apresentar a visão dos segmentos sociais que compõem o "poder local" sobre as lutas dos canavieiros; a contribuição e participação dos "agentes externos" e as conquistas dos trabalhadores no sentido de ampliar sua participação no cenário político local, possibilitando assim, a emergência de uma nova cultura política e o arrefecimento dos instrumentos de dominação.

Concluimos apresentando as considerações finais. Para isso, retomamos questões colocadas no decorrer da dissertação. Nosso objetivo aqui não é apresentar conclusões, mas apenas levantar questionamentos que poderão servir de caminhos para pesquisas futuras. Isto porque trata-se de um estudo de caso em que as indicações levantadas no decorrer do trabalho não podem ser

generalizadas. O estudo é bastante limitado dado que a pesquisa não teve uma abrangência maior. Entretanto, levando em consideração as devidas semelhanças com outras regiões onde também desenvolveram-se tais lutas com os mesmos atores sociais e as mesmas demandas reivindicativas, é possível que essas indicações possam ajudar a compreender outra realidade.

CAPÍTULO I

AS LUTAS SINDICAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES

I. A RETOMADA DAS LUTAS

O município de Sapé, palco de grandes mobilizações de trabalhadores rurais na década de 60, foi também espaço de manifestações e acontecimentos sindicais que marcaram a retomada das lutas trabalhistas na década de 80.

Após um período de descenso das lutas, os trabalhadores rurais voltam à cena pública denunciando as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos. Foi na região do baixo-paraíba, onde está situado o município de Sapé, que aconteceu a primeira manifestação pública, promovida pelo movimento sindical e entidades de apoio ligadas à Igreja Católica. Nesta ocasião, reuniram-se no município de Marí, com o objetivo de comemorar o 1º de maio e de encerrar a primeira Semana Sindical⁶, centenas de trabalhadores rurais vindos de diversos municípios da Paraíba, onde denunciaram e protestaram contra as injustiças que vinham ocorrendo no campo paraibano.

No ano seguinte, novamente ocorre a Semana Sindical. Desta vez, a concentração de encerramento foi em Solânea, município da região do brejo paraibano. Participaram da concentração cerca de sete mil (7.000) trabalhadores.

⁶ A Semana Sindical realizava-se uma vez por ano na semana que antecedia o 1º de maio. Tinha como

Durante a manifestação, aprovaram um documento contendo denúncias e reivindicações a respeito da previdência social rural.⁷ A terceira Semana Sindical, em 1983, teve como temática a questão dos direitos. Em vista do tema, o município de Sapé foi escolhido para sediar a concentração de encerramento. Dois fatores motivaram essa escolha: primeiro, pelo fato de Sapé ser um município com tradição na organização e mobilização camponesa desde a década de 60. Segundo, pela sua localização no "coração da zona canavieira" do estado, área de grande concentração de assalariados rurais, onde o desrespeito aos direitos trabalhistas ocorria de forma alarmante. Participaram dessa concentração/ato público cerca de seis mil (6.000) trabalhadores rurais, com representações de 18 sindicatos de trabalhadores rurais, além de entidades sindicais urbanas e representações partidárias. A realização desse ato público em Sapé teve um significado importante para a retomada da luta dos trabalhadores rurais, haja vista que após as Ligas Camponesas ainda não tinha ocorrido nenhuma manifestação pública no município.

Nesse ano, planejava-se a realização de uma Campanha Salarial como já vinha ocorrendo no Estado de Pernambuco desde 1979. Por motivos internos ao movimento sindical, não foi possível a concretização dessa proposta, como estava propondo a "Comissão Canavieira" do estado.⁸ Alegando a frágil organização dos trabalhadores, os dirigentes da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), propuseram o adiamento para o ano seguinte. A posição contrária, compartilhada pela Comissão Canavieira e por entidades de assessoria ligadas à Igreja Católica, foi derrotada.⁹

⁷ O documento aprovado nesta ocasião foi resultado da discussão ocorrida nas bases sindicais em vários municípios da Paraíba, em especial na região do brejo. O referido documento, após sua aprovação, foi enviado ao Presidente da República e a seus Ministros.

⁸ A Comissão Canavieira foi a primeira articulação dos canavieiros após o golpe militar. Era formada por dirigentes sindicais, trabalhadores da base e representantes de entidades de apoio às lutas dos trabalhadores

Em vista da não realização da Campanha Salarial, decidiu-se por organizar uma Campanha Trabalhista como forma de fortalecer a organização e mobilização dos trabalhadores assalariados da cana em torno da luta por seus direitos. Em virtude desse objetivo, a campanha teve como tema central a luta pela aplicação dos direitos trabalhistas. A primeira ação nesse sentido foi a realização de mobilização nos vários sindicatos da zona canavieira, para a cobrança do 13º salário. Nesta ocasião, deveria-se também estimular os sindicatos a encaminharem ações trabalhistas na Justiça do Trabalho.

Para tornar pública tal iniciativa, foi organizado um lançamento da Campanha no município de Alagoa Grande, logo após o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município.

Nessa concentração, centenas de trabalhadores rurais, além de denunciarem o desrespeito aos direitos trabalhistas, exigiam também a apuração e punição dos responsáveis pelo assassinato da líder sindical, que ocorrera justamente por sua ação sindical voltada para o cumprimento da Legislação Trabalhista.

Neste período, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé já vinha desenvolvendo atividades em torno da organização dos assalariados rurais, tendo como objetivo a cobrança de direitos trabalhistas. A participação de representantes do sindicato no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979 em Brasília, despertou na direção do sindicato a necessidade de implementar uma ação reivindicativa de forma mais planejada. Nesse congresso, foi decidido e recomendado que todos os sindicatos de áreas de assalariados rurais desenvolvessem iniciativas voltadas para mobilização dessa categoria, visando reivindicar de forma coletiva a regulamentação das relações de trabalho. Outro fato que também contribuiu para esse novo direcionamento na ação sindical,

em relação à problemática dos direitos, foi a participação de dirigentes do sindicato no primeiro Encontro de Assalariados Rurais na Agricultura, realizado em Carpina - PE., em 1980, e promovido pela CONTAG. Essa participação contribuiu ainda mais para fortalecer a bandeira de luta pelos direitos.¹⁰

Outra questão que influenciou também os diretores do sindicato a decidirem investir na organização dos assalariados rurais foi o processo de transformação que vinha ocorrendo na agricultura da região, tendo como principal elemento a mudança nas relações sociais de produção, que promovia a expropriação de centenas de moradores, consolidando, assim, o mercado de trabalho assalariado no campo. Nesse momento, a regulamentação das relações de trabalho era bastante incipiente, necessitando, portanto, de uma ação sindical no sentido de reivindicar a aplicação da Legislação Trabalhista no campo. Em vista a esses elementos, é que o sindicato de Sapé levanta a bandeira de luta pelos direitos trabalhistas. Vejamos o que afirma o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Sapé nesse período.

“Em 1979 se falava em abertura política. Depois eu tomei conhecimento do movimento sindical e já dava pra fazer um trabalho diferente. Porque naquela época, era tudo sob controle do Ministro do Trabalho. Nessa época fui a um encontro e observei o movimento sindical de outro lado, muito diferente do que eu tinha visto nos quatro anos que eu estava no sindicato. Aí a gente começou a fazer um trabalho com os assalariados da cana e do abacaxi, incentivando os assalariados a cobrar os direitos e a carteira assinada”.(Dir. Sindical)¹¹

A partir dessa nova visão, a direção do sindicato passou a desenvolver iniciativas que favorecessem a organização desses trabalhadores, na perspectiva de - em conjunto com os demais sindicatos da região -, que já estavam

¹⁰ Como resultado da participação nesse Encontro, os dirigentes sindicais do sindicato de Sapé decidiram realizar uma pesquisa sobre as condições de vida e trabalho dos assalariados no município. A pesquisa foi

realizando atividades nesse sentido, conseguissem avançar na organização de forma coletiva. Dessa maneira, conseguiria dar um caráter mais amplo a tais ações.

Dentro desse contexto de realização de ações coletivas, foi possível organizar, em 1984 a primeira Campanha Salarial com a participação dos 36 sindicatos da zona canavieira. Tal acontecimento foi de grande importância para a organização dos assalariados da cana na Paraíba. O significado dessa Campanha estaria na possibilidade que se abriria para que os trabalhadores, agindo coletivamente conquistassem a regulamentação das relações de trabalho no interior dos engenhos e usinas. Ou seja, através de uma Contratação Coletiva de Trabalho, começava-se a questionar a "lei do patrão" em favor da "lei do governo". Assim, os trabalhadores estariam impedindo que os usineiros e senhores de engenhos, usando de seu poder, desrespeitassem os direitos a seu bel prazer.

Tal fato representou também a emergência dos assalariados da cana enquanto segmento de classe. O sentido que concebe Thompson (1979-37) sobre a constituição histórica das classes sociais, com todas as diferenças de tempo e limitação do objeto, pode ser retomado para pensar esta questão. Diz o autor:

"As classes não existem como entidades separadas, que olham ao seu redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Ao contrário, as pessoas se encontram numa sociedade estruturada em modo determinado (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses contraditórios, começam a lutar por estas questões e, no processo de luta, se descobrem como classe".

É no processo de luta, reivindicando direitos, que os assalariados da cana se identificam enquanto "canavieiros", constituindo então coletividades políticas, sujeitos coletivos, fazendo emergir o movimento dos canavieiros.

Apesar dos problemas e limitações decorrentes da forma como foi encaminhada a organização dessa Campanha Salarial, baseada no "modelo de Pernambuco"¹², essa primeira campanha representou um marco no processo de organização e luta dos canavieiros na Paraíba, podendo ser apontada como um momento privilegiado para os canavieiros colocarem-se publicamente na cena política.

Essa primeira Campanha Salarial culminou com uma greve durante uma semana. Nos vários municípios da zona canavieira, os trabalhadores cruzaram os braços e ficaram mobilizados nas sedes dos sindicatos, onde durante o dia e a noite realizavam manifestações, passeatas e atos públicos como forma de pressionar o Tribunal Regional do Trabalho a votar favorável às suas reivindicações.

No município de Sapé, por exemplo, segundo depoimentos de trabalhadores, estima-se que 90% dos canavieiros pararam suas atividades. A paralisação foi tão forte que chegou a atingir os trabalhadores assalariados do abacaxi, que não se enquadravam dentro dessa Campanha Salarial.

Após cinco dias de greve, os canavieiros conquistaram sua primeira Contratação Coletiva de Trabalho que, a partir de então, passaria a regulamentar as relações de trabalho em toda a zona canavieira da Paraíba.

É importante destacar que, apesar da ampla mobilização dos canavieiros para conquistar sua primeira Contratação Coletiva, os patrões não cumpriram o que determinava a lei. Ou seja, não bastou a aprovação do Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho para que os canavieiros tivessem a efetivação dos direitos conquistados na forma da lei.

Em vista ao descumprimento das conquistas obtidas nos Dissídios e Convenções Coletivas, a organização e mobilização dos assalariados começam a apresentar fragilidades. Nesse contexto, as dificuldades para tal "cumprimento dos direitos" foram apontadas por algumas lideranças e assessorias como sendo motivado pela separação que ocorria entre o momento da mobilização para a greve, com o objetivo de assegurar a aprovação de suas reivindicações pelo Tribunal Regional do Trabalho e o momento posterior, da ação de cumprimento das conquistas, que deveria ocorrer no interior das unidades de produção. Essa dicotomia entre esses dois momentos de um mesmo processo começa a ser criticada por alguns dirigentes que, passaram a propor que houvesse uma continuidade entre os dois momentos.

A partir desses questionamentos, lideranças sindicais do campo da CUT decidiram se contrapor à forma de condução que vinha sendo adotada nas Campanhas Salariais. Em 1986, propõem inicialmente uma nova forma de elaboração das pautas de reivindicações das Campanhas Salariais, que garantisse uma maior participação dos trabalhadores nas bases sindicais. Em segundo lugar, que durante o processo de elaboração da pauta fosse implementado, também a aferição das medições das tarefas realizadas pelos "cabos de turmas", para quantificar o roubo do "salto da vara". Seguindo esse roteiro, foi elaborada uma pauta, aprovada em congresso e entregue a FETAG-PB., causando várias reações nos dirigentes dessa entidade. Dessa forma,

"a CUT demarcou, assim no interior da Campanha Salarial, seu espaço de atuação e começou a se tornar referência concreta para os trabalhadores assalariados." (J.R. Novaes, 1989 - 58)

Dando continuidade à construção de uma nova proposta de condução das Campanhas Salariais que levasse em conta a "ação de cumprimento" os dirigentes sindicais do campo da CUT apresentaram uma

proposta com os seguintes pontos: Fiscalização no campo para aferição das medições das tarefas, utilizando trena metálica e balança; denúncia na imprensa de irregularidades nas relações de trabalho; incentivo e acompanhamento aos paradeiros por local de trabalho e capacitação de dirigentes e delegados sindicais para entender a lógica dos cálculos das medições realizadas pelos "cabos de turmas". Dessa forma acreditava-se poder quantificar o roubo proveniente do salto da vara, sendo possível, então, a implementação de uma ação em torno das irregularidades trabalhistas. Para isso, foi necessária a realização de cursos de capacitação para dirigentes e lideranças sindicais sobre o processo e a técnica de medição, resultando na capacitação e formação de uma equipe que, sistematicamente dirigia-se ao campo para o trabalho de fiscalização.¹³ É importante destacar que essa proposta não foi incorporada pela FETAG-PB., apenas pelos sindicatos do campo da CUT, a exemplo do STR do município de Sapé.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé foi um dos primeiros a dar início a essa proposta. No decorrer do trabalho, algumas dificuldades começaram a aparecer e duas delas tornaram-se denominador comum no discurso sindical e acadêmico: a estrutura sindical com característica municipal, dificultando sobremaneira a entrada dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho fora de sua base sindical e à presença das várias categorias no interior de uma mesma unidade de produção, filiadas em sindicatos diferentes e com datas bases também diferenciadas. Para estes dirigentes, esse modelo de estrutura sindical só apresenta impedimentos para a organização e mobilização dos trabalhadores assalariados.

Em vista desses problemas, decidiu-se por criar Pólos sindicais por região, para facilitar as mobilizações conjuntas. A criação do Pólo sindical do baixo-paraíba faz parte dessa iniciativa. O Pólo foi composto pelos sindicatos dos

seguintes municípios: Sapé, Santa Rita, Cruz dos Espirito Santo e São Miguel de Taipu.

Essa experiência resultou num intenso processo de mobilização em torno de ações para o cumprimento das reivindicações asseguradas durante as Campanhas Salariais. Segundo depoimentos de dirigentes sindicais de Sapé que acompanharam esse processo, tais iniciativas resultaram num maior cumprimento da tabela de tarefa, quebra do isolamento entre os sindicatos de uma mesma região, negociação direta com as empresas e cumprimento de direitos sociais, a exemplo, de transporte, EPI (Equipamento de Proteção Individual) e assinatura da carteira profissional.

A região do baixo-paraíba, onde está localizado o município de Sapé, foi a que mais realizou atividades nesse sentido. Uma greve com duração de 30 dias foi a principal manifestação contra o não-cumprimento dos direitos garantidos pela Convenção. Nessa ocasião, os trabalhadores interditaram a rodovia estadual que liga o município de Sapé a Cruz do Espírito Santo, como forma de fazer com que a opinião pública tomasse conhecimento dos fatos que vinham ocorrendo na região, ao mesmo tempo que solicitavam contribuições para o fundo de greve.¹⁴

O resultado de toda essa mobilização foi a realização de uma Campanha Salarial independente da FETAG, denominada pelos dirigentes sindicais do campo da CUT, como uma "Campanha em faixa própria". Essa iniciativa foi resultado também da crítica que esse bloco de sindicalistas ligados à CUT fez em torno do modelo de campanha "contaguiano".¹⁵

A reação patronal em relação a essa nova proposta foi bastante evidente. Várias iniciativas foram tomadas pela classe patronal para fragilizar esse movimento. No primeiro momento, procuraram tumultuar a Campanha, não

¹⁴ Cf. O Norte, João Pessoa, 23-08-90

¹⁵ ...

comparecendo ao local de negociação. Como exigência para negociar, solicitaram a presença de um mediador do Ministério do Trabalho. Mesmo considerando as exigências, não foi possível, na época, a realização de um acordo, culminando, portanto, com uma greve e a instalação do Dissídio Coletivo de Trabalho. No mesmo dia do julgamento do Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho, o presidente da STR de Sapé e o advogado sofreram um atentado, tendo suas casas alvejadas por espingarda de calibre 12. Tal acontecimento ocorreu pelo fato da região do baixo-paraíba, ter sido a área de maior manifestação dos trabalhadores da região e os dirigentes do sindicato de Sapé terem se destacado nessa mobilização. (sobre esse fato ver o item III desse mesmo capítulo.)

Apesar das várias iniciativas ao longo desses anos de Campanhas Salariais, o grau de aplicação das cláusulas dos Acordos ou Convenções Coletivas ainda é pouco, o que tem contribuído para um certo desânimo por parte dos trabalhadores que vivenciam cotidianamente esse descumprimento no interior das unidades de produção.

Como forma de superar esses desafios, o sindicato de Sapé tem centrado sua ação em torno do cumprimento de tais direitos. Trata-se de uma mobilização onde o eixo central é o cumprimento do Dissídio e Conveção Coletiva de Trabalho. Dentro desse contexto, os paradeiros por locais de trabalho, manifestações nos pátios das usinas, concentrações e audiências na DRT - Delegacia Regional do Trabalho, exigindo a fiscalização nas unidades de produção, têm sido priorizadas pela atual direção, principalmente a partir dos anos 90, quando efetivamente a oposição passa a dirigir o sindicato.

2. A DISPUTA PELO SINDICATO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé foi fundado num período de grande efervescência do movimento de organização dos trabalhadores do campo. Nesse período, as Ligas Camponesas estavam em pleno processo de mobilização.¹⁶

Com o golpe militar de 1964, a organização dos trabalhadores rurais em Sapé foi interrompida. As Ligas Camponesas, principal forma de organização na época, foram desmanteladas e lideranças rurais fugiram para não serem violentadas ou até mesmo mortas.¹⁷

A violência contra os trabalhadores rurais nesse município foi marcante, não só para o conjunto dos trabalhadores rurais, outros segmentos sociais também foram atingidos por tais acontecimentos. Tal foi a atrocidade praticada após o golpe, que até o presente continua marcada na memória dos trabalhadores rurais da região, como afirma esse trabalhador que hoje é secretário do sindicato.

"Aqui tem aquela questão do assassinato de João Pedro Teixeira. Tem aquela questão das Ligas Camponesas, aonde foi mais forte. O pessoal tão ainda com aquele terror desses acontecimentos. Por outro lado, as pessoas não tem conhecimento da realidade", (Dir. do sindicato 01)

Após o desmantelamento das Ligas Camponesas em Sapé, as forças sociais foram desarticuladas e os trabalhadores rurais ficaram sem uma organização que os representasse e, ao mesmo tempo, defendesse seus direitos.

¹⁶ No município de Sapé foi organizada a maior Liga Camponesa do Brasil, com cerca de 10.000 camponeses

Frente a essa realidade, os proprietários rurais do município e da região ficaram à vontade para exercer o seu poder, desrespeitando os direitos elementares dos trabalhadores.

Nesse vazio de representação deixado pelas Ligas Camponesas, surge o sindicato dos trabalhadores rurais para fazer frente a uma relação de desrespeito aos direitos, no interior das propriedades rurais.

Duas versões encontramos sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé. A primeira, coloca que o sindicato foi fundado a partir de uma articulação entre os proprietários rurais da região, o Ministério do Trabalho e o pároco do município. (Barbosa, 1985-II4) Em segundo lugar, temos a versão de uma pesquisa realizada pelo SEDUP - Serviço de Educação Popular (1994), que afirma ter sido a fundação do sindicato consequência de um fato ocorrido no Engenho Massangana, onde foram expulsos dezenas de trabalhadores rurais da propriedade, sem que o seu proprietário lhes pagasse a devida indenização. Insatisfeito com a atitude do proprietário, um dos moradores do engenho procurou a FETAG - Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura e o Grupamento de Engenharia para tentar garantir o pagamento de seus direitos. De acordo com essa versão, o trabalhador ao chegar no Grupamento de Engenharia do exército relatou o fato a um coronel, que logo o aconselhou a fundar o sindicato no município. É importante destacar que nesse período o movimento sindical dos trabalhadores rurais estava sob a mira dos militares. A FETAG-PB., nessa época, contava com a colaboração direta de um major do exército, guarnição federal e a secretaria de segurança pública, como afirma Novaes (1987-189).

“De fato, os órgãos de segurança naquele contexto deveriam mesclar ‘vigilância’ e ‘apoio’. Sua ação deveria ser de garantir a administração de conflitos e de controlar excessos que ultrapasssem

preservação também do sindicalismo rural, conforme o interesse do regime militar”.

Dentro desse quadro de “vigilância” e “apoio” por parte do regime militar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé foi fundado. Nesse momento, o Coronel do Grupamento de Engenharia ordena que o Sr. Antonio Bento seja o presidente do sindicato, ao mesmo tempo alerta-o para que tivesse bastante cuidado em não criar conflitos, pois o Coronel Luis de Barros¹⁸ estaria no município para fiscalizar o seu trabalho.

Nas duas versões apresentadas, a presença de atores externos ao processo de fundação do sindicato é bastante evidente. A história do sindicalismo rural na Paraíba, e porque não dizer no Nordeste, está marcada pela presença da Igreja, do Estado e de proprietários rurais. (Novaes, 1987-65)

De acordo com a segunda versão, a fundação do sindicato em Sapé está relacionada à questão dos direitos. No entanto, esse não foi o perfil do sindicato naquele momento. A conjuntura política da época, como já dissemos, foi marcada por um forte controle das iniciativas organizativas dos trabalhadores rurais, não possibilitando uma atuação dos dirigentes sindicais frente aos conflitos que ora surgiam no município e na região. Como afirma Barbosa (1985-115),

“tratava-se de uma conjuntura que exigia estratégia de ação defensiva frente ao Estado, para que pudesse sobreviver”.

Nesse sentido, os dirigentes sindicais foram bastante prudentes ao tomar alguma iniciativa em relação às lutas reivindicativas dos trabalhadores nesse período.

Nessa época, o processo de expropriação na região estava em curso, intensificando-se a expulsão de trabalhadores do interior das propriedades,

fazendo crescer o número de assalariados. As questões encaminhadas para o sindicato,

“...via de regra, assumia uma posição de conciliação entre as partes, sem solução favorável ao trabalhador”. (Barbosa-1985 - 120)

Segundo a mesma autora, na opinião dos trabalhadores, havia uma “má atuação do sindicato”, o que favorecia uma percepção negativa por parte dos trabalhadores para com o sindicato. Afirmavam que “o sindicato vivia em conluio com os patrões”.

Este quadro vai apresentar mudanças, quando começa a ocorrer disputa pela direção desse órgão de representação dos trabalhadores. Nesse período, assiste-se a uma mudança na conjuntura política do país, favorecendo, assim, um maior espaço para as lutas sindicais. É no final da década de 70 que o movimento sindical a nível nacional retoma suas bandeiras de lutas, apontando para um processo de mobilização de massa.¹⁹

Até o final dessa década, não existia concorrência nas eleições sindicais em Sapé, elas ocorriam na mais tranqüila harmonia. O primeiro presidente do sindicato foi Antônio Bento, indicado pelo coronel do exército, pertencente ao Grupamento de Engenharia. O segundo, foi indicado pelo presidente em exercício e eleito por aclamação em assembléia. O terceiro, eleito através de eleição, com chapa única. Por não haver oposição durante esse período, havia um revezamento de função entre os membros da diretoria.

Em 1978, ocorre a primeira eleição com a participação de chapas de oposição. Segundo relatos de trabalhadores, foram organizadas três chapas, sendo que apenas duas conseguiram registro para concorrer ao pleito.

Com a vitória da chapa dirigida por Waldemar, representante da oposição, o sindicato ganha uma nova dimensão. Segundo depoimento de trabalhadores, este dirigente foi eleito por saber "falar bem". Com Waldemar na direção, o sindicato começa a ter uma ação voltada para a questão dos direitos. Essa ação vai tomar corpo efetivamente, a partir de seu segundo mandato, quando é reeleito em 1981, em chapa única.

O período que corresponde aos mandatos de Waldemar coincide com o processo de transformação na agricultura canavieira na região, ocasião em que emergiram os conflitos trabalhistas. Essa nova realidade exigia do sindicato uma ação efetiva em direção ao cumprimento da Legislação Trabalhista.

Apesar da mudança na ação sindical em relação ao primeiro período de existência do sindicato, a atual direção, coordenada por Waldemar, não foi poupada de críticas. As mudanças que vinham ocorrendo na conjuntura sindical exigiam uma ação mais sistemática em direção aos conflitos sociais que emergiam no momento. O surgimento de outras forças no interior do movimento sindical também contribuiu para que fossem detonadas críticas em relação a atuação da diretoria em exercício no sindicato.

Segundo relatos de trabalhadores rurais do município de Sapé, a ação do sindicato em torno da organização e mobilização dos assalariados para aquisição dos direitos era muito frágil. Várias críticas foram levantadas contra essa direção: a não atenção às atividades assistenciais; realização de acordos com proprietários, em detrimento dos interesses dos trabalhadores; falta de uma ação de cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e a ausência de mobilização em torno da reforma agrária.

A partir dessas críticas, a disputa pela direção do sindicato começa a ganhar corpo. Em 1984, surge uma oposição sindical. Um grupo de trabalhadores

grupos de assessoria ligados à Igreja Católica, organiza um grupo de oposição sindical. O mesmo grupo, mais tarde, vai receber o apoio da CUT - Central Única dos Trabalhadores. A partir daí, vai se configurar uma disputa no interior do sindicato, por onde perpassam também as divergências oriundas das correntes sindicais presentes no sindicalismo do campo a nível nacional.

Neste mesmo ano realiza-se a eleição para renovação da diretoria do sindicato. Nela concorrem duas chapas: uma representada por Waldemar, presidente em exercício; e a outra por Biuzinho, trabalhador canavieiro, membro do grupo de oposição sindical que tem o apoio da igreja. (Tosi e Bertolazzi, 1985)

O grupo de oposição sindical, conhecido no meio dos trabalhadores como chapa 02, teve o apoio da Igreja Católica, através da ação da pastoral rural e de entidades de assessoria e de educação popular. A participação da pastoral no apoio a esse grupo de trabalhadores foi de fundamental importância para a consolidação da oposição sindical. Sua formação foi resultado do trabalho que vinha sendo realizado pela pastoral rural, desde 1982, quando inicia o trabalho junto aos assalariados da cana e do abacaxi, tendo como eixo central o acompanhamento às bases através da participação nas reuniões nos engenhos, fazendas e pontas de ruas. Nessas reuniões, o centro da discussão eram as condições de vida dos trabalhadores e a ausência de direitos no interior dos engenhos e usinas, como também a atuação do sindicato frente a essa realidade. Após a primeira Campanha Salarial, em 1984, as críticas em relação à atuação da direção do sindicato tornam-se ainda mais contundentes. Nesse momento, com a conquista da primeira Contratação Coletiva de Trabalho, fazia-se necessário uma ação sindical capaz de garantir as conquistas obtidas legalmente. No vácuo de uma ação nesse nível, que garantisse a efetivação dos direitos, a oposição sindical vai ocupando espaço e fortalecendo-se no meio dos trabalhadores.

“Então, depois da Campanha Salarial de 84, a gente continuou a se reunir com a pastoral rural, que era acompanhada pela irmã Toni. Daí, a gente foi se juntando com outros trabalhadores. A gente tinha uma turma de companheiros que se reunia para discutir a questão do descumprimento do Acordo Coletivo... então, isso foi despertando nos trabalhadores, tanto do abacaxi como da cana, para a necessidade de fazer uma diretoria para o sindicato”. (Dir. do sindicato 01)

A chapa 01, como ficou conhecido o grupo da situação, tinha o apoio da FETAG e de políticos locais. Os representantes da usina Santa Helena, apesar da discordância política com o candidato a presidente dessa chapa, pela sua relação partidária com o PMDB e a ação do sindicato no encaminhamento de ações na Justiça contra sua empresa, cobrando direitos trabalhistas, nos últimos dias para a realização da eleição resolve apoiar essa chapa.

O momento da campanha eleitoral foi uma ocasião em que as diversas forças políticas e segmentos sociais que compunham o “poder local” tiveram para posicionarem-se frente a uma das duas chapas. Tal fato fez com que essa eleição ganhasse um significado nunca visto em momento anterior.

As eleições sindicais, tradicionalmente restritas aos interesses internos do movimento sindical, ganharam outra configuração e, a partir daí, entraram em cena outros atores políticos externos à esfera sindical.

Em estudo sobre o sindicalismo e poder local no município de Sapé, Tosi e Bertolazzi (1985-04) destacam a presença de novos sujeitos políticos na disputa pelo sindicato.

“Surge, porém, nos últimos anos, um fato novo, que nos interessa salientar, que transforma os municípios onde se realizam as eleições sindicais em teatro de acirradas competições, envolvendo instituições e componentes de todas as classes tendo

local: proprietários de terras e usineiros, políticos e comerciantes; autoridades públicas e religiosas.”

Diante desse quadro de disputa, a chapa 02 foi bombardeada por acusações, tanto em relação a sua composição, quanto a sua posição política identificada com os setores de esquerda. As principais acusações foram as seguintes: a chapa era formada por cortadores de cana analfabetos, que não tinham condições de representar os trabalhadores. Em segundo lugar, era apoiada por padres e freiras comunistas. Por último, procuravam sempre relacionar a chapa 02 com o movimento das Ligas Camponesas, por suas propostas em torno da luta pelos direitos e pela reforma agrária. Afirmavam os componentes e apoiadores da chapa 01, que votar na chapa 02 significava querer voltar ao tempo das Ligas, onde a violência e a invasão de terras voltariam a ocorrer no município de Sapé.

Com a realização das eleições, a chapa 01 foi vitoriosa, obtendo 73% dos votos e a chapa 02 com apenas 27% dos votos.

Após essa derrota, a oposição sindical desmobiliza-se, mas logo volta a rearticular-se e prossegue o trabalho junto às “bases”, no sentido de fortalecer o grupo, na perspectiva de concorrer novamente na próxima eleição.

Em 1987 realiza-se uma nova eleição. Outra vez a oposição foi derrotada. O grupo não desiste e continua o trabalho de organização, buscando cada vez mais aliados entre os trabalhadores, principalmente no meio dos assalariados da cana e do abacaxi.

Paralelamente ao trabalho da direção do sindicato, a oposição com o apoio da pastoral rural, organiza grupos de trabalhadores nas fazendas e “pontas de ruas” para discutir formas de se contrapor ao descumprimento dos direitos trabalhistas. Dentro dessa perspectiva, a oposição inicia uma ação de fiscalização

no campo, orientando os trabalhadores a entrarem com ações na Justiça cobrando a regulamentação dos direitos. Nesse período, intensificam-se as críticas à ação do sindicato, pela sua ineficiência na luta pelo cumprimento dos Acordos e Dissídios Coletivos.

O trabalho que a oposição sindical vinha desenvolvendo ao longo dos anos, somado ao descontentamento dos trabalhadores com a tímida atuação da direção do Sindicato, no sentido de garantir a aplicação da legislação, só favoreceu o crescimento e legitimidade da oposição sindical, junto ao conjunto dos trabalhadores.

Em 1990, ocorre uma nova eleição. Três chapas concorrem ao pleito: uma articulada por um grupo de proprietários de terras do município. A segunda, apoiada pela direção do sindicato e por representantes do "poder local" e a terceira, com o apoio da igreja e sindicalistas do campo da CUT. É importante salientar que neste período, no Brasil, as correntes sindicais apresentaram-se no cenário sindical de forma mais explícita, cada uma com propostas e projetos sindicais diferenciados. Como não poderia ser diferente, a disputa pela direção do sindicato em Sapé foi marcada também por essas questões. Neste momento, estavam em disputa projetos sindicais diferenciados

A disputa nesta eleição foi bem acirrada. A presença de segmentos do "poder local" novamente se faz presente durante a campanha e no dia da eleição, apoiando a chapa 01: vereadores, políticos e seus familiares e cabos eleitorais do partido governista estavam presentes, dando apoio logístico e no trabalho de convencimento junto aos trabalhadores rurais.

A chapa 02, identificada com o sindicalismo cutista, recebeu o apoio de vários dirigentes sindicais e entidades de apoio às lutas dos trabalhadores rurais, a exemplo do SEDUP (Serviço de Educação Popular)²⁰.

A chapa 03, formada basicamente por pequenos proprietários identificados com os interesses dos grandes proprietários rurais do município, obteve expressividade mínima na eleição, em virtude da ausência de seus membros nas atividades da militância sindical. Segundo os trabalhadores que apoiavam a chapa 02, a participação dessa chapa tinha como objetivo enfraquecer a chapa de oposição. (chapa 02)

O resultado do pleito foi a vitória da chapa 02, com uma diferença de mais de 200 votos em relação à soma dos votos obtidos pelas duas chapas concorrentes. Com esse resultado, o grupo de oposição sindical conquista legitimidade, ao mesmo tempo que sua proposta de ação sindical amplia-se para outros setores, possibilitando, assim, a continuidade do trabalho sindical que vinha sendo desenvolvido no município. Os trabalhadores, ao votar na oposição, estavam concordando com a forma como vinha sendo conduzida a ação reivindicativa, ao mesmo tempo que apontavam para a construção de um movimento sindical independente dos grupos dominantes locais. O que estamos querendo sugerir é que a vitória desse grupo de trabalhadores para dirigir o sindicato representou, de certa forma, um questionamento à dominação exercida pelos proprietários rurais e políticos locais. Ou seja, o sindicato, com essa nova diretoria, ganha uma importância imperativa na trama do jogo político local, pela capacidade política que teve de disputar forças com os grupos políticos locais, que se posicionaram abertamente no apoio à chapa da situação.

Importa destacar aqui alguns elementos explicativos que ajudaram a compreender esse novo cenário político sindical que se construiu no município de

Sapé. Na medida em que a oposição sindical desenvolve um trabalho sistemático de organização, procurando sempre aglutinar aliados para sua proposta, a partir de ações propositivas, isso favorece a construção de sua legitimidade perante os trabalhadores. Esse comportamento por parte da oposição foi minando o modelo de ação sindical proposto pela direção em exercício. Dentro do contexto de desrespeito aos direitos conquistados ao longo dos anos nas Campanhas Salariais, fazia-se necessária uma ação sindical diferenciada, baseada na mobilização dos trabalhadores por locais de trabalho para pressionar a efetivação das conquistas trabalhistas. É, portanto, a adesão a essa proposta que vai contribuir para o enfraquecimento da direção presidida por Waldemar.

Do ponto de vista da relação com os usineiros, proprietários rurais e políticos locais, a postura da oposição foi de independência, o que colocara para esse grupo o desafio de construir espaço para negociação. É essa nova realidade que queremos destacar nesse jogo de disputa pela direção do sindicato. O significado que esse órgão de representação dos trabalhadores assume no cenário político local vai além da disputa sindical, configurando-se numa disputa política mais ampla. Em meio às várias forças políticas, os trabalhadores reivindicaram o seu reconhecimento enquanto cidadãos e ampliaram sua participação e intervenção política ao mesmo tempo que passaram a questionar sua exclusão política e econômica e a disputar projetos com setores hegemônicos da sociedade local. Trata-se de uma conquista que tem como eixo central a construção da cidadania dos trabalhadores rurais, centrada na aquisição de direitos e autonomia política.

3.A VIOLÊNCIA COTIDIANA CONTRA OS TRABALHADORES

A luta dos trabalhadores rurais no Brasil tem sido marcada pela violência, seja por parte dos tradicionais proprietários de terras, seja pelos modernos empresários do setor agroindustrial. A violência como uma ação de natureza perversa e permanente é parte do cenário de lutas dos trabalhadores assalariados da cana no município de Sapé. Tal ação tem se caracterizado como uma forma de “regulação” das relações entre trabalhadores e empresários, no sentido de impedir a organização política dos trabalhadores em busca de direitos. Dessa forma, os empresários têm conseguido dificultar as ações reivindicativas desses trabalhadores, com o objetivo de assegurar uma maior margem de lucro em suas atividades empresariais.

Ao longo dos anos, a prática da violência tem marcado profundamente o dia-a-dia dos trabalhadores rurais do município de Sapé, sejam eles moradores de engenhos ou usinas, posseiros, arrendatários ou assalariados rurais.

Na década de 60, em decorrência da mobilização das Ligas Camponesas, o município foi palco de verdadeiro massacre de trabalhadores rurais. Em reportagem na imprensa nesse período, o jornalista Juarez Batista faz a seguinte denúncia.

“A cidade de Sapé já não tem mais olhos para chorar os seus mortos. A rua principal transformou-se na via dolorosa por onde seguem os ataúdes, puxando o coro das lamentações das viúvas e dos órfãos da barbárie sanguinária. O luto povoa a cidade de meninos de preto. E Sapé é hoje o burgo mais triste do Brasil”.
(O Norte, 04-04-62, Apud Benevides)

Na época, a sociedade sapeense assistiu a todas as atrocidades praticadas pelos proprietários de terras com a conivência das autoridades militares. O poder político e econômico que exerciam esses proprietários na sociedade local e a nível estadual fazia com que os atos de violência praticados ficassem impunes. Acreditavam estes donos de terras que usando da violência e amedrontando os trabalhadores, estes iriam interromper o processo de organização. Ao contrário, os trabalhadores rompem com a "paz agrária" e encetam lutas e reivindicam direitos.

Para manter o "status quo", abalado pela organização e mobilização das Ligas Camponesas, o grupo da várzea implementa ainda com mais vigor os atos de violência, com o objetivo de exercer o controle dos trabalhadores.

Em estudo sobre as Ligas Camponesas em Sapé, Benevides (1985, 89-90) faz referência a estes fatos.

"Enquanto o governador Pedro Gondim entendia as lutas camponesas como incidentes normais de classes em conflito, os latifundiários do grupo da várzea acreditavam destruir o ideal de liberdade da massa camponesa silenciando vozes e combatendo as idéias de suas lideranças extinguindo fisicamente as pessoas que pregavam. Enganavam-se os proprietários na sua lógica. Mal desaparecia um líder camponês, imediatamente despontava outro. Formara-se uma escola rústica de lideranças e os trabalhadores do campo entravam na história do Brasil pelo holocausto de seus mártires."

Entre os mais variados atos de violência registra-se o assassinato do líder João Pedro Teixeira, em 02 de abril de 1962.²¹ O assassinato desse líder camponês colocou em evidência a força política que tinha o grupo da várzea. Este grupo político, hegemônico na Paraíba, foi capaz de influenciar o aparelho repressivo do Estado, chegando a impedir a punição dos culpados por esse assassinato.

A morte de João Pedro Teixeira não abalou apenas os trabalhadores rurais e a população do município de Sapé. O fato foi de tal barbaridade, que logo foi repudiado em todo o país, por diversos segmentos sociais aliados à luta dos trabalhadores rurais. Em função das manifestações, o governador em exercício teve que apresentar sua posição frente aos atos de violência que vinham ocorrendo no campo paraibano, em especial na área do baixo-paraíba.

Em artigo publicado no jornal O Norte, antes mesmo do assassinato de João Pedro, o jornalista João Manoel de Carvalho questiona a posição do então governador Pedro Gondin.

"Estes fatos exigem do governador uma definição em favor da luta camponesa com a qual nunca teve identidade. Mas uma definição para que o povo paraibano saiba de que lado o governador está. Que caminho segue diante de um fato social irreversível. Para que o povo paraibano saiba se o governador está com a lei ou com a violência e o latifundiário. Dentro da lei e com o respeito às liberdades democráticas ou fora dela e com o latifundiário e o crime". (O Norte, 17-02-62, Apud, Benevides, 1985)

Apesar das diversas formas de manifestações e protestos contra o fuzilamento, cobrando do governador uma punição para os culpados, até hoje este crime continua impune, assim como outros que aconteceram posteriormente envolvendo os mesmos personagens.

Com os acontecimentos decorrentes do golpe militar, instala-se um verdadeiro terror no campo. Os estudos sobre esse período registram várias situações e fatos que marcaram esse momento de organização dos trabalhadores rurais, e que os colocaram no cenário político brasileiro, como bem afirma Palmeira. (1985 - 43)

trabalhadores do campo, até aquele momento rigorosamente marginalizados da vida política, no centro dos acontecimentos. A 'agitação camponesa' foi um dos pretextos mais fortes utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio da propriedade, buscar apoio social ao seu projeto."

Passado esse período de descenso das lutas sindicais, de quase 20 anos, os trabalhadores rurais voltam à cena política e novamente defrontam-se com o poder tradicional dos fazendeiros, senhores de engenhos e usineiros, que utilizando-se da violência tentam amedrontar os trabalhadores, quando estes retomam antigas reivindicações por direitos trabalhistas e pelo acesso à terra.

A década de 80 foi marcada por um processo de reorganização dos trabalhadores assalariados da cana, tendo como expressão máxima dessa organização as Campanhas Salariais, como já sugerimos anteriormente.

A violência novamente se faz presente nestes momentos de disputa por direitos. A classe patronal, para assegurar sua dominação e garantir um sistema de trabalho baseado na ausência de direitos, utiliza-se dos mais variados instrumentos repressivos. A violência torna-se ainda mais presente à medida em que os trabalhadores reivindicam direitos e apontam para a regulamentação das relações de trabalho no interior dos engenhos e usinas.

Em depoimento sobre a primeira greve dos canavieiros no município de Sapé, em 1984, um dirigente sindical relata o seguinte:

"Houve muita violência com os trabalhadores. Inclusive o Sr. João Balbino, proprietário de uma fazenda, passou com um carro no meio de mais de duzentos trabalhadores... os trabalhadores foram hospitalizados e a justiça aqui da Paraíba não fez nada. A população também não fez muita coisa, mas também não apoiou de cheio, comparando com a questão de 64". (Dir. do sindicato 02)

Fica claro nesse depoimento, novamente, a cumplicidade e o

quando não toma a iniciativa de apurar os fatos e aplicar a devida punição aos culpados.

Por outro lado, o conjunto da sociedade - ainda vivenciando um frágil processo de organização -, não se apresenta com força suficiente para se contrapor a tal situação e pressionar os órgãos competentes para a aplicação da lei. A violência tem sido, em períodos anteriores e atualmente, a forma privilegiada pelos patrões para impor sua dominação. Portanto, pode-se afirmar que a não aplicação da Legislação Trabalhista faz parte de um quadro maior de desrespeito aos direitos dos trabalhadores por parte dos patrões. Dentro desse contexto, lançam mão de vários expedientes, sendo a violência o principal instrumento, frente a tentativa dos trabalhadores de construir "espaço político" para reivindicar a aplicação da legislação.

Neste sentido, várias formas de violência vêm sendo utilizadas pelos patrões, podendo ser identificadas a partir de depoimentos de trabalhadores e dirigentes sindicais. Destacamos aqui algumas das iniciativas amplamente conhecidas pelos órgãos sindicais: perseguição nos locais de trabalho àqueles trabalhadores que se organizam e reivindicam o cumprimento dos direitos: ameaças com a presença de capangas armados nos locais de trabalho: transferência de trabalhadores para áreas de trabalho que requerem um maior dispêndio de energia: proibição de dirigentes sindicais entrarem nas fazendas, ameaças de morte, assassinato, etc.

Segundo dossiê elaborado pelo sindicato, além dos vários casos de violência ocorridos no município contra os trabalhadores rurais e assessores do movimento sindical no período de 1988 a 1991, em consequência das lutas desencadeadas em torno da falência da usina Santa Helena, podemos verificar o quanto os patrões se utilizam da violência para não cumprir direitos elementares numa relação de trabalho assalariado. Frente a essa realidade, os trabalhadores

que foram lesados em seus direitos encontram-se agora submetidos a um regime de arbítrio e violência, tendo negados seus direitos constitucionais de ir e vir e de acesso à justiça para defesa de seus interesses.

Neste período, dezessete fatos foram registrados, todos realizados por proprietários rurais, seus capangas e policiais. Dentre os casos, destaca-se o atentado contra o presidente do sindicato, João Antônio Alves e o advogado Garibalde de Souza Pessoa.

O atentado ocorreu durante a realização de uma Campanha Salarial em 1990, quando os trabalhadores encerravam uma greve e obtinham como resultado o julgamento favorável ao Dissídio Coletivo de Trabalho. Insatisfeitos com a ação dos trabalhadores e o resultado do julgamento do Dissídio, os patrões reagem com violência.

No dia 19 de outubro de 1990, como forma de intimidar os trabalhadores e de interromper suas ações reivindicativas, foram disparados tiros de espingarda calibre 12 contra as residências dos dois: o presidente do sindicato e o advogado.²²

O primeiro a sofrer o atentado foi o presidente do sindicato. Já dormindo, foi despertado por alguém lhe chamando. Antes mesmo que se levantasse para atender, escutou os disparos que atingiu a parede do quarto onde dormia com a esposa e filha. O segundo atentado ocorreu na casa do advogado, quando este estava dormindo e foi despertado com tiros em direção a sua residência. As duas tentativas foram frustradas pelo fato de os disparos não terem atingindo nenhum dos dois.

A violência não pára por aí. Segundo depoimento do presidente do sindicato as ameaças contra a sua vida, a do advogado e de outros dirigentes

sindicais continuam e a justiça não tem tomado as devidas providências no sentido de punir os culpados, alegando a falta de provas.²³

Dois meses após o atentado contra o presidente do sindicato, ocorre o assassinato de um trabalhador rural, José Carlos Bezera, trabalhador e morador da fazenda Maraú. Além do assassino, estavam presentes na cena do crime o administrador da fazenda e seu motorista.

No ano seguinte, no dia 27 de abril, a sede do sindicato foi arrombada e atearam fogo em uma camionete, usada para os dirigentes sindicais se deslocarem ao campo e desenvolverem suas atividades sindicais.

Frente a tantos atos de violência, configurou-se no município uma situação de insegurança para as lideranças e dirigentes sindicais. Procurando tornar visíveis tais atos praticados pelos patrões e seus capangas no município de Sapé e na Paraíba como um todo, os dirigentes sindicais elaboraram um documento contendo todos os fatos ocorridos e entregaram a OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, à imprensa e a outras entidades de direitos humanos. O documento reivindicava do secretário de segurança do Estado garantia de vida para os trabalhadores e dirigentes sindicais ameaçados e providências no sentido de pôr um fim a essa situação de completo desrespeito aos direitos humanos.

Se não bastasse o desrespeito aos direitos trabalhistas, que em si já se configura enquanto um ato de violência, os trabalhadores da cana e seus representantes, constantemente são vítimas de emboscadas, espancamentos e assassinatos, sem que o poder público tome as devidas providências para punir os culpados.

Trata-se, portanto, de uma realidade de violação dos direitos humanos, em que os órgãos responsáveis pelo cumprimento da ordem pública, não têm tomado as devidas providências no sentido de preservar o estado de

direito dos trabalhadores de exercer sua cidadania. O que queremos sugerir é que o poder público, quando não toma as merecidas iniciativas no sentido de pôr um fim às ações de violência contra os trabalhadores rurais ocorridas ao longo dos anos no município de Sapé passa a ser cúmplice de tais arbitrariedades ocorridas.

4. A LUTA PELOS DIREITOS E AS AÇÕES NA JUSTIÇA

Como já vimos, os trabalhadores das áreas canavieiras da Paraíba historicamente, foram marcados pela ausência de direitos. Nestas áreas, por predominar relações de trabalho baseadas no “sistema de morada”, a aplicação de uma legislação que assegurasse direitos não fazia parte da realidade desses trabalhadores.

O “sistema de morada” não se configurava enquanto uma relação de trabalho, com venda e compra da força de trabalho, como ocorre na relação de trabalho assalariado. O morador, ao mesmo tempo que exercia atividades na fazenda, engenho ou usina onde morava, tinha acesso à terra e a outros benefícios que garantiria sua reprodução e de sua família, como afirma (Novaes:1987-17).

“Na passagem da escravidão para o sistema de morada, encobre-se efetivamente o lado compulsório da dominação. Exacerba-se um componente já existente anteriormente: a lógica da reciprocidade, que se constrói a partir de dons concedidos pelo senhor de engenho, aos quais o morador deve jus e, voluntariamente, retribuir. À casa, trabalho e o acesso à terra, direito de criar, acesso à água, à lenha e ao mel de engenho, acesso ao barracão, juntam-se a proteção e o auxílio financeiro em momentos de precisão, na doença, no parto, na morte.”

Na medida em que as "regras da morada" começam ser desrespeitadas pelos senhores de engenhos, inicia-se então um processo de enfraquecimento dessa relação, criando-se, assim, as condições para uma nova realidade, na qual a questão dos direitos começa a ser evidenciada. Quando Novaes (1987-70) analisa essa realidade na zona canavieira da Paraíba, aponta para o seguinte aspecto:

"Do ponto de vista dos patrões, não se tratava simplesmente de se livrar daqueles trabalhadores, mas submetê-los a outras formas de exploração da força de trabalho. Do ponto de vista dos trabalhadores, atingidos pela ruptura das relações tradicionais de dominação, configura-se uma crise de relações sociais. E foi nesta ocasião que a conjuntura para eles constitui-se em uma conjugação de fatores que possibilitaram o questionamento das bases fundamentais da 'lei da chibata', e à busca de outra 'lei', a 'lei da nação'".

A organização das Ligas Camponesas teve um significado importante para a realização de novas práticas sociais no município de Sapé. Foi a primeira forma de organização no município com capacidade de mobilizar os "camponeses"²⁴ para reivindicar direitos. Nessa época, era comum trabalhadores serem expulsos das propriedades sem que recebessem a devida indenização. As regras sociais que até então regulavam a convivência entre moradores e patrões de forma recíproca passam a ser desrespeitadas pelos proprietários rurais. A organização dos trabalhadores rurais nesse "movimento camponês", que logo expandiu-se para outros municípios da zona canavieira, abriu espaço para o questionamento dessa realidade, na medida em que a ação das Ligas centrou-se na defesa dos direitos, tendo o Código Civil como principal instrumento jurídico.

Além da defesa dos direitos, as Ligas prestavam também assistência social a seus associados. O próprio Estatuto já previa esse tipo de atividade:

"A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, tem por finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, associados e pequenos produtores agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos de acordo com as Leis do País". (Cap. I, art. I)

Dito isto, é importante salientar que a conjugação desses dois objetivos possibilitou o crescimento rápido das Ligas, ao mesmo tempo que deu origem a uma disputa entre a usina e as Ligas, em virtude do serviço de assistência social que vinha sendo prestado por essa organização dos trabalhadores rurais. Como forma de se contrapor a essa iniciativa das Ligas, a usina Santa Helena e a usina São João, ambas do mesmo grupo econômico, lançam uma nota no "Diário da Borborema", do dia 19 de março de 1961, afirmando que as Ligas não tinham a mínima condição de prestar a assistência social que a usina vinha realizando. (Novaes, 1987:77-78)

O golpe militar interrompe esse processo. As Ligas são desmanteladas e os sindicatos sofrem intervenções. A situação de vigilância por parte do regime militar ao movimento sindical dos trabalhadores rurais não impediu que a questão dos direitos continuasse na ordem do dia, com toda prudência possível, como já afirmamos em momento anterior. Como instrumento jurídico, nessa época tinha-se o Estatuto do Trabalhador Rural, o Estatuto da Terra e a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

As transformações que ocorreram nesse período nas áreas canavieiras vão provocar o surgimento de conflitos sociais. A expansão da cana-de-açúcar, ocupando as áreas destinadas à agricultura de subsistência dos

moradores e a mudança nas relações sociais de produção são os principais elementos que explicam a emergência desses conflitos.²⁵

É importante apontar que, apesar da relevância desses dois elementos explicativos, não compartilhamos da análise que superestima esses fatores em detrimento das condições organizativas. Ou seja, tais demandas só foram possíveis na medida em que os trabalhadores se organizaram e reagiram a tais mudanças, provocando deslocamento nas relações sociais, ao mesmo tempo que engendraram novas práticas sociais. (Palmeira, 1985:44)

Até o final da década de 70, o sindicato não desenvolvia uma ação em torno da mobilização dos trabalhadores para assegurar a aplicação da Legislação Trabalhista. A cobrança dos direitos, via Justiça do Trabalho, não fazia parte da ação sindical nesse momento. Procurando dar um outro direcionamento, o sindicato passou a realizar "acordos", como forma de começar garantir o pagamento das dívidas trabalhistas acumuladas ao longo dos anos. Era comum nessa época, em caso de expulsão de trabalhadores de uma determinada propriedade, eles receberem qualquer "migalha" do patrão. No primeiro momento, os "acordos" eram realizados no interior das fazendas, o que normalmente resultava em perdas para os trabalhadores. No segundo momento, os "acordos" passaram a ser feitos no sindicato, com a presença das duas partes: patrão e trabalhador. Essa mudança de espaço teve um significado importante, na medida em que contribuiu para romper com as relações personalizadas presentes na zona canavieira da Paraíba. (Barbosa, 1985:130-132)

As mobilizações e manifestações realizadas nos primeiros anos da década de oitenta tiveram importância imperativa na divulgação dos direitos. Nestas ocasiões, os sindicatos, em conjunto com outras entidades (FETAG, CONTAG e entidades de assessoria que apoiavam os sindicatos), realizavam

reuniões nas fazendas, engenhos e pontas de ruas, com o objetivo de despertar nos trabalhadores uma consciência dos “direitos.”²⁶

Como parte dessa mobilização, o sindicato começa a desenvolver ações no sentido de exigir dos patrões o cumprimento de direitos elementares, previstos na Legislação Trabalhista desde de 1943, com promulgação da CLT(Consolidação das leis dos trabalho), pelo presidente Getúlio Vargas.

A orientação em relação ao não cumprimento dos direitos era que se deveria acionar na Justiça e não fazer “acordos” no sindicato. Segundo Barbosa (1985-146) essa orientação não foi seguida pelo sindicato de Sapé.

“No sindicato de Sapé, por exemplo, a prática de exercer o papel de ‘junta de conciliação e julgamento’ foi largamente utilizada, como forma de impedir que os proprietários realizassem os cálculos, a seu modo, com prejuízos para os trabalhadores em causa. Temia o sindicato, que o encaminhamento das questões a João Pessoa, afastassem os trabalhadores do sindicato em razão das exigências que o processo demanda.”

Essa prática de “acordos” foi questionada pela falta de mediação entre trabalhadores e patrões, o que fazia com que estes últimos agissem ao livre arbítrio. Tal iniciativa por parte do sindicato de Sapé foi muito criticada por outros sindicatos e, principalmente, pelas oposições sindicais, que alegavam ser esse tipo de expediente, em sua maioria, prejudicial aos trabalhadores.

Com a retomada das lutas trabalhistas nos anos 80, as reivindicações em torno dos “direitos” passam a ser o centro das mobilizações de massa nas áreas de assalariados rurais. Começam a ser incentivados pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais as iniciativas dos diversos sindicatos

²⁶ Barbosa, 1985, p. 146. “Junta de conciliação e julgamento” era o nome dado às reuniões que visavam à resolução dos conflitos de trabalho.

da zona canavieira que tinham como objetivo a cobrança dos "direitos". Nesse sentido, os contratos individuais, mesmo dentro dos parâmetros legais vão dar lugar à Contratação Coletiva de Trabalho, conquistada em 1984. A partir daí, as Campanhas Salariais vão se repetir todos os anos, apresentando algumas modificações de um ano pra outro, principalmente em relação às táticas dos atores em disputa.

Ao longo desses anos, o ponto fundamental que vai dividir as opiniões no meio sindical é a questão do cumprimento das conquistas legais. No sindicato de Sapé, essa divergência vai se dar entre a diretoria em exercício e a oposição sindical. Tal divergência, é importante destacar, tinha como pano de fundo a forma de condução das Campanhas Salariais, que não priorizava a mobilização após a realização dos Acordos e Dissídios Coletivos. Segundo relato de canavieiros do município de Sapé, a prática do sindicato nesse sentido era bastante tímida, o que só favorecia a atitude dos patrões de não cumprirem as conquistas legais dos trabalhadores.

Em 1990, com a vitória da oposição sindical e, conseqüentemente, a mudança na direção do sindicato, ocorre um outro direcionamento na ação sindical, voltada agora, basicamente, para a organização e mobilização dos canavieiros em torno da Campanha Salarial e, posteriormente, para a "ação de cumprimento" dos Acordos e Dissídios Coletivos.

*"Quando ganhamos o sindicato, investimos na questão da Campanha Salarial dos canavieiros e o cumprimento. Aí fomos visitar as fazendas e ver os trabalhos com os canavieiros. Aí a gente implantou o trabalho de fiscalização da área canavieira fazendo reuniões nas fazendas, juntando eles pra as assembléias, fazendo encontros e discutindo até um curso sobre os direitos trabalhistas".
(Dir. do sindicato 02)*

O depoimento desse dirigente sindical, membro da atual diretoria, deixa claro a mudança na ação sindical nesse período mais recente, quando a diretoria do sindicato dá uma nova condução às iniciativas sindicais para efetivação dos direitos oriundos das Campanhas Salariais. A mudança na ação sindical foi tão explícita, que se pode indicar o ano de 1990 como sendo um marco histórico no sindicato de Sapé. A partir desse período, configura-se um "novo tempo", marcado principalmente por um processo de organização e mobilização a partir dos locais de trabalho. Vejamos o que afirma esse proprietário rural, fornecedor de cana no município de Sapé, em entrevista para nossa pesquisa.

"Bem, eu acho que de 90 pra cá apertou demais esse negócio de fichar trabalhador da cana e pagar direitos". (Fornecedor de cana)

Esse sentimento, por parte dos proprietários rurais, constatamos também junto a outros segmentos sociais do município, quando se referiam ao trabalho desenvolvido pelo sindicato nesse período mais recente. Vejamos o que afirma a presidenta da Câmara Municipal dos Vereadores.

"A maioria dos trabalhadores foram orientados pelo sindicato. O sindicato mostra quais os direitos que eles têm. E daí a cada ano que vai passando, eles ficam mais entendidos na história dos direitos". (Vereadora 01)

O encaminhamento de ações trabalhistas na justiça cobrando direitos não pagos pelos usineiros durante um determinado período de trabalho tornou-se uma prática cotidiana. É comum, hoje, um trabalhador ao ser despedido de uma empresa, procurar logo o sindicato para realizar seus cálculos trabalhistas, com o objetivo de tomar conhecimento do valor a receber. Essa atitude por parte dos trabalhadores é favorecida também pela disponibilidade do serviço jurídico, oferecido pelo sindicato dos trabalhadores rurais. É importante destacar, por

veremos posteriormente, o sindicato contratou serviços de advogados para encaminhar as ações trabalhistas dos trabalhadores vinculados a essa unidade de produção.

Em depoimento sobre esse novo momento, um fornecedor de cana destaca as mudanças que ocorreram na relação entre patrão e trabalhador. Segundo ele, não existia esse negócio de pagamento de direitos através de ações na Justiça do Trabalho.

“Cabia ao senhor de engenho ou usineiro, ao término de um tempo de trabalho dar ao trabalhador aquilo que desejasse”.

Continuando seu depoimento afirma:

“Antigamente não existia esse negócio de indenização, isso começou de uns anos prá cá”. (Fornecedor de cana)

Outro tipo de ação encaminhada à Justiça do Trabalho são as ações de cumprimento. Esse tipo de reclamação consiste na cobrança de cláusulas do Dissídio Coletivo ou Acordo que não estão sendo cumpridas, quando ainda os trabalhadores estão exercendo suas atividades na usina ou em propriedade rural de fornecedor. Essa ação é, normalmente, encaminhada de forma coletiva contra a empresa que está descumprindo uma determinada cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho.

Na opinião de vários entrevistados, essa atitude por parte do sindicato só prejudica os trabalhadores, pois as empresas têm reagido de forma muito dura, não contratando trabalhadores residentes em Sapé, por saber que ao término de um período de trabalho, eles acionam a Justiça cobrando os seus direitos. Vejamos o que afirma a mesma vereadora sobre essa questão:

“Inclusive se comenta que, quando o pessoal passa, as turmas de trabalhadores alugados passam e dizem que são de Sapé, nenhum proprietário quer trabalhar com essa turma. Ele sabe que quando terminar aquela safra, eles vão entrar na Justiça do Trabalho contra aquele proprietário, porque não pagou salário correspondente ao que diz a Lei”. (Vereadora 01)

Outro aspecto salientado no que diz respeito às ações encaminhadas à Justiça é o tempo de serviço informado pelos trabalhadores, quando vão ao sindicato buscar orientação sobre seus direitos. Existe uma acusação por parte dos empresários, que se difundiu também entre outros segmentos sociais da sociedade local, de que o sindicato não apura corretamente o tempo de serviço que o trabalhador permaneceu na empresa. Segundo a visão desse segmento social tal atitude por parte do sindicato contribui para criar mais conflitos e o sindicato perder sua credibilidade perante a sociedade.

A visão mais corrente sobre essa questão é a de que, de fato, o trabalhador tem direito. O que não estaria correto seria passar informação errada para o sindicato, como afirma esse vereador de Sapé em entrevista.

“Eu acho que todo mundo tem que ter um ponto de apoio para recorrer dos seus direitos. Agora, vejo que tem que ser feito a coisa com responsabilidade. Porque o sindicato às vezes não apura o tempo de serviço do trabalhador, que passa dois ou três meses numa empresa, enquanto chega no sindicato dizendo que passou dois anos e o sindicato encaminha a ação na Justiça”. (Vereador 02)

Na verdade, o que ocorre é um descumprimento quase que geral da Contratação Coletiva de Trabalho. Como os canavieiros não conseguem a efetivação desses direitos durante o período de trabalho, a saída que encontram é quando demitidos cobrar na Justiça. Essa atitude dos trabalhadores de procurar o sindicato, com o objetivo de reclamar seus direitos na Justiça, representa um questionamento na relação de trabalho tradicional entre usineiro e trabalhadores

nessas áreas canavieiras. Frente a essa realidade, os patrões reagem de várias formas: com aqueles trabalhadores que acionam a justiça para a cobrança dos direitos, fazem constar seu nome numa "lista negra", que os impede de conseguir outro emprego no município onde reside e até em outras empresas localizadas na região. Essa lista normalmente é divulgada entre as usinas e propriedades da região, como forma de punir aqueles trabalhadores "que botaram o patrão em questão" e, ao mesmo tempo, de alertar os outros para que não tomem a mesma iniciativa. Isso significa que novos obstáculos vão surgindo com o objetivo de impedir a mobilização dos canavieiros em busca dos direitos.

Para livrarem-se das reclamações trabalhistas, os patrões têm se utilizado de novos expedientes, a exemplo da contratação de trabalhadores vindos de outros municípios não canavieiros. A maioria desses trabalhadores oriundos desses municípios são pequenos proprietários que, não conseguindo sobreviver apenas como "pequenos produtores", no período da safra da cana, deslocam-se para a região canavieira a procura de trabalho.

Por não residirem no município onde trabalham, esses trabalhadores têm sua participação nas atividades sindicais dificultada pela sua permanência nos alojamentos da usina durante a semana. Em razão do difícil acesso dos dirigentes sindicais a esses alojamentos, o contato com esses trabalhadores é mínimo, o que impossibilita a participação deles nas iniciativas do movimento sindical. Essa não participação tem sido apresentada pelos dirigentes do movimento sindical como fator decisivo para a falta de atitude desses trabalhadores no que se refere à cobrança do cumprimento dos direitos.

Procurando romper com essa situação, o sindicato tem deslocado sua ação para os locais de trabalho. Dessa forma, os dirigentes sindicais acreditam que podem minar essa nova estratégia patronal, provocando nos "trabalhadores de fora" a necessidade de reivindicar a aplicação da Legislação Trabalhista

Enfim, o que interessa destacar aqui é a mudança de atitude dos trabalhadores frente ao não-cumprimento dos direitos. Normalmente, ocorre que o trabalhador, ao ser despedido de uma determinada empresa, recorre ao sindicato em busca de orientação sobre seus direitos. Essa iniciativa de levar a "questão ao sindicato" representa, do ponto de vista da dominação exercida pelos patrões, um rompimento desses laços presentes nessa área. Nesse sentido, o sindicato passa a ter um papel fundamental nessa mediação.

De certa forma, o caso de Sapé pode ser pensado através de uma tendência mais geral, já oportunamente pensada por Palmeira (1985-48):

"O sindicato, por menos atuante que seja, é um corpo estranho que se introduz numa relação, cuja exclusividade é parte de sua própria natureza. Se a legislação e a própria justiça podem ser neutralizadas pela função de mediação dos grandes proprietários e chefes políticos locais, o sindicato é um novo mediador, dificilmente 'capturável' pela sua própria vinculação a um sistema sindical mais amplo, que se introduz nas relações entre campesinato e o Estado. É a 'lei do fazendeiro' que passa a ser relativizada. A possibilidade de um grande fazendeiro ser chamado a uma Junta de Conciliação ou à Justiça Civil para pagar 'direitos' devidos a algum trabalhador ilegítima (ou trabalha no sentido da ilegitimação) o poder daquele fazendeiro e, por extensão, de todos os grandes proprietários que exercem seu poder dentro dos mesmos moldes."

Entretanto, como percebemos, novos expedientes vão sendo criados pelos patrões com o objetivo de neutralizar ou minimizar a ação dos trabalhadores no sentido de conseguir a efetivação das conquistas legais.

CAPÍTULO II

A CRISE CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE SAPÉ

I. A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE SAPÉ

O município de Sapé localiza-se na micro-região do baixo-paraíba, na parte leste do estado. Limita-se ao norte com os municípios de Mamanguape e Araçagi; ao sul com São Miguel de Taipu, Pilar e Caldas Brandão; a leste com Cruz do Espírito Santo e Santa Rita e a oeste com o município de Marí. Sapé está situado em uma área de transição, possuindo características da região litorânea, zona da mata e agreste. Está situado em uma região de relevo, com poucos obstáculos naturais, possuindo apenas pequenas altitudes com topos arredondados. A maior parte de sua área é formada por tabuleiros costeiros e, logo foi ocupada pela "plantation canavieira", incorporando-se cedo à região de expansão canavieira do Nordeste. No primeiro momento, a cultura canavieira do município estende-se pela parte mais colinosa. A cana só veio atingir a região de tabuleiro na década de 70. Isto pelo fato de esta região ser considerada de relevo "pobre", não sendo, portanto, área adequada à agricultura de grande extensão, como é o caso da cana-de-açúcar. Foi na parte do município, de relevo ondulado, que se instalaram os primeiros engenhos e usinas.

- A área rural pode ser dividida em duas partes: a zona rural, ao leste,
- que corresponde às áreas de várzea, onde predomina a grande propriedade, com solos férteis. A parte oeste, região de tabuleiro, com solo arenoso e pouco fértil,

ocupado por pequenos estabelecimentos rurais que cultivam culturas típicas da agricultura de subsistência.

A cana-de-açúcar e o abacaxi, ao longo do tempo, destacaram-se como as duas culturas predominantes no setor agrícola do município, responsáveis pelo desenvolvimento econômico de Sapé. A cana-de-açúcar, desenvolvida em grande escala, sempre incorporou um contingente significativo de mão-de-obra em suas atividades produtivas, seja na parte agrícola seja na industrial. Em especial, na época da safra, que tem uma periodicidade de cerca de seis meses (outubro a março). O abacaxi, cultura mais recente no município, logo destacou-se também na criação de postos de emprego na região. Sua produção destina-se prioritariamente para a exportação.

No final dos anos 80, inicia-se mais uma crise no setor canavieiro, atingindo profundamente o desenvolvimento dessa cultura em Sapé, não apresentando, portanto, a mesma importância na absorção de mão-de-obra. O mesmo vai ocorrer com a cultura do abacaxi. Ou seja, atualmente, ambas as culturas, em decorrência da crise, não têm a mesma importância econômica para o município, como destaca a presidenta da Câmara dos vereadores de Sapé.

“A questão da cana no município de Sapé, ela deixa muito a desejar. Porque nós crescemos aqui no município sabendo que a cana era o principal produto da região, além do abacaxi, mas infelizmente as usinas, ao longo do tempo, elas foram se endividando, foi caindo a produção de cana... então, a cana deixou de ser aquela cultura essencial do município e nós temos inclusive, duas usinas paradas. Uma é a usina Santa Helena que é devedora do Banco do Brasil e inclusive dizem que seu patrimônio não dá para pagar a sua dívida.”(Vereadora 01)

Já no início de Séc. XVII, surgem os primeiros engenhos em Sapé,

03) Por ser uma região onde a cana teve espaço abundante para sua expansão, muitos engenhos foram instalados nessa área, tornando-se uma das regiões do estado onde se instalaram mais unidades de produção açucareira.

Segundo Gilberto Osório, as primeiras usinas instaladas na Paraíba foram na região do baixo-paraíba, no início desse século. A primeira foi a usina Santa Rita, em 1910, que na época levava o nome de usina Cumbe, localizada no município de Santa Rita. A usina Santa Helena, localizada no município de Sapé, tem sua origem em 1917. No seu primeiro momento de existência denominou-se pelo nome de usina Bonfim. Nessa época pertencia ao coronel Gentil Lins de Albuquerque, chefe político desse município.²⁷

Posteriormente, em 1924, a usina Bonfim foi comprada pelo grupo econômico Ribeiro Coutinho, juntamente com mais duas unidades no município de Cruz do Espírito Santo. A fusão dessas unidades de produção deu origem à Companhia Agroindustrial Santa Helena. A transferência de titularidade que ocorreu nessa época teve como consequência uma crescente concentração de terras em mãos de uma única família, a Ribeiro Coutinho, que ao longo dos anos iria controlar o poder político e econômico da região do baixo-paraíba, como uma das mais fortes oligarquias do "grupo da várzea."²⁸

No final dos anos 60, a Paraíba já contava com sete usinas, sendo cinco na região litorânea e baixo-paraíba e duas na região do brejo.²⁹ A presença dessas usinas vai modificar significativamente as condições de produção e reprodução da força de trabalho na região. Como afirma Novaes (1987-28): "a chegada das usinas" pode ser apontada como um divisor de águas.

²⁷ Cf. Moreira, O processo de ocupação do espaço agrário paraibano, 1990.

²⁸ O "Grupo da Várzea" foi resultado de um "pacto político" firmado na revolução de 30, composto por oligarquias tradicionais com interesses no monopólio da terra e no controle do poder político. A família Ribeiro Coutinho foi a que mais se destacou nesse grupo na Paraíba.

²⁹ Na região litorânea e no baixo-paraíba tínhamos a usina Santa Rita, Usina São João e usina Santana

Nesse período, há um processo de transformação na vida dos trabalhadores da cana.

Outro aspecto que vai marcar também essa nova fase na região canavieira é a incorporação de vários engenhos pelas usinas, através da compra dessas propriedades. Tal realidade faz parte do processo de expropriação dos senhores de engenhos, decorrente da industrialização da produção açucareira, elevando a capacidade produtiva das usinas em relação aos antigos engenhos. Em razão disso, os senhores de engenhos foram forçados a desativar suas unidades de produção, transformando-se em fornecedores de cana para as usinas que ora instalavam-se na região.³⁰ Com a implantação do Proalcool, aumenta ainda mais a capacidade produtiva das usinas e destilarias, transformando muitos pequenos produtores que cultivavam agricultura de subsistência e produtos alimentícios em fornecedores de cana.

Na área canavieira, por várias décadas, no interior dos engenhos e usinas, trabalhadores moravam e trabalhavam, identificados pelos senhores de engenhos como "moradores de condição". Com as transformações que ocorreram nessa época, assiste-se a expulsão desses moradores, que passaram a engrossar a população urbana de "pontas de ruas". No município de Sapé, o aglomerado que se formou à margem da rodovia estadual que liga Sapé ao município de Cruz do Espírito Santo, com o nome de "nova Cuba" é resultado desse processo de expropriação sofrido por esses moradores de engenhos na década de 60, como afirma Novaes. (1987-168)

"De fato nos meses e anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, muitos moradores de condição, foreiros e rendeiros foram obrigados a deixar as propriedades em que habitavam para morar nas 'pontas de ruas'... Rapidamente se expandiram verdadeiros povoados nas 'beiras da pista', sobre as terras públicas, ao longo das principais rodovias do estado."

Passada a crise vivenciada na metade desse século, decorrente da falta de mercado para o açúcar produzido na região, a cultura canavieira volta novamente a expandir-se. A crise internacional do petróleo nos anos 70, apresenta-se como elemento importante para a retomada do desenvolvimento dessa cultura. Após essa crise, a cultura canavieira volta novamente a expandir-se. A crise internacional do petróleo nos anos 70, apresenta-se como elemento importante para a retomada do desenvolvimento dessa cultura. O Proalcool veio responder justamente a esse momento crítico do setor açucareiro, que já não encontrava mercado para sua produção. Mais uma vez o setor canavieiro foi beneficiado com incentivos governamentais por parte do governo federal, possibilitando deste modo, sua expansão no município. Com esses recursos, foi possível modernizar o setor agrícola e o parque industrial, com a instalação de modernas destilarias para fabricação de álcool para combustível. A produção de álcool no município de Sapé começa justamente com o Proalcool, quando foi implantada a destilaria anexa à usina Santa Helena. A partir daí, a cana começa a ocupar áreas de tabuleiro do município. Em 1980, Sapé já ocupava o segundo lugar na produção de cana-de-açúcar do estado da Paraíba, participando com 12.5% da produção total.

Na primeira metade dos anos 80, precisamente no final de 83 e início de 84, o município ganha mais uma unidade de produção. Dessa vez, uma destilaria autônoma de álcool, denominada de UNA-Agroindustrial S/A e instalada justamente na região dos tabuleiros. Agora com duas unidades de produção no município, a área plantada com cana-de-açúcar aumentou consideravelmente, expandindo-se para áreas de tabuleiro, antes consideradas imprópria ao cultivo da cana. Essa área foi ocupada, principalmente em função da destilaria UNA, localizada ao norte do município. Essa destilaria começou a operar na safra 84/85. A cana utilizada nessa unidade de produção era, em sua maioria, proveniente dos fornecedores, visto que a destilaria não tinha terra própria para o plantio de cana.

Os anos de 1981 a 1985 foi um período considerado de maior desenvolvimento do setor canavieiro na região. Essa fase corresponde ao período em que o governo federal liberou várias linhas de crédito para instalação e modernização de unidades de produção ou para a renovação do plantio de cana. É importante destacar que o financiamento era assegurado em 100%, reembolsável entre três e cinco anos, sem correção monetária para as regiões Norte e Nordeste, com taxas de juros de 15% para pequenos produtores, 12% para os médios e 26% para os grandes.

Neste processo ocorreram modificações nas relações de trabalho, principalmente, em decorrência da modernização que foi incorporada pelo setor. Nesse momento aumenta significativamente, por exemplo, o número de tratores, uso de adubos e fertilizantes na agricultura do município.

Com a interrupção desse período de apogeu, o Proálcool entra em declínio rumo à estagnação e, conseqüentemente, os usineiros reiniciam o discurso da "crise". Essa etapa corresponde ao início do ano de 1987, quando o sinal da "crise" aparece com mais nitidez. A partir daí, os usineiros começam a pressionar o Estado a injetar recursos no setor, tendo em vista que começa a ocorrer uma relativa diminuição dos recursos creditícios em direção ao setor canavieiro, ao mesmo tempo em que cresce sua dívida junto ao sistema bancário. Essa situação vai provocar um desestímulo nos produtores, por estarem acostumados com as benesses do Estado.

O quadro de crise da cultura canavieira que se desenha nesse momento, acentuado pelo período de estiagem nos anos de 92 e 93, representou para o município de Sapé prejuízos, tanto do ponto de vista econômico quanto social. A quantidade de trabalhadores que ficaram desempregados foi enorme, principalmente no início da crise da usina Santa Helena. O depoimento do secretário de agricultura do município é bastante ilustrativo em relação a essa

“O caso da usina Santa Helena, que encerrou suas atividades, deixou realmente uma situação extremamente grave, porque a cana-de-açúcar ela tem uma posição de grande importância, tanto do ponto de vista econômico como social. Além disso, é uma agroindústria que acarreta ICM para o Estado, para o município e vem também de encontro a necessidade do povo, que é trabalhador, ofertando emprego para o povo, e isso tem causado uma situação extremamente drástica.”(Sec. de agricultura)

Como resultado dessa situação, a cana hoje não tem a mesma importância econômica para o município. Sapé que já foi considerado o “coração da zona canavieira” do estado, encontra-se numa profunda crise. Esse quadro é bastante evidente, bastando ver cotidianamente na imprensa as lamentações dos usineiros e fornecedores, colocando suas reivindicações junto ao governo federal. Vejamos as seguintes manchetes jornalísticas que saíram, nos jornais da Paraíba em relação a essa situação, nos últimos anos: “Produtores de cana não querem pagar as dívidas com juros (O Norte, 05-12-89); “Produtores afirmam que a safra de cana-de-açúcar foi uma das piores” (O Norte, 01-05-90); “Falta de incentivo pode prejudicar a produção sucroalcooleira em 90” (O Norte, 06-01-90); “Proalcool enfrenta desestímulo do governo” (O Norte, 13-03-90).

2. CRISE CANAVIEIRA OU REESTRUTURAÇÃO

A agroindústria açucareira, ao longo de sua história, tem se caracterizado por momentos de crise e de expansão, a depender da oscilação dos preços do açúcar no mercado internacional. É importante apontar que nestes momentos de crise ou de expansão o Estado sempre esteve presente, não só na

Estado, através de reivindicações dos usineiros, tem atuado também no âmbito da produção, planejamento econômico, além da mediação política entre os diferentes atores: usineiros, fornecedores e trabalhadores (Novaes, 1994-52).

Como já afirmamos, a criação do Proalcool, em 1975, caracterizou-se como mais um mecanismo por parte do Estado para salvar o setor que, à época, encontrava-se em situação desfavorável. No início da década de 70, a agroindústria açucareira passava por uma fase de crise. Esse programa teve como objetivo, justamente reerguer o setor, agora com a produção de álcool carburante anidro e hidratado para substituição de derivados de petróleo.

Para Egler (1984-05), a justificativa para a criação do Proalcool deve ser buscada não apenas na crise energética em que se encontrava o setor canavieiro. Para este autor, a pista para essa tomada de decisão por parte do governo diz respeito muito mais a questões internas ao setor canavieiro. Isto porque esta opção alcooleira apresentava condições vantajosas de financiamento para a modernização e ampliação da parte industrial, bem como para expansão e modernização da área agrícola. Dessa forma, o setor teria condições de superar a crise do preço do açúcar no mercado internacional.

Através desse programa, o Estado alocou recursos para as várias esferas da produção canavieira, resultando na expansão dessa lavoura nos diversos estados brasileiros. Isto permitiu também ao setor, que no momento passava por uma situação de crise, retomar seu desenvolvimento.

Nesta mesma perspectiva de análise, J. R. Novaes (1994-94) afirma o seguinte:

“A queda do preço do açúcar no mercado internacional em 1974 interferiu neste processo expansionista e a agroindústria açucareira entrou novamente em ‘crise’. Porém, a implantação do Proalcool em 1975, diversificou a produção do setor e abriu novas perspectivas de crescimento. Os usineiros tiveram acesso a novos

de álcool passaram de US\$ 59 milhões, em 1975, para US\$ 1,4 bilhão, em 1981”.

Como resultado da implantação desse programa, instalaram-se destilarias anexas e autônomas nos diversos estados da federação³¹, como parte do investimento para a renovação do parque industrial. Ao mesmo tempo houve também a expansão e modernização da parte agrícola, como forma de responder à nova demanda por matéria-prima para a produção de álcool. Dessa forma, o Estado estaria respondendo também aos interesses dos empresários do setor fabricante de equipamentos para usinas e destilarias.

O Proalcool na Paraíba encontrou um espaço bastante favorável. Até 1975, o plantio de cana-de-açúcar estava concentrado nos vales do rio Mamanguape e Paraíba e na região do Brejo. Com a implantação desse programa a cana-de-açúcar expande-se para áreas ocupadas por pequenos produtores e para as regiões dos tabuleiros costeiros, sendo esta última, a região onde mais a cana se expandiu e onde se instalaram unidades de produção nos últimos anos.

Em trabalho realizado sobre os impactos do Proalcool na Paraíba, Egler (1984-16) destaca os efeitos causados por esse Programa. Segundo ele, a produção de álcool teve um crescimento vertiginoso, saltando de 3,8 milhões de litros de álcool na safra de 72/73, para 67 milhões de litros na safra de 79/80. Esse aumento da produção sucroalcooleira é resultado não só do aumento da área plantada, mas também do crescimento do nível de produtividade com a introdução de novas variedades .

Até 1970, existiam na Paraíba sete usinas, localizadas em áreas tradicionais de cultivo da lavoura canavieira. Após a implantação do Proalcool, novas unidades vão ser instaladas, principalmente em regiões não tradicionais da cultura canavieira. No início dos anos 70, existiam na Paraíba três destilarias: duas

anexas e uma autônoma. Na década de 80, chega a ter doze, sendo quatro destilarias anexas e oito autônomas. (Ver quadro 01 em anexo)

É importante destacar que nesse processo expansionista da lavoura canavieira na Paraíba eclodiram vários conflitos de terra, haja vista que as terras antes destinadas aos pequenos produtores: arrendatários, posseiros e moradores foram ocupadas pela cana, causando a expulsão de centenas de trabalhadores dessas áreas.

Em estudo sobre a questão agrária na Paraíba Novaes (1985-209) destaca esse aspecto.

“Na Paraíba, particularmente após 1975, ao estímulo governamental para a expansão da pecuária junta-se - após a criação do Proalcool - o interesse em expandir o plantio da cana-de-açúcar. Acelera-se, neste sentido, o processo de expulsão de trabalhadores rurais que enquanto posseiros, arrendatários, moradores e foreiros tinham acesso à terra para o cultivo, através do trabalho familiar”.

Se no primeiro momento esta estratégia possibilitou suprir as necessidades do setor, hoje parece não ser mais suficiente. Para os empresários esse mecanismo era bem mais lucrativo. Os recursos oriundos do Estado para serem aplicados na modernização das unidades de produção eram desviados para outros fins. Aqueles empresários que optaram em investir os recursos no processo de modernização, seja na parte agrícola, seja na industrial, hoje estão mais aptos a conviver com essa nova fase de desenvolvimento da agroindústria canavieira, centrada não mais na expansão da área cultivada e sim, na maior eficiência da produtividade. Ao contrário, aqueles empresários que não seguiram esse percurso, hoje estão sentindo a “crise” abalar suas unidades de produção.

A crise vivenciada pela usina e destilaria Santa Helena, a partir do

chegando a encerrar suas atividades -, parece indicar um não investimento na modernização da empresa que apontasse para uma maior produtividade, em vista de poder competir com outras unidades de produção que estavam seguindo esse rumo. Diferentemente da década de 80, período em que registra-se uma expansão da área plantada com cana, a década de 90 vai se destacar pelo maior investimento na modernização, tendo em vista o aumento da produtividade. No caso da Paraíba, essa tendência pode ser verificada na região dos tabuleiros costeiros, ao contrário da região do brejo onde já se fecharam usinas e no baixo-paraíba, onde também ocorre o mesmo processo.

Essa crise anunciada pelos empresários no fim dos anos 80, - é importante destacar -, não significou o fim dos incentivos governamentais, como anunciam os usineiros. O que ocorreu foi uma diminuição relativa dos recursos, em virtude do acúmulo de dívidas com as instituições financeira e com o Estado.

Em virtude desse quadro, a década de 90 caracterizou-se como sendo de "crise". Na Paraíba, os reflexos dessa crise foram logo expostos para a sociedade, através da imprensa.³² Sistemáticamente, os jornais têm divulgado a situação de insolvência financeira de determinadas usinas, a exemplo da usina Santa Maria, no município de Areia, que chegou a fechar suas portas e encontraram-se com seus bens penhorados para pagamento de dívidas, entre elas a dívida trabalhista. A usina Santa Helena encontra-se na mesma situação. (Ver item III desse mesmo capítulo)

Além dessas duas unidades, que já não funcionam mais, outras também estão passando por dificuldades financeira, pelo menos é o que conseguimos verificar através da imprensa. Essa situação de crise nesses últimos anos, acentuada pela estiagem nos anos 92 e 93, foi a oportunidade que os empresários tiveram para apresentar suas reivindicações aos governos federal e

estadual. Nesse período, cotidianamente os usineiros lançavam notícias na imprensa colocando a situação de crise, procurando sempre apontar para o possível desemprego em massa no setor, caso o Estado não atendesse seus pedidos.³³ Esse tempo foi propício também para o aumento da exploração dos trabalhadores e o descumprimento do Dissídio Coletivo, chegando ao ponto de ameaçar com o corte do pagamento dos salários, caso o governo não liberasse verbas para o setor. Em nota à imprensa, o presidente da COFARPA - Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de Cana, afirma o seguinte:

"Apesar da determinação do ministério da fazenda, o financiamento através do Banco do Brasil ainda não chegou às mãos dos produtores, fato que prejudicará a safra e, conseqüentemente, o trabalhador que ficará sem receber os seus vencimentos". (O Norte, 09-07-93)

Esquecem os empresários que esse quadro em que se encontra hoje o setor sucroalcooleiro faz parte das mudanças na dinâmica da economia canavieira, tendo por um lado a intensificação dos chamados setores de ponta que conseguiram modernizar-se e, por outro, o desmonte de unidades atrasadas e localizadas em áreas não favoráveis à modernização, como afirma J. R. Novaes (1994):

"Alteraram a dinâmica expansionista da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, estimularam a concentração das usinas com incentivos à fusão, incorporação de unidades de produção... A possibilidade da incorporação de novas tecnologias à lavoura canavieira estimulou o deslocamento de usinas para outras áreas onde as condições topográficas permitiam o progresso técnico".

Nesse sentido, as regiões do brejo e do baixo-paraíba, que por muito tempo foram áreas privilegiadas para o plantio de cana, hoje parecem perder sua eficiência. A cana tem se expandido para a região dos tabuleiros costeiros, onde as condições do relevo são mais propícias para introdução da mecanização de forma mais generalizada.

Segundo estudos que analisam o processo atual do setor sucroalcooleiro, existe um discurso político em torno dessa "crise" que tem como objetivo impressionar a sociedade, o Estado e os trabalhadores. Com esse discurso, os usineiros têm forçado o Estado a continuar injetando recursos públicos no setor. No ano de 1993, o governo liberou, através do Banco do Brasil, U\$ 115 milhões de créditos subsidiados, como parte de recursos, que somam U\$ 500 milhões. Desse montante, 30% para o Nordeste. (DIEESE, 1993)

O que vem ocorrendo, de fato, é um processo de reestruturação do setor. Ao mesmo tempo que em algumas áreas está ocorrendo desmonte de usinas e destilarias, em outras regiões têm se intensificado o processo de modernização, como afirma Muniz (1994-67), quando analisa esse quadro vivenciado hoje pelo setor sucroalcooleiro.

"A palavra crise não é simples. Acho que há uma crise, mas decorre de um processo de ajuste estrutural, que caminha para sair dela (crise) e que vai sair mais forte que antes, com uma nova configuração de relação entre fornecedores de cana, usineiros e trabalhadores; com os trabalhadores com menor capacidade de pressão que antes. O que está colocado aí é uma visão de crise que a gente não pode julgar pelas aparências. ... É uma crise de mudança, o setor está mudando na forma como ele estava operando, na forma como estava agindo e na relação que mantinha com o movimento sindical..."

Em nome da crise, os usineiros e fornecedores de cana têm lançado

um discurso que tenta ainda mais o descumprimento dos direitos,

tendo os trabalhadores suas condições de trabalho cada vez mais desumanas e seus salários achatados. Essa situação tem se apresentando bastante desafiadora para o movimento sindical, na medida em que, com a crise, cresce o número de trabalhadores desempregados, levando-os em alguns momentos a se submeterem a situações de super exploração. Nesse sentido, compartilhamos da análise de Muniz (1994-68), quando afirma que a crise é real, haja vista que o setor está passando por uma mudança estrutural, e representa também danos para os trabalhadores.

“E crise no sentido de que existe uma mudança e um ajuste estrutural no setor, com repercussão direta sobre os trabalhadores, esses sim, sofrem do ponto de vista econômico, social, político e sindical”.

No que se refere aos empresários, a situação é bem diferente. Em favor da crise, continuam sendo beneficiados com as benesses do Estado, a exemplo da anistia de débitos, captação de novos recursos financeiros, etc. Como parte do discurso da “crise”, alegam sempre a importância que o setor representa na economia e na ocupação de mão-de-obra, jogando sempre com a possibilidade de demissão em massa, caso não tenha recursos para o setor.

É importante destacar que, com esse discurso, os empresários conseguem ganhar o apoio de vários segmentos da sociedade. Quando indagamos, por exemplo, aos políticos locais, sobre a crise da cultura canavieira no município de Sapé, as respostas apontaram para dois fatores: a falta de recursos e incentivo por parte do Estado e a ação dos trabalhadores em busca de direitos. Em nenhum momento fizeram referência ao processo de reestruturação do setor canavieiro em curso.

3. INSTALA-SE A CRISE NA USINA SANTA HELENA

"A cana-de-açúcar sempre foi o carro chefe do município, além das outras culturas como o abacaxi. A cana sempre despontou como atividade principal. Nós tínhamos na região praticamente três usinas localizadas no município de Sapé, hoje, praticamente só existe uma usina, onde se divide parte para Santa Rita e parte para Sapé". (Sec. de agricultura do município)

O município de Sapé foi sede de engenhos e usinas desde o séc. XVII. Sua localização em uma região propícia ao cultivo da lavoura canavieira atraiu várias unidades de produção açucareira. Como já nos referimos em momento anterior, a usina Santa Helena desenvolve suas atividades em Sapé desde 1917, passando por vários processos de incorporação de engenhos e mudança de razão social. A aquisição da usina Santa Helena pela família Ribeiro Coutinho favoreceu nesse momento a concentração de terra, nas mãos de uma única família, resultado de benefícios que recebera por parte dos incentivos fiscais dirigidos ao setor naquele período.³⁴

Em 1924, o setor açucareiro entra em crise, decorrente da queda do preço do açúcar no mercado internacional. O baixo preço teve como consequência para o setor o indivíduo dos pequenos e médios produtores de cana sendo, portanto, tragados pela concorrência dos grandes usineiros e acionistas de sociedades anônimas.

Em consequência dessa crise muitos engenhos foram vendidos. Na Várzea da Paraíba, a situação foi ainda mais grave pelo fato de os senhores de engenhos terem suas dívidas executadas judicialmente pelos usineiros. Em virtude dessa situação, muitos senhores de engenhos, em troca de ocuparem postos de gerência nas empresas açucareiras ou emprego no serviço público, venderam seus engenhos a preços irrisórios. (Martha, Santana, 1990-135)

Dessa forma, a oligarquia açucareira mais uma vez foi beneficiada com a crise, aumentando ainda mais a concentração de terras e o poder político desse grupo que sempre esteve junto à máquina estatal.

Posteriormente à aquisição da usina Santa Helena pela família Ribeiro Coutinho, ocorre uma divisão entre acionistas, que por sinal eram irmãos. Após essa partilha, a usina ficou pertencendo a João Ribeiro Coutinho. Nos últimos anos, passou a pertencer a seu neto, Carlos Ribeiro Coutinho.

A usina Santa Helena, além da área onde se localiza a unidade agroindustrial e onde se processa a fabricação de açúcar e álcool, possui 12 fazendas que correspondem a 18.700 ha. Nesta área desenvolve suas atividades agrícolas, principalmente a cana-de-açúcar. As fazendas são: Açude do Mato, Boa Vista, Cuité, Moreno, Pacatuba, Cachoeira, Viveiro, Cobé, Santa Luzia e São Felipe.

A usina Santa Helena, pela sua capacidade de produção de açúcar e álcool, sempre absorveu a produção de suas fazendas e de outras áreas pertencentes a pequenos e médios produtores de cana da região, conhecidos como fornecedores, sendo que a maior parte da cana esmagada era cultivada em terras pertencentes à usina. Essa era uma situação diferente das demais unidades de produção. Na Paraíba, na década de 80, 62% da cana destinada às usinas e destilarias eram de fornecedores. Esses produtores representavam um potencial importante no estado, com seus "lobbies" de pressão sobre o Estado. (Egler, 1985-12)

A produção média anual da Usina Santa Helena, no início dos anos 80, era de 800 mil sacos de açúcar de 60 quilos e 12 milhões de litros de álcool. Nesse período, era considerada a maior usina da Paraíba. Nessa fase, proporcionava 1.900 empregos ditos permanentes, sendo 1.400 no campo e 500 na indústria. Durante a safra que vai de setembro a fevereiro, o número de

trabalhadores aumenta em cerca de 20% em média, principalmente na área agrícola, especialmente no período do corte de cana.³³

A partir de 1987, quando os usineiros reiniciam o discurso da “crise”, a usina Santa Helena também começa a apresentar sinais de desequilíbrio no seu funcionamento.

Um primeiro aspecto que vai demonstrar tais sinais, é quando em 1988 as diversas fazendas pertencentes à usina são arrendadas para vários arrendatários, todos vindos do estado de Pernambuco. Neste contrato, comprometiam-se os futuros arrendatários a fornecerem a cana produzida nestas áreas para à usina Santa Helena, já que ela continuava sua atividade industrial, sob o controle de seus proprietários.

Logo na primeira safra em 1989, a usina não efetua o pagamento da produção de cana fornecida pelos arrendatários. Tal situação gera um conflito entre as partes, em virtude do não cumprimento do contrato por parte do proprietário da usina. Em razão desse fato, os arrendatários decidem destinar a produção a outras usinas da região, o que gerou uma reação por parte da usina Santa Helena. Reagindo a essa atitude dos arrendatários, os proprietários da usina Santa Helena colocam vigias armados nas estradas que dão acesso as fazendas arrendadas, como forma de impedir a saída dos caminhões carregados de cana-de-açúcar com destino a outras unidades de produção da região.

Diante dessa crise, em 1990 a usina Santa Helena não funcionou, ficando praticamente abandonada. Em 1992, volta a funcionar apenas para a produção de álcool, mesmo assim de forma precária, produzindo uma quantidade de álcool bem inferior a sua capacidade, que já vinha em decadência desde a safra de 89/90.

Desde o primeiro momento, quando a usina arrenda suas fazendas, os moradores que ainda residiam no interior de suas propriedades passam a sofrer pressões dos atuais administradores e grupos interessados na aquisição da empresa, para que abandonassem suas casas. Os grupos envolvidos nessa transação de compra da usina Santa Helena (grupo Caiena), era o grupo Cavalcante de Moraes (proprietário das usinas Japungú, Jacuípe e Miriri) e um grupo do Rio Grande do Norte denominado de Agromar (O Norte, 22 de maio de 92). Vários fatos ocorreram nas diversas fazendas, com objetivo de impedir que os trabalhadores se organizassem para reivindicar as dívidas trabalhistas acumuladas ao longo de 30 anos em média.

É importante destacar que nessas áreas o nível de descumprimento era muito elevado. Para se contrapor a tal situação os trabalhadores passaram a se organizarem por locais de trabalho realizando "paradeiros" com o objetivo de exigir o cumprimento da legislação em vigor.

Para intimidar os trabalhadores, os arrendatários começaram a promover perseguições, ameaças de expulsão daqueles trabalhadores que ainda moravam no interior das fazendas e até demissões de trabalhadores que se destacavam no movimento reivindicativo. Vejamos alguns fatos que ilustram bem essa realidade:

Na fazenda Açude do mato, arrendada ao Sr. Cloves Alves de Araújo, após uma série de paralisações e ações na justiça cobrando direitos atrasados, o proprietário começou a perseguir aqueles trabalhadores que ele considerava grevistas, colocando-os para trabalhar no sistema de "diária" em talhões de cana isolado dos demais trabalhadores, enquanto os outros trabalhadores continuavam trabalhando no sistema de "produção". No início de 90, o mesmo arrendatário começou a demitir trabalhadores menores de 18 anos e até adultos com mais de 10 anos de trabalho na mesma fazenda. Fatos como esses ocorreram nas fazendas

Viveiro, Cachoeira e no engenho Pacatuba.³⁶ Em 1992, na fazenda Cuité, arrendada a Eduardo Henrique Caminha de Souza Filho, foi destruída a lavoura do morador Geraldo José da Silva que morava na propriedade há cerca de 52 anos. A lavoura foi destruída por tratores a mando de seu atual arrendatário. Reagindo a tal situação, 40 trabalhadores, acompanhados pelos dirigentes sindicais, replantaram a área destruída. Segundo os dirigentes do sindicato, os trabalhadores tiveram essa iniciativa pelo fato de que consta na Contratação Coletiva de Trabalho uma cláusula que assegura a todo morador o direito ao sítio,³⁷ no entanto, constantemente essa cláusula vem sendo descumprida pelos proprietários rurais. Em virtude da atitude dos trabalhadores, o arrendatário da fazenda procurou a delegacia do município para resolver o caso. Como tratava-se de uma irregularidade trabalhista a questão foi parar na Junta Trabalhista em João Pessoa, onde foi feito um acordo, ficando o arrendatário de efetuar o pagamento das lavouras destruídas. Insatisfeito com tal resultado, o arrendatário, juntamente com seus capangas, ao voltarem ao município, tentaram impedir a entrada dos trabalhadores em seus locais de moradia, no interior da propriedade.³⁸

Em decorrência dos diversos acontecimentos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé vem denunciando tais situações de perseguição sofrida pelos trabalhadores, para que a sociedade tome conhecimento do que vem ocorrendo com os trabalhadores dessa área. Nesta perspectiva, tem-se solicitado também providências por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado, no sentido de impedir essa onda de violência contra os trabalhadores. Ao mesmo tempo, apelam para a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) responsável pela fiscalização da Legislação Trabalhista para que dê início a uma severa

fiscalização nestas fazendas, tendo em vista que seus proprietários insistem em não cumprir a Convenção Coletiva de Trabalho dos canavieiros.

Dentro desse contexto de falência, a usina Santa Helena passa a atrasar o pagamento dos salários, chegando a interromper por sete semanas. Frente a tal situação, os trabalhadores decidiram procurar a DRT para intermediar um acordo que garantisse o pagamento dos salários atrasados. Apesar do acordo firmado entre os trabalhadores e o representante da usina, os trabalhadores não tiveram seus salários pagos como tinha sido acordado. Frente a essa situação, uma nova ocupação foi realizada pelos trabalhadores, agora na DRT. Nessa ocasião, os canavieiros distribuíam carta aberta à população de João Pessoa denunciando toda a situação de irregularidade praticada pela usina Santa Helena, além de afirmarem à população, através do mesmo documento, que estavam passando fome e sofrendo perseguições por parte dos proprietários da usina. Dizem os trabalhadores na carta:

"há muitos anos a usina, apesar de descontar de nós empregados as contribuições sociais, não as repassa aos órgãos competentes, num total desrespeito à Legislação Trabalhista e a Constituição Federal."

Frente a essa situação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé retoma as mobilizações no sentido de pressionar a usina a efetuar o pagamento dos salários atrasados. Após várias tentativas de negociação com os representantes legais da empresa, sem que fosse apresentada nenhuma solução para o fato, os trabalhadores decidem acampar novamente no escritório da usina, localizado em João Pessoa, capital do Estado.

Diante do quadro de miséria social provocado pela crise da usina Santa Helena, sem que os empresários e autoridades competentes tomassem

dirigentes sindicais da região, resolveram acupar as dependências da Assembléia Legislativa e o Palácio do Governador. No dia 18 de março de 1993, os jornais noticiaram: "Trabalhadores da zona canavieira invadem a Assembléia Legislativa". Centenas de trabalhadores da zona canavieira ocuparam as galerias da Assembléia Legislativa para solicitar do Governo do Estado uma solução para aqueles trabalhadores que passavam por uma situação de miséria social. Segundo depoimentos de trabalhadores a imprensa, eles estavam passando fome, por isso reivindicavam uma medida urgente para resolução de seus problemas. Após serem recebidos por deputados estaduais, os trabalhadores deslocaram-se até o Palácio do Governador, para que fossem recebidos em audiência pelo então governador Cícero Lucena. Na ocasião, os trabalhadores além de reivindicarem a aquisição de cestas básicas, exigiam também que o governador implementasse projetos na região canavieira, no sentido de garantir a sobrevivência dos trabalhadores que ali moravam, principalmente no período da entressafra. Outra reivindicação foi a criação de um programa de desapropriação ou compra de terras para que os trabalhadores pudessem morar e trabalhar na terra. Justificando suas propostas, os trabalhadores afirmaram que era pública e notória a existência de dívidas "astronômicas" contraídas pelos empresários do setor junto ao governo estadual e federal. Dívidas estas que poderiam ser negociadas por terras, a exemplo das terras da Companhia Agroindustrial Santa Helena, localizada no município de Sapé. (O Norte, 18-03-93)

Em meio a essa crise, no início de 1992, a usina Santa Helena é arrendada a uma grupo de empresários do Rio Grande do Norte, denominado de AGROMAR. Sabedores da crise porque estava passando a usina, inclusive dos débitos trabalhistas na justiça do trabalho, o então representante legal do grupo, o Sr. Elmo Teixeira logo se propôs a conversar e negociar as dívidas trabalhistas com os representantes dos trabalhadores.

Para que tal proposta fosse efetivada, foi marcada uma reunião com os representantes dos trabalhadores e o grupo AGROMAR, com o objetivo de viabilizar a negociação. O representante do grupo não compareceu às reuniões e logo começou a pressionar os trabalhadores a desistirem das ações trabalhistas, procurando também expulsar aqueles trabalhadores que ainda moravam no interior da usina, ao mesmo tempo que passou a ameaçar os dirigentes sindicais, chegando a proibí-los de entrarem na usina, para terem contato com os trabalhadores.

A presença do Grupo AGROMAR não gerou conflitos apenas com os trabalhadores. Em maio de 93, os então arrendatários das fazendas foram surpreendidos novamente com o fechamento dos acessos às fazendas por capangas armados, com o objetivo de proibí-los de fornecerem cana a outras usinas da região. Tal fato não agradou aos arrendatários das fazendas que logo solicitaram a presença da segurança pública. O pedido foi prontamente atendido nas pessoas do Secretário de Segurança Pública do Estado, do juiz da comarca de Sapé e do delegado local. Com a presença dessas autoridades, foi possível evitar um verdadeiro tiroteio entre as duas partes. Na ocasião, foram apreendidas, dos dois lados, armas pesadas de uso exclusivo das forças armadas.

Após os vários acontecimentos, a usina não conseguiu mais reerguer o seu funcionamento normal e, em 93, fecha definitivamente suas portas. Com o fechamento da usina, a situação para os trabalhadores ficou ainda mais complicada. A pressão para que os trabalhadores desocupassem as casas onde moram, localizadas no interior da usina e a proibição de entrada de pessoas estranhas, inclusive os dirigentes sindicais e parentes dos moradores, foi uma das formas de impedir a organização dos trabalhadores em busca dos direitos trabalhistas atrasados.

Diante da situação de miséria em que foram colocados, sem salário e sem o pagamento dos direitos trabalhista, os trabalhadores tomaram a iniciativa de vender a produção de um plantio de laranja e maracujá pertencente à usina, até que a situação fosse resolvida. Dessa venda conseguiram sobreviver durante três meses. Em seguida, foi a vez de venderem peças danificadas acumuladas nos depósitos da usina.

Vendo que não se apresentava nenhuma perspectiva de solução para o problema, o sindicato resolve investir no encaminhamento de ações trabalhistas. Para isso, forma no primeiro momento uma equipe de 13 advogados para agilizar a elaboração das ações. Não conseguindo viabilizar o trabalho dessa forma, o sindicato resolve contratar um advogado permanente para resolver esta situação. O resultado desse trabalho foi a entrada de 600 ações trabalhistas envolvendo cerca de 2.000 trabalhadores na Justiça do Trabalho. Com esta iniciativa o sindicato tinha como objetivo assegurar os direitos dos empregados da usina que durante anos ficaram a disposição da empresa.

4. A USINA FECHA SUAS PORTAS

A usina Santa Helena, como já afirmamos no item anterior desse mesmo capítulo, operou precária e descontinuadamente desde o ano de 88, quando suas fazendas foram arrendadas a vários empresários rurais. A partir desse momento, configura-se de fato uma crise, chegando ao ponto de interromper definitivamente seu funcionamento em 1993.

Em nossa pesquisa conseguimos identificar vários fatores que contribuíram para o fechamento dessa unidade de produção. Entre os fatores

destacados pelos entrevistados, apresentamos os seguintes: deficiência administrativa dos proprietários da usina, falta de recursos creditícios por parte do governo federal, acúmulo de dívidas bancárias e ação dos trabalhadores em busca de direitos.

Vejamos o que afirma o entrevistado sobre esse aspecto:

“Nós tínhamos na região, praticamente três usinas localizadas no município de Sapé. Hoje, divide parte para Sapé, quer dizer, toda parte do canal da usina Miriri faz parte do município de Sapé e a usina está localizada no município de Santa Rita. Pois bem, isso fez com que as duas usinas que funcionavam, como a usina Santa Helena e a UNA encerrassem suas atividades. Primeiro, devido o problema de natureza econômica, ou seja, questão de estrutura administrativa. Isto foi o caso da usina Santa Helena que encerrou suas atividades”. (Sec. de Agricultura do município)

Do ponto de vista dos trabalhadores, a deficiência administrativa foi o principal fator que desencadeou o quadro de crise dessa unidade de produção, e que levou ao seu fechamento. Esse aspecto foi destacado pelos trabalhadores tendo em vista que a ausência dos proprietários da usina para dirigir a empresa era bastante evidente. Ao perguntarmos sobre as causas que levaram a usina Santa Helena a uma situação de crise, logo a questão administrativa é destacada. Vejamos o que afirma esse dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé.

“A repercussão do que aconteceu aqui foi grande com a questão do desemprego. Mas, por outro lado, a população comenta até hoje a questão da falta de administração dos donos que deixavam a usina na mão dos empregados e viviam só passeando, no caso, para o exterior e com isso a gente tem aqui muitos administradores que são ricos. Então, com isso, a população entendeu que foi a falta de administração que aconteceu na usina Santa Helena. (Dir. do Sindicato 01)

Essa opinião pôde ser verificada também entre outros segmentos da sociedade local. Nesse caso, os fatores destacados em relação ao fechamento dessa usina foram os seguintes: deficiência administrativa e o acúmulo de dívidas contraídas no sistema bancário, o que está relacionado ao aspecto de gestão da empresa.

Já a questão da falta de recursos creditícios do governo federal, é apontada principalmente pelos políticos locais. Para esse setor da sociedade, esse foi o principal elemento que levou ao fechamento da usina Santa Helena.

“No município de Sapé nós perdemos por completo, tanto a UNA como a Santa Helena, que se encontram completamente abandonadas, fechadas, falidas. Isto por responsabilidade tanto dos proprietários como do governo federal e da classe política em geral que não se preocuparam com as usinas, com o desenvolvimento do município. (Vereador 02)

Em seguida, apontam as lutas reivindicativas dos trabalhadores em busca dos direitos, através de ações que pressionam os patrões a pagarem direitos, muitas vezes influenciados por setores de esquerda ou da Igreja Católica. Esse aspecto foi bastante evidenciado pelos políticos locais, principalmente em momentos eleitorais, quando costumam acusar o movimento sindical de ter provocado a falência das usinas no município, como afirma esse dirigente sindical.

“Eles tiveram a dignidade de seriamente sair comentando e até falar em programas de rádio que, a crise, a falência, o fechamento da usina Santa Helena a culpa era do sindicato. Então, hoje, eles comentam isso ainda. Eles não foram cidadãos pra chegar e falar a favor da gente, dos trabalhadores. Ainda hoje nos palanques, fazendo comício tem político aí usando isto, dizendo que foi Garibaldi, o advogado do sindicato que ajudou o sindicato a falir a usina Santa Helena”. (Dir. do sindicato 02)

Além desses aspectos indicados, podemos contextualizar o fechamento da usina Santa Helena e demais unidades de produção dentro do quadro de "Crise e Reestruturação" do setor sucroalcooleiro. A característica principal desse processo é a combinação ao mesmo tempo de desmonte de unidades de produção em áreas não aptas à modernização e de capitalização de outras unidades em regiões propícias a intensificação da modernização.

É importante destacar que todas as unidades de produção, localizadas nas várias regiões canavieiras do estado, sejam elas menos aptas a modernização ou não, foram beneficiadas ao longo dos anos pelos recursos creditícios do Estado. Ou seja, todas as usinas e destilarias usufruíram das benesses do Estado. Apesar disso, hoje encontram-se em sua maioria inadimplentes com as instituições financeiras, além do não pagamento de impostos e de débitos trabalhistas.

Como afirma Paixão (1993-06),

"o processo de modernização atingiu todos os espaços de cultivo da cana, não deixando nenhuma usina excluída, ou seja, parada no tempo".

O fechamento de unidades de produção que vem ocorrendo a partir do início dessa década é consequência da não aplicação dos recursos recebidos para a modernização das empresas. Seus proprietários optaram por empregar os volumosos recursos creditícios para outros fins. Nesse sentido, essas unidades encontram-se hoje com um baixo índice de competitividade, não tendo, portanto, condições de competir com aquelas unidades que se modernizaram.

Outro ponto que merece ser destacado aqui também é a transferência de unidades do Nordeste para outras regiões de expansão da cana de-açúcar a exemplo, do centro-oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).³⁹

O fechamento da usina Santa Helena resultou numa situação bastante grave para o município, em especial para os trabalhadores vinculados a essa agroindústria, haja vista que essa empresa sempre fora a principal fonte de emprego no mercado de trabalho no município. Com a falência dessa agroindústria, assiste-se a um crescente aumento do número de trabalhadores desempregados. A cana-de-açúcar, que representava o principal fator de desenvolvimento econômico do município, hoje não tem mais esse significado. Vejamos o que afirma esse entrevistado:

"A usina Santa Helena ela era justamente quem podemos dizer assim, empregava em Sapé o pessoal do campo. Nós temos o bairro de Nova Brasília, que podemos dizer 100% do pessoal que mora ali trabalhava na cana-de-açúcar. Hoje, com essa parada da usina Santa Helena, ela deixou todo mundo sem fazer nada." (Pres. do Rotary Clube de Sapé.)

A usina Santa Helena, maior empresa da região, ao longo dos anos foi responsável pela maior arrecadação de impostos para o município. Com o seu fechamento ocorre uma diminuição significativa no orçamento do poder público municipal, levando-o a uma situação de recuo em relação a sua intervenção nos problemas sociais vivenciados pela população. Neste sentido, o fechamento da usina Santa Helena, ao mesmo tempo que cria mais problemas sociais, traz também conseqüências drásticas do ponto de vista da capacidade de ação da administração municipal na área social, como afirma um vereador do município, quando se refere às conseqüências decorrentes do fechamento dessa unidade de produção para o município de Sapé.

"A repercussão foi enorme, inclusive não só repercussão, mas também prejuízo. Porque se criou um problema social enorme, não só para o município como também para o Estado. Hoje, o município não tem como proceder ICM, que é uma fortuna. Os trabalhadores também

possível porque tá aí, uma empresa completamente fechada, falida, numa área de terras férteis como é a região de Sapé". (Vereador 02)

Com a falência da usina Santa Helena, muitos trabalhadores que moravam no interior de suas propriedades deslocaram-se para a zona urbana em busca de alternativas de sobrevivência. Com esse contingente de trabalhadores morando nas "pontas de ruas", aumenta ainda mais o número de trabalhadores desempregados e, conseqüentemente, os problemas sociais resultado da falta de infraestrutura no espaço urbano. O que antes era responsabilidade dos senhores de engenhos e usineiros, tendo em vista que esses trabalhadores moravam no interior de suas propriedades, com a vinda desses trabalhadores para a cidade, a responsabilidade transfere-se para o Estado. Dentro dessa perspectiva, os trabalhadores passam a direcionar suas ações reivindicativas para o poder público, no intuito de reivindicar a aplicação dos recursos públicos para suas demandas, a exemplo de reivindicações por frente de trabalho, por cestas básicas para os desempregados, infraestrutura para seus locais de moradia, etc.

Vejamos, por exemplo, a mobilização dos canavieiros por frente de emergência que aconteceu no município, envolvendo Governo do Estado e Poder Público Municipal. Em março de 1993, cerca de 300 canavieiros ocuparam a prefeitura do município reivindicando a distribuição de cestas básicas para os trabalhadores desempregados e providência por parte do poder público municipal no sentido de reivindicar junto ao governo do Estado o Programa de Frente de Emergência para o município. (O Norte, 23-03-93)

Outro aspecto evidenciado na pesquisa em relação ao fechamento da usina Santa Helena está relacionado ao desempenho do comércio local. Sendo a usina Santa Helena a principal fonte de emprego no município, como já afirmamos, com o seu fechamento há uma diminuição na massa salarial. Isto significou,

encontravam-se desempregados. Esta é uma opinião quase que unânime, quando perguntamos sobre essa questão. Vejamos o que afirma a presidenta da Câmara dos vereadores;

“Realmente o fechamento da usina Santa Helena causou uma verdadeira tragédia aqui, do ponto de vista econômico e social. O econômico, praticamente acabou. Era a renda que o comércio tinha, vinha exatamente dos pagamento semanais que eram feitos pela usina. O trabalhador tinha realmente seu poder de compra. Com o fechamento da usina a situação agravou-se”. (Vereadora 01)

Diante dessa realidade causada pelo fechamento da usina Santa Helena esperava-se por parte da sociedade local uma mobilização em torno dessa questão, no sentido de viabilizar a continuidade de suas atividades, haja vista as conseqüências que acarretariam para o município. Pelo que podemos perceber, as iniciativas foram mínimas. Quando perguntamos aos representantes do Poder Legislativo sobre essa questão, do que foi feito em relação a tal fato, tivemos a seguinte resposta:

“Olha, o Poder Legislativo e o Poder Executivo praticamente não pode fazer nada, porque as duas grandes usinas, os maiores plantadores, eles não recorrem mais ao Poder Legislativo. Porque os problemas deles são financeiros. Então, indiretamente isso preocupa muito o Poder Legislativo e o Poder Executivo como administradores do município, mas o Poder Executivo e Legislativo não pode fazer nada”. (Vereadora 01)

Para os trabalhadores e dirigentes sindicais essa não deveria ser a postura dos políticos locais. Era necessária uma ação conjunta, no sentido de discutir alternativas para a questão. Nesse sentido, o movimento sindical tomou algumas inciativas, a exemplo de articular a mediação dos deputados estaduais,

de agricultura do Estado, etc., para discutir os problemas causados com o fechamento da usina. O que ocorreu, segundo os dirigentes sindicais, foi a completa ausência dos representantes políticos da região, inclusive do deputado estadual eleito no município.

"Não tiveram nenhuma atitude.Tiveram algumas sessões especiais na Assembléia Legislativa , porque fomos nós que marcamos essas sessões. Inclusive, o deputado daqui de Sapé , José Feliciano, ele não compareceu nessas sessões que foram marcadas para discutir o problema da usina Santa Helena."(Dir. sindical 02)

Enfim, dentro desse contexto de crise e reestruturação da economia sucroalcooleira no município de Sapé, que resultou no fechamento da usina Santa Helena, os mais prejudicados foram os trabalhadores, por não ter sido apresentada nenhuma alternativa de desenvolvimento para o município, restando-lhes, unicamente, a cobrança dos direitos trabalhistas que, ao longo dos anos, foram negados pelos usineiros e senhores de engenhos da região. Para que essa dívida social seja paga, ainda se faz necessária uma grande organização e mobilização dos trabalhadores em torno dessa questão.

CAPÍTULO III

SEGMENTOS SOCIAIS LOCAIS E LUTAS DOS CANAVIEIROS

1. SIGNIFICADOS E REPERCUSSÕES ENTRE OS DIFERENTES SEGMENTOS SOCIAIS

As lutas sociais dos canavieiros que emergem a partir do início da década de 80, tendo as Campanhas Salariais como seu principal momento de mobilização, representam conquistas não apenas do ponto de vista trabalhista, mas também vitórias que ajudaram a criar uma identidade política para os assalariados da cana. Prevalcia no interior do canavial relações personalizadas, tendo como aspecto predominante a superexploração da força-de-trabalho. Os patrões procuravam a qualquer custo manipular a Legislação Trabalhista, o que resultava na forte presença do trabalho "clandestino".

As mobilizações camponesas ocorridas na década de 60 já se confrontavam com essa realidade, por isso reivindicavam a regulamentação das relações de trabalho no campo. É, portanto, nesse período que o Congresso Nacional aprova o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n 4.214, de 02/03/63), garantindo aos assalariados do campo o direito à regulamentação do trabalho. Apesar dessa conquista, a realidade do interior das fazendas, engenhos e usinas continuou a mesma, ou seja, não ocorreu a efetivação de tais direitos garantidos pela Legislação em vigor.

As lutas sindicais dos trabalhadores da cana que emergiram a partir da década de 80 apresentaram-se como de fundamental importância, por já apontar como objetivo a garantia de melhores condições de vida e trabalho, através de reivindicações em torno da aplicação das Leis Trabalhistas. Ao contrário dos trabalhadores da cana do Estado de Pernambuco, que na década de 60 conquistaram uma "Tabela de Campo", regulamentando o trabalho desenvolvido no "sistema de produção", na Paraíba, essa conquista só vai ocorrer na década de 80. Em Pernambuco, tal conquista foi resultado de um acordo firmado entre os trabalhadores da cana e o governador Arraes, que ficou conhecido no meio sindical como o "acordo do campo".⁴⁰

Esse movimento reivindicativo retomado na década de 80, além de significar conquistas do ponto de vista trabalhista, possibilitou também o reconhecimento dos canavieiros na sociedade local, dando lugar a um novo entendimento em relação a sua participação política nas lutas sociais. Nesse contexto, houve também o reconhecimento do sindicato como uma instância de mediação, com capacidade de negociar com a classe patronal. Essa mudança foi resultado do processo de mobilização desencadeado no início na década de 80, em decorrência das mudanças que vinham ocorrendo nas áreas canavieiras. Neste momento, começam a emergir novas práticas sociais que resultariam na quebra de relações sociais tradicionais no interior dos municípios canavieiros, levando os trabalhadores a uma "consciência dos direitos."

É importante salientar que o reconhecimento do sindicato nesse processo de criação de uma "consciência dos direitos", é destacado não só pelos trabalhadores, mas também por segmentos externos ao movimento sindical.

“A maioria dos trabalhadores eles foram orientados pelo sindicato. O sindicato mostra quais os direitos que eles têm, e daí cada ano que vai se passando eles ficam mais entendidos na história dos direitos”. (Vereador 03)

Em estudo sobre os movimentos sociais no campo, onde resgata o significado das várias iniciativas políticas dos trabalhadores rurais, Grzybowski (1987-32), destaca a participação dos assalariados rurais fazendo a seguinte afirmação.

“Demonstrando revigorada capacidade de mobilização e ação, os assalariados do campo têm obtido ganhos significativos em termos de salário e condições de trabalho e, sobretudo, em termos políticos, isto é, de sua constituição como sujeitos coletivos, como classe.”

Nesta direção, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, em conjunto com outros sindicatos da zona canavieira da Paraíba, têm desenvolvido diversas iniciativas com o objetivo de garantir uma maior visibilidade de suas lutas. É interessante destacar nesse contexto, a quebra do isolamento das lutas, que antes se restringiam ao espaço dos engenhos e usinas e hoje conquista outros espaços, quando se dirigem para a cidade, em busca de aliados. (Novaes,1985-223) Nesse sentido, o movimento dos assalariados da cana pode ser caracterizado dentro da perspectiva dos "novos movimentos sociais", em virtude da forte dominação presente nas áreas canavieiras, tendo como aspecto predominante a superexploração e a dominação personalizada. A afirmação de Grzybowski (1987-32) sobre o caráter do movimento dos assalariados rurais aponta nessa direção.

“Os movimentos operários no campo representam algo de extremamente novo, especialmente devido às formas de assalariamento, exploração e devido à violência, ao autoritarismo, ao arbítrio patronal vigente no campo superior à lei. Os movimentos são

nas relações de trabalho, uma alternativa de independência social e política dos trabalhadores, mesmo se sua forma imediata tem sido predominantemente corporativa”.

Após dez anos de lutas reivindicativas, com a realização de greves, ocupação de pátios de usinas, passeatas pelas vias urbanas e denúncias na imprensa, os trabalhadores conseguiram tornar visíveis suas lutas, seja através da imprensa, que nos momentos de mobilizações tem destacado suas iniciativas, ou mesmo através das conversas cotidianas que ocorrem nos vários espaços sociais.

Portanto, foi dentro desse contexto de lutas e mobilizações que emergiu no cenário político esse “novo ator social”: os canavieiros. A partir daí, o termo canavieiro passa a ser utilizado não apenas pelo movimento sindical rural. Com a realização da primeira greve, quando receberam o apoio de diversas entidades da esfera sindical e partidária, era comum nos documentos de apoio enviados às instâncias representativas dos canavieiros, a utilização do termo “canavieiro”, para fazer referência aos trabalhadores da cana em luta. Afirma Novaes (1987-326), quando analisa a emergência desse termo no meio sindical, na imprensa e no espaço acadêmico.

“Finalmente teriam os trabalhadores da cana da Paraíba encontrado uma forma apropriada para elaborar sua identidade de classe, a partir de seu lugar na produção. O termo canavieiro apontaria, enfim, para a relação capital/trabalho e, através da homogeneidade de interesses econômicos, geraria condições propícias para a consciência, organização e ação de classe.”

Além da visibilidade que ganharam tais lutas, há também outro aspecto que foi evidenciado no decorrer da pesquisa por parte da maioria dos entrevistados. Trata-se do reconhecimento das reivindicações apresentadas pelos

vista o nível de exploração a que são submetidos esses trabalhadores. Nesse sentido, afirma o entrevistado:

“Eu não sei se na realidade os canavieiros têm conquistado mais direitos, mas praticamente eles estão mais organizados...Organizados com relação aquilo que na realidade existia como ponto de apoio deles. Tá existindo, que dizer, determinadas conquistas da CLT, então, eles estão realmente adquirindo direitos, e os patrões obrigados por força da lei.”(Sec. de agricultura do município)

Mas se por um lado há uma aceitação de tais reivindicações, por outro expressa-se uma resistência que estaria se contrapondo às formas de mobilizações desenvolvidas pelo movimento reivindicativo dos canavieiros, para efetivação de suas conquistas no dia-a-dia do trabalho. Procura-se sempre apontar as formas de pressão implementadas pelos canavieiros no cotidiano do trabalho, tais como paradeiros nos locais de trabalho, ocupação dos pátios das usinas, fiscalização para conter o “roubo” da medição com a vara, etc., como uma “baderna” que não leva a um consenso entre trabalhadores e patrões. Nesse sentido afirma o mesmo entrevistado.

“Sabemos que isso é uma condição natural do trabalhador, ele tem que se mobilizar para conquistar os seus direitos, isso é uma condição inegável. O que se condena na realidade é a maneira dessa conquista.”(Sec. de agricultura do município.)

Em nossa pesquisa constatamos que há uma visão de conciliação bastante presente entre os segmentos sociais dominantes no município de Sapé. Isto se constitui numa forma de resistência ao apoio às iniciativas engendradas pelos canavieiros em torno da mobilização para garantir a conquista dos direitos.

De certa forma, isso representa um empecilho ao desenvolvimento de suas lutas e sua legitimidade na sociedade. Vejamos então o que diz esse entrevistado.

"Ele tem que viver em harmonia. O trabalhador tem que receber o seu salário digno pra poder viver, o produtor tem que produzir e vender para que possa manter o seu trabalhador em condição de igualdade. É essa realmente a política que está faltando no sindicato." (Sec. de agricultura do município)

O movimento dos canavieiros, ao longo dos anos, tem despendido um esforço no sentido de tornar público o nível de exploração a que são submetidos os trabalhadores no interior das fazendas, engenhos e usinas. Tal situação agrava-se ainda mais, quando se assiste a uma atitude intencional dos apontadores de tarefas ou "cabos", quando vão medir as tarefas dos trabalhadores.⁴¹ Nesse sentido, os trabalhadores têm procurado denunciar tal situação na imprensa e nos órgãos competentes para por um fim a essa situação. Apesar de tais iniciativas, a população pouco tem se sensibilizado no sentido de expressar seu apoio às lutas dos trabalhadores da cana. O apoio nesse momento fica restrito àqueles segmentos sociais organizados que participam dos movimentos sociais urbanos e rurais. Vejamos o que afirma um vereador do município de Sapé.

"Na verdade, não há apoio da população, porque a população hoje ela tem aquele temor. Você sabe que nosso povo, a classe média, ou seja, a classe rica eles são ainda muito conservadores. eles tem medo do movimento."(Vereador 02)

Outro aspecto desse contexto de timidez da população em não prestar apoio às lutas dos canavieiros diz respeito à situação de dominação

presente na região tendo como principais atores dessa relação os proprietários rurais e usineiros. Este fato se traduz muitas vezes em perseguição política junto àqueles segmentos sociais solidários com os canavieiros. Nessa mesma direção, destaca-se a influência que exercem os proprietários rurais junto ao aparelho estatal, o que favorece a não-realização de uma fiscalização nos locais de trabalho em relação a aplicação da Legislação pelos órgãos responsáveis por tal tarefa. Essa atitude dos empresários rurais em dificultar a fiscalização só contribui para a continuidade de relações de trabalho ausentes de direitos. Junta-se ainda a precariedade desses órgãos ou a conivência de alguns funcionários com tal realidade de desrespeito aos direitos. Nesse sentido afirma J. R. Novaes. (1991-29)

"O desrespeito à cidadania e a superexploração da força de trabalho nos canaviais ocorrem com a conivência do poder público. Os funcionários das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's) dificilmente fiscalizam as condições de trabalho no campo, muitos são coniventes com os patrões, outros estão sem condições materiais para exercerem suas funções. Fazem a fiscalização quando pressionados pelo movimento sindical. E, ao constatarem irregularidades, lavram multas, as quais geralmente não são pagas pois os patrões recorrem à 'justiça' e lá contam com o beneplácito das autoridades...."

A participação dos proprietários rurais no jogo político local apresenta-se também como um elemento que favorece a não realização de uma ação mais eficaz frente o quadro de desrespeito à Legislação Trabalhista na zona canavieira, o que só aprofunda a exploração e a não regulamentação das relações de trabalho. No depoimento que vem a seguir, essa postura por parte da classe patronal fica bastante evidente.

"O indivíduo acostumado a legislar a seu bel prazer, se choca

seguinte: eu tenho amigos que podem na realidade ir ao meu favor. Eu tenho fulano de tal que muitas vezes coloca a estrutura da lei a meu favor, através do apadrinhamento político, entendeu? Com isso, tem levado o indivíduo a colocar na cabeça que ele pode mais do que a Lei.” (Sec. de agricultua do município)

Essa situação é consequência da estrutura de dominação tradicional, presente por muito tempo nas áreas canavieiras, e que ainda hoje persiste, dificultando sobremaneira o cumprimento da Lei. Historicamente, nessas áreas a dominação personalizada fora tão forte que a lei que vigora é a “lei do patrão”. Neste caso, os trabalhadores são obrigados a se submeterem a essa situação de mando praticada pelos patrões. O depoimento a seguir ilustra bem essa realidade de desrespeito às leis vigentes, como afirma o mesmo entrevistado.

“A obediência a lei não é fácil, quando se vem de uma estrutura, que você sabe muito bem. A nossa estrutura agrária foi feita exatamente com a expressão de que o trabalhador foi sempre escravo...com isso, a lei na realidade existe, mas adaptar-se à condição da lei não é fácil. Então, ele faz tudo para fugir daquilo ali.”(Sec. de agric. do município)

Existe hoje no município de Sapé uma situação de conflito entre trabalhadores da cana e usineiros. A partir do momento em que os canavieiros não aceitam mais o quadro de injustiça praticado pelos usineiros e proprietários rurais e reagem questionando essa realidade, exigindo o cumprimento da Legislação Trabalhista e, conseqüentemente, uma melhor relação de trabalho, configura-se uma situação de disputa entre os atores sociais presentes na agroindústria canavieira: usineiros, Estado e trabalhadores.

Essa realidade de conflito que se configura na área canavieira de Sapé, tendo como aspecto central a disputa por direitos trabalhistas, não tem sensibilizado o conjunto da população, o que só tende a não favorecer a legitimidade das lutas dos canavieiros na sociedade local. Na visão da classe

patronal e de seus aliados, o não apoio às iniciativas dos canavieiros por parte da população está relacionado a dois aspectos: a relação de distanciamento do sindicato com outras organizações e entidades da sociedade civil e a proximidade com o Partido dos Trabalhadores.

No que diz respeito à relação do sindicato com a sociedade, a opinião predominante é a de que esse órgão de classe encontra-se no isolamento. Ou seja, não se abre para uma relação com outras entidades existentes no município, que poderiam em momentos de mobilização dos canavieiros apoiar suas iniciativas. Parece predominar uma visão "preconceituosa" frente às demais organizações. A única instituição da qual o sindicato ainda se aproxima é a Igreja Católica. Vejamos o que afirma esse entrevistado em relação a esta questão.

"A única coisa que eu vejo o sindicato englobado é com a Igreja, porque muitas vezes um padre que realmente tem tendência para esse tipo de movimento, mas outros setores eu desconheço. Eu faço parte de uma instituição que é o Rotary Clube, e nunca o sindicato chegou pra gente pra pedir apoio em alguma coisa, por exemplo, na campanha salarial, chegar e dizer: eu gostaria que os senhores fizessem alguma nota no jornal para apoiar os canavieiros. Está faltando nos sindicatos esse tipo de movimento". (Sec. de agricultura)

O segundo aspecto está relacionado à proximidade que muitas vezes as lideranças sindicais tem com os partidos políticos. Tal relação, de fato, não expressa um consenso, seja no meio sindical, seja na sociedade como um todo. Nesse sentido, há uma compreensão por parte dos segmentos que compõem o "poder local", de que há uma conotação política partidária no interior do movimento reivindicativo dos canavieiros. Vejamos o que afirma esse vereador.

"Eles desvirtuam o movimento, não os trabalhadores, mas as lideranças. Eles são políticos. Então, o movimento se torna um pouco político e Sapé é uma cidade dividida politicamente". (Vereador 01)

O que se revela nesse depoimento é uma visão de que a esfera da política é um lugar de "profissional". Na medida em que os trabalhadores rurais, e as lideranças sindicais vão se constituindo enquanto atores sociais e ocupando espaço na política, os políticos profissionais, tradicionalmente controladores da política local, procuram impedir tal participação. A afirmação de que as lideranças estão desviando os objetivos do movimento faz parte da disputa pelo apoio dos trabalhadores. Nesse sentido, procuram difundir a idéia de que o sindicato deve ser separado da política, ou seja, o lugar na política é reservado aos políticos profissionais, como já afirmamos acima, e não a lideranças populares e sindicais.

Mesmo diante desse quadro, não se pode mais desconhecer a repercussão que teve esse movimento, em virtude das conquistas já asseguradas ao longo desses dez anos de luta pela melhoria das condições de vida e trabalho dos canavieiros. Essa realidade forçou os patrões a negociarem com seus representantes. A afirmação desse dirigente sindical ilustra bem essa mudança de atitude por parte da classe patronal:

"Melhorou um pouco, porque a gente quebrou o carranquismo de alguns proprietários que tinha aquela história: se falar em sindicato aqui leva porrada, fulano de tal aqui não entra. Então, eu acho que os trabalhadores ganharam muito com essa questão de se unir e quebrar essa barreira que existia. Hoje, o trabalhador tem mais liberdade. Aonde os cara dizia que o sindicato não ia, hoje vai."(Dir. do sindicato 02)

Ao fazer referência aos canavieiros não se pode mais esquecer a capacidade que tiveram esses trabalhadores de romper com a cultura tradicional de dominação dos usineiros, centrada na superexploração da força de trabalho e na violência. Vejamos o que assinala uma vereadora do município ao se referir ao movimento dos canavieiros, destacando a capacidade de mobilização desses trabalhadores na aquisição de direitos.

“Eu acho que eles conquistaram já muita coisa em pouco tempo de luta. Antigamente se aceitava tudo que o patrão queria... o movimento deles é novo, oito anos que eu tenho conhecimento. Isso é muito pouco pra história da cana-de-açúcar, mas se voce for levar em conta as lutas trabalhistas, as lutas sociais, ela é a mais antiga. (Vereadora 01)

Dois aspectos podem ser destacados nesse depoimento: o reconhecimento de que os trabalhadores obtiveram várias conquistas, que historicamente não faziam parte da relação de trabalho no interior das usinas e, segundo, o pouco tempo de luta para quantidade de direitos já conquistados.

É importante assinalar que, apesar dessa luta aparecer como nova aos olhos de certos segmentos sociais dominantes, essa parece ser uma visão limitada. O que ocorreu nesse período foi uma maior visibilidade das lutas, em função da própria conjuntura política menos autoritária que possibilitou uma maior flexibilidade para a organização política e sindical. (Sigaud, 1989-165)

“Se reconhecer como novo tem alguma eficiência política, pouco rende, do ponto de vista anlítico, para dar conta das discontinuidades e continuidades das lutas que se desenvolveram na transição em relação ao passado do autoritarismo e do período pre-64, e ainda das continuidades existentes entre elas”.

Portanto, podemos afirmar que essa luta que hoje ganhou visibilidade social é bem mais antiga. Os trabalhadores, através das Ligas Camponesas já lutavam nesse sentido. O que ocorreu nesse período mais recente, após um certo isolamento das lutas em função da repressão do regime militar foi uma retomada das lutas e reivindicações já colocadas na década de 60.

Com a retomada das lutas coletivas na década de 80, novos espaços vão sendo conquistados pelos trabalhadores no sentido de tornar visíveis suas reivindicações. Dessa forma, não há mais lugar para relações de trabalho baseadas na ausência de direitos. As lutas trabalhistas desenvolvidas ao longo

desses anos apresentam-se como elemento imperativo nessa nova realidade trabalhista. Não é mais possível, para os patrões, desenvolverem suas atividades empresariais sem que a questão dos direitos trabalhistas esteja presente. Aquele período em que trabalhadores e patrões eram considerados como "irmãos", como afirma esse médio fornecedor de cana, não tem mais espaço.

"Olhe, o clima está criado, é difícil chegar a um acordo com o trabalhador como em 1958, 57, que o trabalhador e patrão eram considerados como irmãos." (Fornecedor de cana)

Em virtude dessa realidade, os patrões procuram passar para a sociedade uma visão de que a crise vivenciada pelo setor canavieiro nos últimos anos é reflexo das lutas sociais dos trabalhadores da cana por direitos. Acrescentam ainda, que o sindicato tem sido o principal responsável por essa situação.

"Bem esse movimento sempre foi criado pelo sindicato. Eu acho que isso traz prejuízo para o próprio trabalhador rural. Cada vez que vai fazendo zuada, mais desestimula o produtor rural, então, com isso o trabalhador vai perdendo." (Fornecedor de cana e proprietário rural)

Esse expediente utilizado e veiculado socialmente pelos patrões e compartilhado por setores privilegiados da sociedade local, tem contribuído para difundir uma visão negativa do movimento dos canavieiros no município. Segundo essa concepção, o setor agrícola não suporta essa quantidade de direitos exigidos pelos trabalhadores. Acrescentam ainda que além do sindicato, existem outros grupos externos, a exemplo da Igreja Católica, que incentivam os trabalhadores para esse tipo de movimento reivindicativo. Dessa forma, não são os trabalhadores que decidem reivindicar tais direitos e sim os agentes e grupos

A visão que perpassa entre os segmentos sociais dominantes é que a presença dos mediadores ou agentes externos na luta dos canavieiros, incentivando-os a desenvolverem lutas reivindicativas, tem como objetivo conquistar espaço no cenário político local e, dessa forma, se projetar na política partidária. Certamente, essa visão tem uma carga ideológica profunda, não concebendo que os canavieiros desenvolvam uma ação política, no sentido de construir sua cidadania. Vejamos essa afirmação.

“Esse problema dos direitos trabalhistas é um problema muito sério. O trabalhador rural, ele é induzido por determinados grupos políticos, que usando de má fé tiram proveito da inocência do homem do campo, levando automaticamente ele para os sindicatos”.
(Vereador 02)

A exclusão política dos trabalhadores rurais do pacto político local apresenta-se de tal forma que não se concebe que esses trabalhadores tenham a capacidade de pensar em romper com a dominação presente no interior das usinas. No momento em que os canavieiros se organizam e encetam lutas por direitos, constituindo-se em sujeitos políticos, logo são acusados de estarem sendo influenciados por agentes externos.

Como afirma Martins (1983:25-26)

“Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são de camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da maioria do povo, como também dos intelectuais...exceção feita a este ou aquele que por razões profissionais se vêem obrigados a saber de certas coisas.”

Enfim, o que importa destacar aqui é o processo de organização que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos dez anos, possibilitando aos

canavieiros se firmarem enquanto sujeito político, com capacidade de intervir nos processos políticos, reivindicando sua participação no "pacto político", tendo o sindicato como principal mediador nesses momentos. É, portanto, essa nova realidade de autonomia política que vem sendo construída no dia-a-dia, dos trabalhadores e que não é aceita pelos segmentos sociais ligados à política local, pelo fato de apontar para participação efetiva de novos atores no cenário político local. Trata-se, portanto, de uma participação dos trabalhadores nessa esfera da vida social, que é a política, que afeta os mecanismos de dominação utilizados pelos chefes políticos tradicionais, quebrando a tradição dos currais eleitorais e criando novas alternativas para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que contribui para a emergência de uma nova cultura política.

2. A PRESENÇA DOS MEDIADORES NAS LUTAS DOS CANAVIEIROS

Na literatura sobre os movimentos sociais no campo, sempre encontramos referências à participação e contribuição de ONG's,⁴² centros de apoio de assessoria, igrejas, partidos, etc., no processo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais. No mundo acadêmico convencionou-se chamá-los de "mediadores".

São vários os atores que atuam junto aos movimentos sociais, desenvolvendo ações no âmbito da organização, formação, assessoria jurídica e mediação política. Tais atores têm sido destacados pela literatura, por sua

⁴² ONG's - Organização não-governamental. Estas entidades ao longo do processo de organização dos canavieiros tiveram um papel importante.

contribuição na quebra do isolamento político das lutas, tornando-as visíveis socialmente.

Como afirma Barreira (1992 - 79)

"O processo de exclusão dos setores camponeses, que tinham como corolário o monopólio da mediação política por parte dos coronéis já não consegue reproduzir-se. Hoje a igreja aparece de forma efetiva e marcante ao lado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e do Estado...esses novos mediadores dão uma nova roupagem aos embates políticos, no meio rural."

Nesse sentido, a presença dos vários mediadores na luta dos canavieiros expressa uma ruptura do "monopólio" da mediação dos usineiros e senhores de engenhos que, mediante sua dominação tradicional, impediam a participação política e sindical desses trabalhadores. Na medida em que eles rompem com essa tradição e organizam-se com o apoio desses mediadores, uma nova realidade começa a ser desenhada.

Aqui queremos destacar o papel da Igreja Católica, dos advogados e partidos políticos no sentido de explicitar a sua contribuição no movimento reivindicativo dos canavieiros, ao mesmo tempo que destacaremos também a visão contrária em relação a presença desses mediadores por parte de segmentos do "poder local".

A Igreja Católica, ao longo dos dez anos de luta dos canavieiros da Paraíba em busca de direitos, sempre esteve presente, participando ativamente do processo organizativo desses trabalhadores. Através dos diversos atores presentes no seu interior (padres, freiras, bispos, leigos, agentes de pastorais e entidades de assessoria educativas), a Igreja tem contribuído significativamente para que os canavieiros conquistem, de fato, direitos elementares ao cidadão.

Na década de 70, quando eclodiam os conflitos pela posse e uso da terra em decorrência da expulsão de trabalhadores do interior das propriedades para dar lugar ao desenvolvimento da pecuária e expansão da cana-de-açúcar, a Igreja Católica, através de suas pastorais e órgãos de apoio aos direitos humanos, se fez presente dando apoio aos trabalhadores em luta. Nessa época, ainda no final da década de 70, três conflitos destacaram-se: Mucatu, Alagamar e Camucim. Este destaque se deu pela presença marcante da Igreja na mediação política e no apoio direto aos trabalhadores. O fato de essa instituição ter apoiado tais conflitos, possibilitou aos trabalhadores romperem com as relações sociais de dependência, ao mesmo tempo que deram visibilidade aos conflitos.

Na ocasião, toda imprensa noticiou os acontecimentos ocorridos nas áreas em conflitos, destacando-se a visita de D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, às referidas áreas, com o objetivo de presenciar "in loco" a situação dos trabalhadores, além da divulgação de uma carta pastoral distribuída e lida em todas as Dioceses da Paraíba e o ato simbólico de "tanger o gado", rerealizado pelos arcebispos da Paraíba, Recife e Olinda e demais bispos de Dioceses da Paraíba e Pernambuco. Tais acontecimentos, divulgados por toda imprensa, foram de grande importância para a quebra do isolamento político desses conflitos, ganhando assim, visibilidade social. (Novaes 1985, 209-247)

No município de Sapé, a presença da Igreja no apoio às lutas sociais vai ocorrer a partir da década de 80, quando os assalariados rurais retomam o processo de organização e lutas trabalhistas. Um padre e uma freira, ambos oriundos de países da Europa, seguidores da teologia da libertação, chegam ao município de Sapé para desenvolverem seu trabalho pastoral de organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Em uma capela de um bairro popular da cidade, com grande predominância de trabalhadores expulsos da zona rural em consequência da expansão da cana-de-açúcar, os dois religiosos iniciam o seu

trabalho, procurando apoiar esses trabalhadores na busca de alternativas para uma melhor condição de vida e de trabalho.

A partir desse trabalho com as "comunidades de base" no bairro de Nova Brasília, foi possível aos dois religiosos terem uma convivência com a realidade social e econômica dos assalariados da cana e do abacaxi. Nessa convivência, além do trabalho de evangelização, procuraram discutir e refletir à luz do evangelho sobre as condições de vida e de trabalho desses trabalhadores. Dentro desse contexto de discussão e reflexão, procurando sempre apontar as causas da situação de exploração e injustiça vivenciada pelos canavieiros, foi possível despertar em alguns trabalhadores a necessidade de iniciar um processo de organização. A partir dessa contribuição, formou-se um grupo de trabalhadores que passou a discutir formas de participar do sindicato dos trabalhadores rurais. Com o fortalecimento do grupo, criou-se a Pastoral Rural em Sapé, composta pelos trabalhadores participantes desse grupo e dos dois religiosos. Nessa época, já existiam, na Diocese de Guarabira, que tinha como Bispo D. Marcelo Carvalheira, alguns serviços que prestavam apoio às iniciativas de organização dos trabalhadores rurais, a exemplo do Centro de Orientação dos Direitos Humanos, do PEM - Projeto Educativo do Menor e do SEDUP - Serviço de Educação Popular. Por solicitação desse grupo, o SEDUP passou a desenvolver um trabalho de assessoria, organizando cursos de formação política e sindical, seminários e acompanhamento as reuniões de base. Nesse período, o grupo de assessoria da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande, também contribuía com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé.⁴³

É importante salientar que o trabalho pastoral desenvolvido pela Igreja em Sapé, a partir de 1982, através dos dois religiosos já mencionados, não representava a posição de todos os membros da hierarquia da Igreja local. Ou seja,

⁴³ Esse grupo de assessoria da Universidade Federal da Paraíba era formado por professores

não era uma ação hegemônica dentro da Igreja de Sapé. O padre da paróquia principal não compartilhava desse tipo de ação pastoral, de organização de comunidades de base e apoio às lutas sociais dos trabalhadores. No entanto, isso não significava também que houvesse uma ruptura entre o pároco e o padre da capela do bairro e a freira. vejamos o que afirma Novaes (1985-212), quando analisa essa problemática presente no interior da Igreja Católica.

"Se os diferentes setores da Igreja da Paraíba podem divergir, no tempo e no espaço, em termos de interpretações concretas da realidade política e da questão agrária, há no plano doutrinário outros elementos que os fazem convergir: Professam a mesma fé, administram os mesmos sacramentos e reconhecem a mesma hierarquia."

Nesse sentido, a ação pastoral desenvolvida pelo padre Gino e a irmã Toni, estava fundamentado nessa perspectiva de convivência "harmoniosa", tendo ainda um elemento importante que era o apoio do arcebispo da Paraíba D. José Maria Pires, cuja prática pastoral estava apoiada na teologia da libertação.

A presença da Igreja teve uma importância significativa para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores rurais no município de Sapé, em especial para a organização dos canavieiros. Foi a partir de reuniões da pastoral rural/CPT, que muitos trabalhadores ingressaram na militância sindical, a exemplo do trabalhador que hoje é secretário do sindicato.

"Eu vim trabalhar na fazenda Buracão na maguari, e lá trabalhei três anos. Lá consegui arrumar colegas como João Alves e outros companheiros. Então, por intermédio dele que eu fui convidado para participar das reuniões da CPT, que naquela época juntava as pessoas aqui pra fazer oposição sindical."(Dir. do sindicato 02)

Nesse depoimento pode-se perceber a importância do trabalho desenvolvido pela Igreja para aglutinação de trabalhadores, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento da ação reivindicativa desses trabalhadores. O resultado desse trabalho desenvolvido pela CPT, logo num primeiro momento, foi a formação de um grupo de trabalhadores que concorreu, em 1984, à eleição do sindicato com uma chapa de oposição, sendo derrotado.⁴⁴

A participação da Igreja nas lutas sociais dos canavieiros no município de Sapé teve um relevante significado em virtude da realidade de exclusão e isolamento político desses trabalhadores. O apoio da Igreja, através de certos representantes de sua hierarquia, certamente levanta questionamento sobre a proximidade entre Igreja Católica e setores dominantes locais, visto que essa instituição em Sapé, tradicionalmente sempre esteve ao lado do "poder local". Essa nova ação pastoral junto aos trabalhadores rurais assalariados da cana, desenvolvida pelo padre Gino e a irmã Toni, procurando torná-los sujeitos da história, expressa um rompimento com o sistema de poder e exploração presente nesse município. A Igreja, que antes "desenvolvia uma função de suporte ideológico e de intelectual orgânico da classe dominante" passa a se colocar ao lado dos trabalhadores, apoiando suas iniciativas em torno da luta pelos direitos. (Tosi e Bertolazzi, 1985 - 37-38)

Essa posição, expressa pelo setor progressista da Igreja Católica, vai ser de grande relevância para as lutas sociais dos canavieiros, na medida em que eles vão encontrar nessa ala da Igreja apoio para sua luta por direitos, ao mesmo tempo que contribuiu para questionar a dominação política e econômica que impera nesse município, por parte dos proprietários rurais e usineiros.

O apoio da Igreja às lutas dos canavieiros é bastante visível na sociedade local, através da participação ativa de seus agentes de pastorais. É comum em ocasiões de mobilização dos canavieiros, encontrarmos o padre, freiras

e outros agentes pastorais participando e apoiando as iniciativas dos trabalhadores, como afirma esse entrevistado, que fala "de fora" da instituição Igreja Católica.

"Exatamente, ela tem a pastoral da terra e existem outras organizações não-governamentais que fazem parte da Igreja e na realidade mobilizam os trabalhadores juntamente com os sindicatos. Toda vez que voce vê uma mobilização dos trabalhadores rurais, a igreja está presente apoiando este trabalho." (Sec. de agricultura do município.)

Na visão desse entrevistado a Igreja tem um papel importante na questão social dos trabalhadores, o que ele discorda é da forma como ela trabalha. Para ele há um certo radicalismo.

"A Igreja não só existe com o papel de mobilização do ponto de vista cristã, ela tem também o seu papel social que é extremamente importante. Agora, o que nós não achamos de direito é a questão do radicalismo dentro da Igreja." (Sec. de agricultura.)

Outro momento privilegiado em que a Igreja presta seu apoio aos canavieiros é por ocasião da celebração da missa. É comum durante a homília o padre denunciar situações de injustiça ocorridas com os canavieiros nos locais de trabalho, principalmente em relação ao descumprimento da Legislação Trabalhista. Segundo uma entrevistada, "o padre durante a missa parece mais o presidente do sindicato."

Constata-se, portanto, uma discordância por parte dos segmentos dominantes da sociedade local quanto à participação da Igreja no apoio as lutas dos canavieiros. Ao fazerem referência à ação desenvolvida por esta instituição, expressa-se um descontentamento em relação à ação pastoral do padre Gino, de

postura de descontentamento vai ser mais evidente quando ele assume a paróquia principal do município. De fato, ao assumir a paróquia central, a ação pastoral ligada à teologia da libertação ganha mais espaço dentro da Igreja local. A partir de então, os setores que compartilhavam da mesma posição pastoral, juntamente com o padre Gino dão continuidade, de forma mais ampla ao trabalho de apoio às lutas sociais.

É importante dizer que, essa postura por parte do vigário, de se colocar sempre ao lado dos trabalhadores rurais, teve como consequência alguns atos de perseguição contra sua pessoa. Destaca-se entre tais atos praticados por setores dominantes da sociedade, a proibição de celebrar missa na área da usina. No dia 27 de setembro de 92, o padre Gino foi impedido de entrar na área da usina Santa Helena para celebrar missa para os trabalhadores que ali residiam. Ao se deslocar para o local onde iria ser celebrada a missa, o padre Gino foi impedido por capangas da usina que afirmavam estar ele proibido de entrar na área da usina. Essa atitude por parte desses proprietários é resultado justamente da ação pastoral desenvolvida pela Igreja local.⁴⁵.

Um segundo mediador destacado foram os advogados. A visão predominante em relação a esse mediador é que sua presença tem sido marcada por uma ação que objetivava incentivar os canavieiros no sentido da cobrança dos direitos na Justiça. Nesse sentido, expressa-se um sentimento de descontentamento em virtude dessa participação ter se caracterizado, de certa forma, por uma "deturpação dos direitos". Ou seja, quando o trabalhador é despedido de uma usina e vai procurar o sindicato para reclamar seus direitos, o advogado juntamente com os dirigentes sindicais logo incentivam o trabalhador a cobrar os direitos na Justiça, quando deveriam colher mais informações sobre o que de fato teria ocorrido, o período trabalhado, etc., no sentido de viabilizar um acordo entre as partes e não incentivar o trabalhador a acionar logo o patrão na

Justiça do Trabalho, como sempre ocorre no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé.

*“...a insatisfação do empregado é tamanha que ele recorre às Juntas, e são os advogados inescrupulosos que não deviam fazer isso. Convidam o trabalhador a levar a causa a Justiça.”
(Comerciante/prop. rural e político local)*

Para se contrapor a essa realidade, os proprietários rurais da região procuram difundir a idéia de que normalmente as informações fornecidas pelos trabalhadores ao se dirigirem ao seu sindicato com o objetivo de reclamar o não pagamento de direitos trabalhistas, nunca revelam de fato a verdade em relação ao tempo de trabalho que passou na empresa. Na opinião dos proprietários rurais e demais segmentos ligados ao setor canavieiro, esse tem sido o maior problema em relação à ação reivindicativa dos canavieiros. Diante dessa prática do sindicato, tornou-se comum os trabalhadores aumentarem o tempo de serviço que permaneceram na empresa, como forma de terem mais direitos e, conseqüentemente, receberem um valor em dinheiro maior.

“...com isso o elemento tem muitas vezes uma ou duas semanas trabalhando na propriedade e lá coloca dois, três anos para ser indenizado. Isso tem sido realmente, um problema terrível para os produtores.”(Sec. de agricultura do município)

De fato, a contribuição do advogado na cobrança dos direitos nos últimos anos tem se destacado, principalmente através de ações na justiça. Isso devido ao acúmulo de dívidas trabalhistas dos proprietários rurais para com os trabalhadores. A cultura patronal predominante na região sempre foi a do não cumprimento da Legislação Trabalhista. Na medida em que o movimento sindical passa a investir nesse sentido, ou seja, passa a difundir junto aos trabalhadores a

colocando a serviço dos interessados, advogados para encaminharem as ações na Justiça, rapidamente cresce o número de trabalhadores para reclamarem seus direitos no sindicato..

Frente a tal situação de desrespeito aos direitos dos trabalhadores, garantidos pela CLT ou pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, a mediação dos advogados encaminhando judicialmente a cobrança de tais direitos, apresenta-se como de grande importância. Como forma de viabilizar esse serviço aos canavieiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé oferece a seus associados um serviço jurídico, com um advogado disponível para atender as reclamações trabalhistas dos trabalhadores que procuram o sindicato cotidianamente.

No caso de Sapé, a presença do advogado se destaca pela sua participação efetiva no movimento dos canavieiros, em seus vários momentos. A ação do advogado não se limita apenas a encaminhar as ações na Justiça do Trabalho. Juntamente com os dirigentes sindicais, vai ao campo, acompanha o trabalho de fiscalização das tarefas nos talhões de cana e ministra cursos de capacitação sobre os direitos trabalhistas para os trabalhadores e dirigentes sindicais.

Dada essa participação efetiva do advogado, a ação jurídica tem sido entendida pelos patrões como sendo um dos motivos da crise e decadência do setor sucroalcooleiro no município, haja vista que a quantidade de ações trabalhistas acionadas contra as empresas do setor, nos últimos anos, representa um número bastante elevado, significando gastos para os empresários, o que só prejudica, segundo os patrões, o bom funcionamento das empresas, que ao invés de estarem investindo na produção, empregam seu capital em gastos que não contribuem para o desenvolvimento do setor.

Outro mediador destacado em nossa pesquisa foram os partidos políticos considerados de esquerda. Apesar de sua fragilidade no município, esse ator político foi bastante evidenciado nos depoimentos coletados.

No município de Sapé, existem cerca de seis partidos: PMDB, PFL, PTB, PPR, PT e PDT. Desses, os três primeiros têm representação na Câmara dos vereadores e no poder executivo. Dentre os partidos de esquerda, o que mais se destaca na cidade, enquanto participante dos movimentos sociais é o Partido dos Trabalhadores, que existe no município desde 1982.

O Partido dos Trabalhadores tem uma participação efetiva dos trabalhadores rurais e de profissionais liberais. A presença do PT nos movimentos sociais tende a ser mais visível na sociedade local, pela participação dos dirigentes sindicais e assessores nos quadros partidários, a exemplo do advogado do sindicato, que já foi candidato a deputado estadual, tendo sua votação principal vinda dos trabalhadores rurais, em especial dos canavieiros. Nesse sentido, o PT tem se destacado no movimento reivindicativo dos canavieiros pela sua participação ativa nos momentos de mobilização da categoria.

Como há uma dupla participação dos dirigentes sindicais na ação partidária e no trabalho sindical, ocorre muitas vezes que a opinião pública confunde a identidade da liderança, ou seja, se ela está falando em nome do partido ou do sindicato. Nesse sentido, continua a velha discussão da relação partido X sindicato.

Dessa forma, aparece para a sociedade uma relação muito próxima entre o sindicato e o partido, levando a opinião pública a apontar a ação do sindicato com objetivos de fortalecer correntes partidárias. É a partir dessa proximidade que há entre o sindicato e o Partido que a maioria dos entrevistados afirmaram que o trabalho do sindicato visa fortalecer o Partido dos Trabalhadores.

Enfim, o que está em questão em relação à presença dos mediadores nos movimentos sociais, é a possibilidade que se abre com essa participação para a quebra do isolamento político das lutas e a mediação que esses atores fazem entre o campo e a cidade, como afirma, Novaes (1985:223)

"Nos momentos mais agudos dos conflitos, os camponeses vêm à cidade. Vem à cidade política. Vir a cidade, à capital do estado, significa trazer a situação de conflito à opinião pública, à imprensa, procurar órgãos de representação de classe ou outros órgãos e instâncias do poder público que tenham, por influência ou atribuição, capacidade de resolver seus problemas. Também nestes momentos o aval da autoridade religiosa tem sua eficácia".

Trata-se, portanto, de uma contribuição de fundamental importância para o movimento reivindicativo dos canavieiros, que tem sido colocado pelos patrões como elemento negativo na construção dos direitos dos trabalhadores.

3. LUTAS SINDICAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

A presença dos canavieiros no cenário político, após a retomada das lutas sindicais na década de 80, representou um fato de grande relevância para a construção da cidadania desses trabalhadores, seja do ponto de vista social, com a conquista de direitos trabalhistas, inerentes a relação de trabalho assalariado, seja do ponto de vista político, quando vivenciam um processo de socialização política resultado de sua participação efetiva nas lutas sociais.⁴⁶

Tais lutas desencadeadas nesse período significaram conquistas de melhores condições de vida e de trabalho e abriram espaço para a quebra da relação de dominação presente no interior dos engenhos e usinas. Sem dúvida, os canavieiros, após um longo período de sujeição, foram capazes de se organizar e implementar mobilizações em torno de reivindicações por direitos. A partir das várias iniciativas sindicais vai se construindo uma nova cultura política em que a questão dos direitos é ponto fundamental.

O poder dos senhores de engenhos e usineiros, que parecia cristalizado, com a retomada das lutas sociais dos canavieiros na década de 80, com os trabalhadores "rompendo" a dominação personalizada dos patrões, começa a apresentar "rachaduras", abrindo, portanto, possibilidades para uma ação reivindicativa. Isso significa dizer que o poder é uma relação de forças que, mediante uma modificação na sua correlação, assiste-se a mudanças no tecido social. Nesse sentido, compartilhamos com o pensamento de Fischer (1993:12) quando afirma.

"O poder tem, portanto, um caráter relacional e recíproco, mas também sugere desequilíbrio, no momento em que há atores que exercem o poder enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação."

Isto significa que na relação de dominação há "zonas de incertezas" que possibilitam aos atores políticos, movimento de aproximação e recuos, confrontos e conciliação a depender da correlação de forças.

Assim, ao longo desses dez anos de mobilização, conquistas e derrotas fazem parte do cenário de lutas do canavieiros. Foi, portanto, dentro

desse contexto que se abriram perspectivas e espaço para sua participação na esfera da política local.

É justamente essa questão que pretendemos enfatizar aqui: como os canavieiros, a partir de sua participação sindical nas lutas reivindicativas por direitos abriram espaço para sua inserção na esfera da política local.

Essa questão apresenta-se como importante pelo fato de esses trabalhadores ao longo dos anos terem sido excluídos da esfera da política, o que lhes coloca como não-cidadãos.⁴⁷

Nos últimos anos, os trabalhadores rurais, a partir de sua participação sindical, vêm conquistando espaço no cenário político. A ausência dos trabalhadores rurais dessa esfera da vida social configurava-se como sendo parte das regras sociais. Sua presença na política partidária, por exemplo, restringia-se aos momentos eleitorais, quando por iniciativa dos patrões ou chefes políticos locais eram convocados a se deslocarem até à cidade e votar naqueles candidatos indicados, previamente, pelos senhores de engenhos e usineiros.

Essa realidade era bastante comum na Paraíba, e em Sapé especificamente, em virtude das condições sócio-econômicas desse município que tradicionalmente fora controlado politicamente por setores oligárquicos. A família Ribeiro Coutinho, proprietária da usina Santa Helena e membro do "grupo da Várzea", sempre esteve presente à frente da política sapeense. Na política paraibana também marcou forte presença, com representação nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Proprietária de várias usinas na Paraíba, onde moravam centenas de trabalhadores, a família Ribeiro Coutinho, para assegurar sua força política na região, faziam com que nos períodos de eleição seus moradores fossem obrigados

a realizar suas compras semanais nas feiras que funcionavam no interior de suas usinas. Dessa forma, conseguiam garantir que seus moradores não seriam influenciados por candidatos que não representassem seus interesses. Assim, os grupos políticos representados por proprietários de terras conseguiam perpetuar o sistema e a força política dos grupos oligárquicos, através da manipulação e controle social dos trabalhadores rurais. (Benevides, 1985:30)

Nos anos 50 e 60, os trabalhadores rurais da zona canavieira começaram a contestar esse sistema de dominação presente nessas áreas. Os trabalhadores rurais, que nesse momento vivenciavam uma situação de marginalização política, dão início a um processo de organização, com o objetivo de se contrapor à situação de exploração e expropriação a que estavam submetidos.

Através dos vários acontecimentos políticos e sindicais desencadeados nesse período os trabalhadores rurais passam a fazer parte do cenário político, mas logo são reprimidos pelo regime militar, retornando assim a realidade de exclusão política.

No início da década de 80, quando os trabalhadores brasileiros e demais segmentos sociais reivindicavam a participação política, os trabalhadores rurais também engrossavam essa mobilização e encetavam lutas por direitos. As mobilizações do primeiro de maio, as campanhas trabalhistas e salariais organizadas no início da década de 80 são parte dessa ação política.

Não podemos esquecer que neste período estava em curso um processo de relaxamento da repressão, ainda que de forma inicial, mas que já representava os primeiros passos rumo à democratização do País. A substituição de governos militares por governos civis apresentava-se como de grande importância para esse novo momento que ora iniciava, sendo, portanto, elemento favorável ao reingresso dos trabalhadores rurais à cena política.

É importante destacar aqui que, apesar dessa nova realidade política, isso só foi possível em virtude dos processos organizativos anteriores. As greves que ocorreram em Pernambuco a partir de 1979 e na Paraíba a partir 1984,

“ao mesmo tempo que representavam uma descontinuidade notável em relação ao período autoritário, enquanto acontecimento impensável nos anos negros da ditadura, guardavam uma continuidade com as formas de lutas pré-64”. (Sigaud, 1989:165)

As transformações que ocorreram no campo paraibano na década de 70, decorrentes do processo de modernização da agricultura brasileira, contribuíram também para a retomada das lutas sindicais nesse período. No município de Sapé, é justamente a partir da implementação desse programa, que vão ocorrer mudanças significativas no campo, principalmente do ponto de vista das relações sociais.⁴⁶

Nesta ocasião vamos assistir à expulsão de centenas de trabalhadores/moradores dos engenhos e usinas que vão dar lugar á expansão da cana-de-açúcar, passando estes trabalhadores a fazer parte da população urbana como moradores de “pontas de ruas”.

Em 1970, a população urbana de Sapé era de 15.819, em 1980 passou para 23.339, chegando quase a ultrapassar a metade da população geral do município, atingindo um percentual de 45%. Em 1991 chegou a 34.238, o que corresponde a mais da metade da população.

Essa mudança no quadro populacional do município decorrente do processo de transformação ocorrido no campo vai refletir não só nas lutas sindicais. No campo da política partidária vamos ter também um reflexo dessa mudança.

Em estudo realizado Andrade (1987) analisa os resultados eleitorais das eleições de 1982. Neste estudo ele aponta o fenômeno da urbanização ocorrido nesse período como elemento definidor no deslocamento de poder no município de Sapé. Ao fazer referência a este fenômeno, relacionando-o ao resultado eleitoral, Andrade (1987:02), afirma o seguinte:

"...o fenômeno da urbanização, gerado pelas próprias contradições do sistema em que se insere o referido poder, que o exacerba e o intensifica, vem, progressivamente, deslocando o centro do poder político do campo para a cidade, de núcleos conservadores para núcleos mais liberais, coesos, não mais pela pressão econômica mas pela conscientização política e social."

Ao mesmo em tempo em que o autor faz questão de enfatizar essa mudança, que resultou no deslocamento de poder dos grupos oligárquicos, ele afirma que isso não se traduziu em divergências antagônicas, haja vista que o grupo vitorioso representado pelos médios proprietários rurais, apresenta o mesmo pensamento em relação à questão agrária no município.

"Em correlação com esse desenvolvimento político, entendo que, no fundo, a rivalidade partidária sapeense, a partir do campo, reflete um confronto entre grande propriedade empresarial e propriedade média. Confronto que se traduz em divergência política de superfície. Como há acordo quanto à conservação do perfil agrário, mantém-se por isso mesmo, a possibilidade de que o médio proprietário transforme-se, eventualmente, em grande proprietário." (Andrade, 1987-02)

Nesse sentido, pode-se afirmar que esse novo perfil do poder político em Sapé não significou, para os trabalhadores, a abertura de espaço para sua ação política. Como foi assinalado pelo autor, teve continuidade o pensamento conservador em relação à questão agrária no município. Ou seja, os trabalhadores

A participação dos canavieiros nas lutas por direitos, confrontando-se cotidianamente com proprietários rurais, usineiros e o Estado vai possibilitar aos trabalhadores perceberem, de forma ainda mais clara, a continuidade do conservadorismo no que diz respeito às questões do campo, agora representado por esse grupo de médios proprietários rurais que passa a controlar a política local, destacando-se a família Feliciano, que vem governando o município a dezesseis anos.⁴⁹

A partir do início da década de 80, diferentes iniciativas vão ser realizadas pelos trabalhadores no sentido de ampliar sua ação política, capaz de viabilizar suas propostas, em direção à construção de espaço para sua participação na esfera da política.

Um fato que pode ilustrar bem essa posição conservadora diante das iniciativas políticas dos trabalhadores ocorre com a realização da eleição do sindicato dos trabalhadores rurais em 1984. Nessa ocasião, os políticos locais envolveram-se no processo eleitoral, com o objetivo de impedir a vitória da chapa de oposição, que propunha um sindicato mais atuante frente às questões do cumprimento dos direitos trabalhistas e uma ação mais sistemática no que diz respeito à luta pela reforma agrária.

Temendo a vitória desse grupo de trabalhadores, que propunha a independência do sindicato em relação aos patrões e aos políticos, várias iniciativas foram realizadas no sentido de contribuir para a continuidade da diretoria em exercício.

As eleições sindicais que até a década de 70 eram acontecimentos restritos ao movimento sindical e aos trabalhadores rurais, com a retomada das lutas sociais passam a envolver também outros atores sociais que compõem o

"Poder local". A participação dos políticos e proprietários rurais no processo eleitoral em 1984, 1987, 1990 faz parte dessa nova realidade.

A vitória do grupo de oposição em 1990 teve um significado importante para um redirecionamento das lutas, na medida em que esse novo grupo propõe um sindicato que tenha como eixo central a questão da organização e mobilização dos trabalhadores para a conquista efetiva dos direitos conquistados nas Campanhas Salariais.

É importante ressaltar que essa mudança no sindicato dos trabalhadores rurais vai refletir também na organização de outras categorias de trabalhadores, conseguindo constituir-se, enquanto referência política não só para os trabalhadores rurais. Para esse grupo de dirigentes que assume a direção do sindicato a partir de 1990, a luta dos trabalhadores deve ser muito mais ampla do que as iniciativas sindicais trabalhistas. É necessário também discutir a participação dos trabalhadores na esfera da política partidária, como afirma esse dirigente sindical:

"A participação nos sindicatos e nos cursos que a gente participa, a gente começa a ver o limite do movimento sindical e despertar para o movimento político dos partidos." (Dir. do Sindicato 02)

Partindo dessa visão, os dirigentes sindicais passaram a desenvolver atividades que vão além da esfera sindical. Iniciativas políticas mais amplas passaram a compor o quadro de ações implementadas pelo sindicato. Dentro desse contexto, os dirigentes sindicais passaram a incentivar a participação dos trabalhadores nos momentos eleitorais, a exemplo, das eleições de 1987 para eleger os constituintes, assim como no momento de elaboração da Constituição quando se mobilizaram em torno dos abaixo-assinados para envio de emendas

populares aos constituintes. As eleições presidenciais em 1989, também foi um momento importante de participação dos trabalhadores na cena política local.

Portanto, a presença dos dirigentes sindicais nos vários acontecimentos políticos e sindicais no município, a exemplo de mobilizações de funcionários públicos, professores da rede pública municipal, manifestações populares reivindicando melhoria nos serviços públicos, mobilizações de trabalhadores rurais por frentes de emergência, etc, fazem parte dessa nova realidade de ampliação da ação política dos trabalhadores rurais.

Como resultado desse processo de participação política mais ampla, várias lideranças, dirigentes e assessores do sindicato ingressaram na política partidária, principalmente no Partido dos Trabalhadores, constituindo dessa forma, uma alternativa política para os trabalhadores.

Tal envolvimento nesses acontecimentos provocou várias reações por parte de segmentos sociais ligados ao "poder local", chegando-se a fazer afirmações do tipo: "o trabalho do sindicato visa apenas fortalecer o Partido dos Trabalhadores", "o sindicato não deve se envolver com política partidária". Na medida em que a adesão a um determinado partido não tem um caráter estritamente individual, expressa-se uma preocupação por parte dos políticos tradicionais em relação à participação das lideranças e dirigentes sindicais na esfera da política partidária. Essa questão ganha mais significado, principalmente nos momentos eleitorais, quando as diversas facções apresentam-se à sociedade, na busca de aliados, ou seja, de pessoas ou grupos para incorporarem-se no apoio a sua facção. É nesse "tempo de política" que se expressam de forma mais clara as disputas no interior do município entre os diversos grupos da política local.⁵⁰

A partir desses fatos configura-se uma disputa com o "poder local", na medida em que os trabalhadores rurais antes à margem da cena política local,

vão se constituindo como referência política no município, com capacidade de influenciar na disputa do jogo político local. A afirmação de Bertolazzi e Tosi (1985) quando analisa o sindicalismo rural e o poder local no município de Sapé aponta para a construção desse novo perfil no quadro político local:

"O que antes era percebido como um bloco único de poder, onde quem manda são os 'poderosos', as 'autoridades', agora começa a ser visto como uma pluralidade de poderes, em que se abre espaço também para o poder dos trabalhadores."

Dessa forma, as lutas reivindicativas desencadeadas neste período (1984-1994), não significaram apenas conquistas de direitos do ponto de vista da regulamentação das relações de trabalho, foi também momento privilegiado de construção de espaço político na sociedade.

Se estas iniciativas ainda são frágeis, apontam, entretanto, para um novo momento no qual atores políticos vão se constituindo enquanto sujeitos e que, sem dúvida, indicam um molecular rearranjo das forças políticas locais. O que os segmentos políticos tradicionais temem é justamente a possibilidade que vem se gerando a partir das lutas sociais, fazendo emergir novos atores na cena política local, com capacidade de influenciar o desenho do poder local. Trata-se, portanto, de uma participação dos trabalhadores nessa esfera da vida social, que é a política, que afeta os mecanismos de dominação utilizados pelos chefes políticos tradicionais, quebrando a tradição dos currais eleitorais e criando novas alternativas políticas para os trabalhadores rurais e uma nova cultura política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, procurou-se compreender os efeitos e repercussões das práticas sociais e políticas dos canavieiros no município de Sapé, dentro do contexto das relações sociais de poder estabelecidas na sociedade em que se configuram enquanto "poder local".

Dentro desse contexto, procuramos apontar os limites e possibilidades que tiveram tais lutas para a conquista de direitos, ao mesmo tempo que buscamos compreender os deslocamentos e redefinição de relações sociais de poder no mundo do trabalho e na esfera da política local.

Um aspecto que destacamos nesse processo de lutas desenvolvido pelos canavieiros nesse período (1984-1994), foi a sua emergência enquanto sujeito político com capacidade de reivindicar "direitos". Nessa disputa por direitos, pôde-se perceber a resistência por parte dos patrões para que tais direitos legalmente conquistados não fossem efetivados. Dentro desse quadro de resistência por parte da classe patronal, a violência aparece como um dos principais expedientes utilizados sendo, portanto, responsável pela ocorrência de várias situações de conflitos entre trabalhadores, patrões e seus capangas, resultando em atos de violência contra os trabalhadores e até mesmo assassinatos. Dessa forma, acreditam conseguir impedir o cumprimento das conquistas legais. Essa situação é favorecida, muitas vezes, pela conivência das autoridades locais e pela Justiça que não apuram os fatos e nem punem os culpados. Outro aspecto que também contribui para tal realidade é a pouca presença dos órgãos responsáveis pela fiscalização da legislação diretamente no campo. A conivência desses órgãos é resultado da influência que exercem os proprietários rurais e usineiros junto as instituições estatais e à política local.

É importante destacar que tais lutas só foram possíveis no momento em que os canavieiros começaram a questionar as formas de dominação tradicional presentes no interior das áreas canavieiras, centrada em relações extra-econômicas que dificultavam a participação dos trabalhadores nas lutas reivindicativas por direitos. Aqui, a ação mediadora do sindicato e de outras instituições possibilitaram a emergência dos canavieiros como sujeito político e social, sendo portanto, de fundamental importância para a construção de uma organização política independente dos patrões e dos políticos locais.

Dentro desse contexto, três aspectos vale a pena salientar: a retomada das lutas sindicais, a partir da década de 80, época em que os trabalhadores rurais se inserem nas lutas democráticas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que reivindicam espaço no "pacto político" local. Foi, portanto, nesse período que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé começou a organizar os assalariados rurais para reivindicar a regulamentação das relações de trabalho no campo, ficando explícito nesse momento, a importância do sindicato como uma força institucionalizada de mediação capaz de minimizar a influência dos proprietários rurais, usineiros e políticos locais, frente a Justiça e a Legislação. (Palmeira, 1985-35)

Em seguida, as ações de mobilizações de massa implementadas a partir dos primeiros anos da década de 80 com as Campanhas Trabalhistas e logo depois com as Campanhas Salariais (1984). Elas foram de fundamental importância para a construção da categoria social dos "canavieiros", enquanto um segmento de classe construído a partir de suas experiências de luta. Daí em diante, a categoria "canavieiro" passou a fazer parte da linguagem interna dos movimentos sociais rurais, tornando-se visível também para a sociedade e entrando no vocabulário acadêmico e do próprio discurso dos segmentos sociais que compõem o "poder local". (Novaes, 1987)

Por último, a presença dos mediadores foi elemento fundamental para tornar visíveis socialmente as lutas dos canavieiros. Na medida em que os conflitos, as irregularidades trabalhistas tornam-se públicas e saem do isolamento, coloca-se em xeque a não-cidadania desses trabalhadores, ampliando assim as possibilidades de barganha por parte dos trabalhadores junto à classe patronal, no sentido da conquista por direitos e do seu reconhecimento político na sociedade.

Dentre os mediadores externos, três foram destacados na pesquisa pelos informantes: a Igreja Católica, através de sua ação pastoral via CPT, e as CEBs, que cotidianamente têm apoiado os canavieiros em suas várias iniciativas de mobilização, e os advogados, com sua competência profissional, contribuindo para assegurar "o cumprimento dos direitos". A participação deste último mediador contribuiu para tornar os conflitos de caráter episódicos em conflitos com dimensão institucional. Para isso, a postulação de ações na Justiça do Trabalho, como expediente para garantir o cumprimento da legislação vigente tem sido bastante utilizada. Ou seja, através dessa mediação jurídica, os trabalhadores canavieiros, ao término do contrato de trabalho, têm conseguido garantir o pagamento dos devidos direitos, negados no período em que estiveram em atividade. Por último, os partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores, que nos momentos de mobilização tem prestado seu apoio, mediando principalmente a relação com o Estado, através de seus parlamentares.

Assim, os canavieiros, que antes vivenciavam uma situação de completa exclusão política e ausência de direitos, conseguiram constituir uma rede de relações que possibilitou o seu reconhecimento social, sobretudo junto àqueles segmentos envolvidos com os movimentos sociais. Parece ser necessário ainda, uma abertura em direção a outras organizações e segmentos sociais presentes na sociedade local.

As mobilizações desenvolvidas pelo movimento dos canavieiros são

sapeense com conteúdos que extrapolam o conflito trabalhista. De fato, as lutas sociais dos canavieiros vão além das conquistas trabalhistas, elas expressam um questionamento às formas de dominação que vão além do mundo do trabalho. Portanto, tais lutas, na medida em que adquirem legitimidade na sociedade, apontam também para a construção de espaços políticos que favorecem a inserção dos trabalhadores no "pacto político" local.

O resultado desse processo foi o reconhecimento político do sindicato dos trabalhadores rurais, enquanto um instrumento legítimo dos trabalhadores capaz de provocar deslocamento e redefinição de relações sociais. Isso representou para a classe patronal e políticos tradicionais do município uma certa ruptura dos laços de dominação. Nesse sentido, a disputa pelo controle desse órgão de representação dos trabalhadores passa a ser, não apenas dos trabalhadores rurais. Entram em cena outros atores sociais e políticos externos à esfera sindical, destacando-se neste caso a presença dos proprietários de terras e políticos locais. O sindicato conquista uma importância social efetiva, na medida em que o controle desse órgão de representação dos trabalhadores passa a representar barganha política, ou seja, o grupo ou segmento político que conseguir dirigir o sindicato tem em mãos um instrumento político importante no jogo político local.

A crise da cultura canavieira no município e na região como um todo, a partir do final da década de 80, tendo como principal fato o fechamento da usina Santa Helena, colocou para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé novos desafios. Com a falência dessa unidade de produção, a questão dos "direitos", bandeira de luta principal do sindicato tornou-se ainda mais visível.

A usina Santa Helena ao longo de seu funcionamento nesse município sempre trilhou o caminho do não-cumprimento da Legislação Trabalhista, resultando num acúmulo de dívida trabalhista bastante significativo. O

dessa dívida social e trabalhista na Justiça, do ponto de vista dos patrões, representou para o setor que ora vivenciava uma situação de crise, a impossibilidade de reabertura dessa unidade de produção. Essa visão foi difundida e assimilada por vários segmentos sociais do município, a exemplo dos políticos tradicionais, que nos momentos de eleição são apoiados pelos empresários do setor canavieiro.

O discurso dos patrões, compartilhado pelo "poder local", expressa uma visão "legalista" dos direitos, que não corresponde a uma prática efetiva do cumprimento dos direitos no dia-a-dia dos trabalhadores nos locais de trabalho. Existe por parte dos patrões uma idealização do passado bastante presente que se difundiu também para os segmentos dominantes da sociedade local. De acordo com essa concepção a luta pelos direitos implementada pelo sindicato, de fato, não tem favorecido a uma melhor condição de vida para esses trabalhadores. Afirmando sempre que, em período anterior, quando os trabalhadores moravam no interior dos engenhos e usinas como "moradores de condição", a situação parecia bem melhor do que hoje. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa realidade configurava-se numa situação de superexploração e uma completa ausência de direitos, o que só favorecia a uma realidade de não-cidadania.

Nesse sentido, a ação dos trabalhadores em busca dos direitos inerentes à construção de sua cidadania aparece como um dos principais fatores causadores da crise canavieira no município.

O fato de os canavieiros protagonizarem ações de natureza política, dentro de um contexto mais geral de superação dos mecanismos de dominação e exclusão política presente na sociedade local, colocou para os segmentos sociais dominantes a possibilidade de tais ações virem abalar a sua influência política no meio dos trabalhadores. O que observamos dentro desse contexto é que esses segmentos sociais temem a emergência de outros atores políticos na rede de

trabalhadores destacam-se na cena política local, a partir das ações reivindicativas dos canavieiros, e apresentam-se na sociedade como sujeitos políticos com capacidade de criar alternativas políticas para os trabalhadores rurais e ainda influenciar outros setores da sociedade, isso revela de certa forma, sua fragilidade na rede de relações de poder. Ou seja, a presença desses novos atores sociais na cena política local tende a arrefecer o poder dos políticos tradicionais.

Enfim, a participação efetiva desses novos sujeitos sociais e políticos na esfera da política local aponta para uma redefinição das regras de convivência política no município. Em função desse novo cenário político que se desenha, por menos que possa significar o movimento dos canavieiros para o deslocamento de relações de poder na sociedade, é evidente que tais ações contribuem para uma molecular modificação no tecido social, dando origem a uma nova cultura política e a um novo desenho no "poder local".

BIBLIOGRAFIA

- AUED, Bernadete Wrubleski. *A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas 1955-64)*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1986.
- ANDRADE, Plautomesquita. *Urbanização desloca o centro do poder político (Interpretação sócio-econômica das eleições de 1982, em Sapé)* Texto UFPB/NDIHR, nº 16, João Pessoa, 1987.
- ADISSI, Paulo e APAGNUL, Wargner. "Convenções Coletivas quantificando o roubo dos patrões". Rev. Proposta, nº 42, Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha e PAKMAN, Elbio Troccoli. "O Proálcool e as transformações no espaço agrícola da Paraíba". Rev. Raízes, v. 6, nº 08, Campina Grande: Mestrado em Sociologia e Economia/UFPB, 1991.
- AZEVEDO, Antônio Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BAVA, Caccia Silvio. "Democracia e Poder Local". in VILLAS-BOAS (Org.) *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis, nº 11, 1994.
- BERTOLAZZI, Analisa. *Novo Sindicalismo no Campo Paraibano: continuidades e mudanças*. Campina Grande: UFPB, 1989 (Dissertação, Mestrado).
- BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em Marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo ed., 1992.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. "*Cidadania e Democracia. Lua Nova*: revista de cultura e política, nº 33, São Paulo, CEDEC, 1992.
- BARBOSA, Ivone Vital Torres. *Mudanças Sociais na Agricultura e Suas Implicações Para o Sindicalismo Rural (Um estudo das transformações em Sapé 1950-1980)*. Campina Grande, UFPB, 1985 (Dissertação. Mestrado).
- BARRETO, Reginaldo Muniz. Modernização do Setor Canavieiro. In *Relatório de Seminário sobre setor sucroalcooleiro*. Salvador: CESE, 1993.
- CARVALHO, Marta M. Falcão e SANTANA, M. *Nordeste, Açúcar e Poder, um estudo da Oligarquia açucareira na Paraíba 1920/1962*. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.
- CONTAG. *Relatório do Encontro sobre processo de trabalho na lavoura canavieira*. Carpina (PE), julho de 1992.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. Col. Primeiros Passos, nº 250, São Paulo: ed. Brasiliense, 1993.
- COUTINHO, Nelson Coutinho. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. Col. Primeiros Passos, nº 285, São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.
- DIEESE E CONTAG. *Estudo Setorial: o setor sucroalcooleiro no Nordeste*. São Paulo. s/d. mimeo.

- EGLER, Cláudio Antônio G. "Os impactos do Proálcool na Paraíba. In *Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais do Proálcool na Paraíba*. Cadernos Codecil, nº 02, série impactos econômicos e tecnológicos. SEPLAN, João Pessoa, 1984.

- EQUIPE DE ASSESSORIA SINDICAL/UFPB. *Relatório de pesquisa: condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais de Sapé*. UFPB, Campina Grande, 1982.

- FISCHER, Tânia. "Poder Local: um tema em análise". In Fischer (Org.) *Poder Local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.

- HELLMANN, Michaela. "Democratização e Movimentos Sociais no Brasil". In Hellmann (Org.) *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

- HEREDIA, Beatriz Alasia. *Formas de Dominação e Espaço Social: a Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero (Brasília, DF), MTC/CNPq, 1988.

- LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. *Os Impactos do Proálcool no Município de Sapé (1975/1990)*. Campina Grande; UFPB, 1992. (Monografia de Graduação) mimeo.

- MACHADO, Eduardo Paes (Org.). *Poder e Participação Política no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1987.

- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. (Cap. I), Petrópolis: Vozes, 1983.

- MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo e LORIO, Maria Cecília. *Trabalhadores do Campo: Redefinindo Relações*. Rev. Tempo e Presença, nº CEDI, Rio de Janeiro.
- _____, *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENEZES, Alexandre (Org.). *Setor Canavieiro Hoje. Dinâmica e Perspectivas*. CESE, CEDI, OXFAM, Salvador, 1994.
- MIELE, Neide. *A Mulher na Palha da Cana*. Campina Grande: UFPB, 1987. (Dissertação. Mestrado).
- MOREIRA, Emília de Rodat, Fernandes et al. *A Economia Canavieira na Paraíba: História, Dinâmica e Tendências Recentes*. João Pessoa, 1992, mimeo.
- _____, *Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano*. Textos NDIHR/UFPB
- MUNIZ, Reginaldo. Elemento para Reflexão e a Ação do movimento Sindical. In *Seminário Regional: Crise e Reestruturação no complexo sucroalcooleiro do Nordeste*. (Org. FASE/FETAP e outros), Recife, 1993. (mimeo).
- NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis, 1994.
- NOVAES, Regina Reys. *De Corpo e Alma: Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo*. São Paulo, USP, 1987. (Dissertação, Doutorado).
- _____, Continuidades e Rupturas no Sindicalismo rural. In Boito Jr. (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____, A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba. In PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições

- NOVAES, José Roberto. **"Campanhas Salariais dos Canavieiros do Nordeste: Velhos e Novos Desafios"**. Rev. Proposta, nº 42, Rio de Janeiro; FASE, 1989.
- _____ e SCHWENGBER, Angela. **"Retrato do Brasil Canavieiro: Modernização e Trabalho Escravo"**. Rev. Tempo e Presença, nº _____ Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- NASCIMENTO, Elimar. **A Universidade de Gramsci: "Guerra de Posição" e Hegemonia**. Campina Grande, 1981, mimeo.
- PALMEIRA, Moacir. **Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato**. Primeiras Questões, mimeo, s/d.
- _____, A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato. In PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: edições Loyola, 1985.
- _____, Voto: Racionalidade ou Significado? In Rev. **Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20. ANPOCS, Rio de Janeiro, 1992.
- PAOLI, Maria Célia. **"Movimentos Sociais no Brasil: Em Busca de um Estatuto Político"**. In HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- SALES, Tereza. **Agreste Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970/80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEDUP. **Relatório de Pesquisa: Aspectos das condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar do brejo paraibano**. Guarabira, 1986, mimeo.
- _____, **Relatório de Pesquisa: História do sindicalismo rural no brejo**

- SIGAUD, Lígia. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____ . *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____ . "A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento". In CAMARGO, Aspásia e DINIZ, Eli (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil da nova república*. São Paulo: Vértice, editora Revista dos Tribunais, 1989.
- TOSI, Giuseppe. *A Greve dos Canavieiros da Paraíba*, 1984. Campina Grande, 1985, mimeo.
- _____ . *Terra e Salário para quem Trabalha: Um Estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano*. Campina Grande, UFPB, 1986. (Dissertação, Mestrado).
- _____ . Revendo o Conceito de classe para Rever as Classes. In *Gaveta Aberta*, nº 02. Recife: EQUIP, 1995.
- _____ e BERTOLAZI, *Análise. Poder Local e Sindicalismo Rural na Paraíba*. Campina Grande, 1985. mimeo.
- THOMPSON, E. P. Tradicion, *Revuelta y conciencia de classe*. Barcelona, Espanha: Grijalbo, 1979.
- _____ . *A formação da classe operária inglesa*, Vol. I - A árvore da liberdade, tradução Denise Bottman, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WEFFORT, Francisco C. A Cidadania dos Trabalhadores. In LAMONIER, Blivar et al (Orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUADRO DAS USINAS E DESTILARIAS INSTALADAS NA PARAÍBA

USINAS ANTIGAS		
NOME DA USINA	GRUPO PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)
- SANTA RITA - SÃO JOÃO - SANTANA - SANTA HELENA - MONTE ALEGRE - SANTA MARIA - TANQUES	- FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO - FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO - FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO - FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO - GRUPO SOARES DE OLIVEIRA - FAMÍLIA SOLON LINS - FAMÍLIA VELOSO BORGES	- SANTA RITA - SANTA RITA - SANTA RITA - SAPÉ - MAMANGUAPE - AREIA - ALAGOA GRANDE
DESTILARIAS ANEXAS AS ANTIGAS USINAS		
- SANTA HELENA - SANTANA - SANTA MARIA - SÃO JOÃO	- FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO - FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO - FAMÍLIA SOLON LINS - FAMÍLIA RIBEIRO COUTINHO	- SAPÉ - SANTA RITA - AREIA - SANTA RITA
DESTILARIAS AUTÔNOMAS		
- GIASA - MIRIRI - AGICAN - TABU - JACUÍPE - JAPUNGU - UMA - BORBOREMA	- GRUPO TAVARES DE MELO - GRUPO CAVALCANTI DE MORAES - GRUPO PESSOA DE MELO - GRUPO LUNDGREN - GRUPO CAVALCANTI DE MORAES - CONIPAR - GRUPO RIBEIRO COUTINHO - GRUPO RIBEIRO COUTINHO	- PEDRA DE FOGO - SAPÉ - MATARACA - CAAPORÃ - LUCENA - SANTA RITA - SAPÉ - PIRPIRITUBA

VIOLÊNCIA PERMANENTE

USINA SANTA HELENA, MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB

O município de Sapé, localizado na região do baixo Paraíba, está inscrito na área canavieira do Estado. Nos últimos anos esse município tem sido o palco de sucessivas atitudes de Violência pela classe patronal, especificamente, dos proprietários da Usina Santa Helena, atualmente denominada AGROMAR e que fora arrendada pelo Sr. ELMO TEIXEIRA DE CARVALHO.

A então Usina Santa Helena a partir de 1990 iniciou um processo de falência, deixando muitos trabalhadores da área da cana em situação muito difícil, sem emprego e com os seus Direitos Trabalhistas negados. A usina era administrada pelo Grupo Ribeiro Coutinho que detém a propriedade da mesma. As cerca de 1.500 famílias prejudicadas, resolveram ingressar na Justiça visando assegurar os seus direitos e para tanto foram orientadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé que, cumprindo o seu papel, deu todo apoio nas reclamações trabalhistas. Ocorre que em 1992 a Usina é arrendada ao Grupo Agromar, dirigido pelo Sr. Elmo Teixeira que passaria a explorar a produção da Cana-de-açúcar, só que ao chegar na referida usina, encontra algumas famílias ainda nas terras e muitos trabalhadores com reclamações na Justiça, tendo o então arrendatário prometido dialogar com os trabalhadores afim de encontrar uma saída para o impasse. Sucessivas reuniões foram marcadas, tendo o mesmo ido a algumas e em seguida não mais comparecendo e ainda mais pressionando os trabalhadores a retirarem as suas reclamações trabalhistas e ameaçando os dirigentes sindicais. A partir daí fecharam-se os caminhos de diálogo entre os dois setores e a crise aumentou ainda mais quando a usina foi cercada por capangas que visavam proibir a entrada dos trabalhadores e também a saída de caminhões com cana para outras usinas, já que as fazendas vizinhas que forneciam cana para a usina resolveram suspender as entregas pois não estavam recebendo o pagamento. Apesar da intenção dos arrendatários em manter os trabalhadores bem longe, o Sindicato vai à Usina na tentativa de conversar com os mesmos e é surpreendido com um arsenal de armas jamais visto na História da Luta no Campo, existiam armas na usina até de uso específico das Forças Armadas e que foram apreendidas por decisão da SSP/PB. No dia 19 de Outubro de 90, foi feito um atentado contra a vida do Presidente do Sindicato de Sapé, João Antonio Alves e do Advogado do Sindicato, Garibaldi de Souza Pessoa e até hoje ninguém foi responsabilizado pela ação criminosas. A partir de então a violência se fez presente em Sapé, houveram várias investidas dos arrendatários da usina com arrombamento da sede do Sindicato, incêndio da caminhoneta utilizada pelo sindicato e destruição das lavouras de trabalhadores que moravam em terras da usina há mais de 50 anos. Essa situação permanece até hoje, sendo que a última investida aconteceu no último dia 06 de Novembro quando o arrendatário da usina, o Elmo Teixeira, acompanhado por outros capangas, expulsou os dirigentes do Sindicato, escoltando-os com armas pesadas até o município vizinho, Espírito Santo, e ameaçando de morte o presidente do sindicato, caso o mesmo retornasse à Usina.

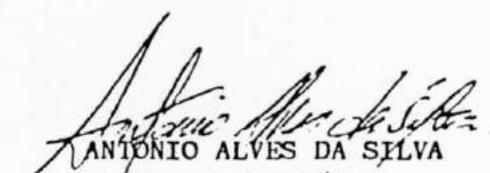
Diante dos fatos trazidos à tona, verifica-se que a Usina que encontra-se arrendada ao Grupo AGROMAR, do Rio Grande do Norte, não dispõe a reconhecer os direitos dos trabalhadores, nem pretende negociar com os mesmos. A situação da usina permanece inalterada, são 18.300 ha de terra, que se estende do município de Sapé até o de Cruz do Espírito Santo. É uma área fértil e que necessita obter um desfecho final da crise em que se envolveu. As ameaças são constantes

na vida dos trabalhadores, atualmente são 1.500 famílias envolvidas num conflito cotidiano que não apresenta uma saída visível. A realidade é de muita expectativa no porvir, somente a luta dos trabalhadores de Sapé poderá vislumbrar o resultado dessa situação de violência perpetrada pelos arrendatários da Usina que teimam em não respeitar os trabalhadores.

Uma série de reivindicações foram tiradas dos vários encontros e reuniões no STR de Sapé junto com os Companheiros da CUT e que precisam ser colocadas em prática a curto prazo, com vistas a amenizar a situação de Violência verificada no município de Sapé. São elas as seguintes:

- 1 - Desarmamento e fim da milícia privada;
- 2 - Livre acesso dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho e moradia;
- 3 - Cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho dos Canavieiros;
- 4 - Pagamento dos direitos trabalhistas em terra.

João Pessoa, 10 de Novembro de 1992


ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Coord. do DETR/PB



Manifestação dos canavieiros em João Pessoa
Campanha Salarial - 1986



Ato público de 1º de maio em Solânea
Campanha Trabalhista - 1982



Ato público de 1º de maio em Solânea
Campanha Trabalhista = 1983



Ato público de 1º de maio em Solânea
Campanha Trabalhista - 1983



Ato público em Alagoa Grande
Campanha Salarial - 1984



Ato público em Alagoa Grande



**Sindicato e advogado
nessa luta tem valor
mas quem deve dirigir
é você, trabalhador !**

**Qual a lista dos direitos
que a gente vai exigir,
o caminho, acordo ou greve
é pra você decidir !**

**COMPANHEIRO ! FIQUE POR DENTRO: PARTICIPE E
ACOMPANHE TODOS OS PASSOS DA LUTA OCUPE SEU
LUGAR NO SEU SINDICATO, EXIJA !**

Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais - DNTR
Central Única dos Trabalhadores

CUT

**PARAIBA
PERNAMBUCO
ALAGOAS
RIO GRANDE DO NORTE
BAHIA**

TRABALHADOR CANAVIEIRO !

**CHEGOU A SAFRA DA CANA,
CHEGOU A SAFRA DA LUTA !**

PELOS SEUS DIREITOS !



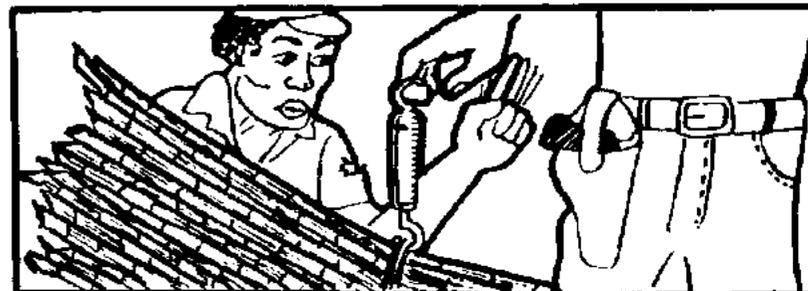
CUT CUT CUT CUT CUT CUT



**Só sai papel assinado
do Tribunal do Trabalho.
Se a Campanha acaba nisso
seu direito vai ser falho.**

**Só no campo se garante
direito certo e contado:
Lutando na safra inteira
móde não ser enganado.**

**COMPANHEIRO ! O DISSÍDIO OU O ACORDO
ASSINADO
É SÓ O COMEÇO DA LUTA: VITÓRIA MESMO
É O QUE VEM DEPOIS:
OBRIGAR O PATRÃO A CUMPRIR !**



**Você luta na Campanha,
conquista melhor salário,
mas o patrão, muito esperto,
diz que não vai ser otário:**

**rouba tudo no horário,
na tarefa e na balança,
Fique de olho nas medidas,
senão você é quem dança.**

**COM OS SALÁRIOS INCORRETOS E AS MEDIÇÕES
FRAUDULENTAS DAS TAREFAS REALIZADAS,
OS TRABALHADORES DA CANA ACABAM
RECEBENDO, EM MÉDIA 40%
DO QUE LHE É DEVIDO.**



campanha
do
cumprimento

Pb - FEVEREIRO
89

TIPO DE CANA	PREÇO DA CARGA
BOA.....	NCz\$ 0,18
MEDIA.....	NCz\$ 0,11
RUIM.....	NCz\$ 0,15

TIPO DE CANA	PREÇO DA BRAÇA
MUITO BOA.....	NCz\$ 0,11
BOA.....	NCz\$ 0,09
MEDIA.....	NCz\$ 0,06
RUIM.....	NCz\$ 0,05
ENROLADA.....	NCz\$ 0,14

CAMBITAMENTO	PREÇO DA CARGA
ATE 200 METROS...	NCz\$ 0,07
201 a 500 Metros...	NCz\$ 0,09
Mais de 500m...	NCz\$ 0,11

TIPO DE CANA	PREÇO DA TONELADA
BOA.....	NCz\$ 0,97
ENROLADA.....	NCz\$ 0,97
MEDIA.....	NCz\$ 1,17
RUIM.....	NCz\$ 1,56

ENCHIMENTO	PREÇO DA TONELADA
CARROÇA E VAGÃO...	NCz\$ 0,39
CARROCINHA NA PALHA.....	NCz\$ 0,39
CAMINHÃO.....	NCz\$ 0,67

ATENÇÃO

CORTE DA CANA CRUA: A BRAÇA VALE O DOBRO
PARA CANA AMARRADA (PEIXE COM 20) TAMBEM

ALGUMA DÚVIDA? VÁ AO SINDICATO.



SU, CAGEM	TAREFA	PREÇO DA BRAÇA
NO TOCO	142 braças	NCz\$ 0,02
ARLIA	300 braças	NCz\$ 1,008
TERRA MOLE	200 braças	NCz\$ 0,07
TERRA DURA	150 braças	NCz\$ 0,01

LIMPA DE MATO	TAREFA	PREÇO DO CUBO
AREA OUTABULEIRO	234 cubos	NCz\$ 0,01
TERRA BGA	156 cubos	NCz\$ 0,01
MASSAPE	109 cubos	NCz\$ 0,02
ALAGADO/MATO RUIM	101 cubos	NCz\$ 0,02

SBMEO	TAREFA	PREÇO DO CUBO
TERRENO PLANO	390 cubos	NCz\$ 0,006
T. ACIDENTADO	200 cubos	NCz\$ 0,01
E' MUTIRÃO	610 cubos	NCz\$ 0,004

(por trabalhador)

REBOLO	TAREFA	PREÇO DO CUBO
	1050 cubos	NCz\$ 0,002

COBERTURA	TAREFA	PREÇO DO CUBO
TABULEIRO	468 cubos	NCz\$ 0,005
FIRRO OU TOCO	234 cubos	NCz\$ 0,01

OBLETURA DE CEPAS 200 cubos / 117,10

Os PREÇOS ESTÃO EM CRUZADOS NOVOS!

O GOVERNO CORTOU
3 ZEROS, DIZENDO

QUE ASSIM VAI
ACABAR COM A
INFLAÇÃO, E O

POVO CADA VEZ MAIS
VAI FICARIDO SEM
NENHUM TOSTÃO!
Procure o Sindicato
TO PARA discutir
SE ISSO ESTÁ CERTO
OU NÃO.



Se o Acorde NÃO É CUMPRIDO,
O PARADEIRO É GARANTIDO!

DE OLHO NO BASTÃO

MENSAL	NCz\$ 70,29
SEMANAL	NCz\$ 16,40
DIÁRIA	NCz\$ 2,34
DOMINGOS E FERIADOS	NCz\$ 3,51

ROÇO DE MATO	TAREFA	PREÇO DO CUBO
MATO DE ESPANO	156 cubos	NCz\$ 0,01
MATO GROSSO OU PAUL	64 cubos	NCz\$ 0,04

ADUBAÇÃO POR FUNDAÇÃO	TAREFA	PREÇO DO CUBO
TERRENO PLANO	1092 cubos	NCz\$ 0,002
ACIDENTADO	936 cubos	NCz\$ 0,002

ADUBAÇÃO POR COBERTURA	TAREFA	PREÇO DO CUBO
TERRENO PLANO	1248 cubos	NCz\$ 0,002
ACIDENTADO	936 cubos	NCz\$ 0,002

Trabalhador invade Prefeitura de Sapé e consegue "frente"

Cerca de 300 trabalhadores rurais invadiram antontem pela manhã a Prefeitura Municipal de Sapé. A prefeita Fátima Feliciano decretou estado de calamidade pública e distribuiu cestas básicas com os agricultores, depois que eles ficaram no Clube Estrela, vizinho à sede da Prefeitura. Ontem, o deputado estadual Feliciano Filho (PMDB), esposo de Fátima, conseguiu do vice-governador Cícero Lucena a autorização para iniciar o alistamento de 1.000 pessoas em Sapé.

Segundo ele, a situação "é crítica" também na zona canavieira, por conta da antecipação do final da safra da cana-de-açúcar, provocada pelos efeitos da estiagem. A prefeita Fátima Feliciano afirmou que a única solução encontrada para contornar os problemas foi a distribuição de feiras. "Entendo que a distribuição é uma medida emergencial, mas que o problema só terá solução definitiva com a abertura de frentes de trabalho permanentes, até que a produção agrícola seja normalizada", disse. A prefeita fez o decreto de estado de calamidade e resolveu fechar a sede da Prefeitura Municipal, temendo novas invasões.

Além das 300 feiras distribuídas com os trabalhadores rurais, a prefeita liberou cestas básicas para os agricultores que invadiram a Assembleia Legislativa na última quarta-feira pela manhã. A Prefeitura gastou cerca de Cr\$ 80 milhões com a aquisição de feiras básicas. O deputado Feliciano Filho anunciou ainda que conseguiu a autorização do Governo do Estado para o alistamento de 200 agricultores no município de Mari e a mesma quantidade em Cajá.

A prefeita Fátima Feliciano manteve audiência com uma representação dos trabalhadores no seu gabinete. Eles decidiram desocupar as dependências da Prefeitura e formaram filas para receber as feiras, adquiridas com recursos próprios do município. O deputado disse que manterá entendimentos com o governador Ronaldo Cunha Lima, na tentativa de conseguir liberação de recursos, do repasse a ser feito pelo Governo Federal nos próximos dias, para alistar um maior número de agricultores nas frentes de trabalho. Sapé (distante 63 quilômetros de João Pessoa) fica localizado no Brejo, mas enfrenta também os efeitos da estiagem, agravados com a redução na safra da cana-de-açúcar.

Cut reúne sindicatos para evitar que novas vítimas surjam de conflitos rurais em Sapé

Ontem, às 15 horas, na sede da Cut-Central Única dos Trabalhadores reuniram-se representantes de várias entidades sindicais, como Sindicato dos Bancários, Diocese, Comissão Pastoral da Terra, entre outros, para discutir os encaminhamentos que serão tomados no sentido de evitar que mais vítimas possam surgir no meio rural de Sapé.

O presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sapé, João Antônio Alves — o João Lau — e o advogado do Sindicato Garibaldi Pessoa, poderão ser as próximas vítimas dos conflitos de terra na Paraíba. Com base nisso, essas entidades se reuniram em busca de soluções que os livrem de possíveis atentados e o primeiro passo será manter entendimentos com o Secretário de Segurança Pública Marcos Benjamin e membros da OAB para denunciar os atentados registrados até agora.

Desde a criação do Sindicato, em 11 de agosto de 1990, muitas lutas foram vencidas pelos trabalhadores rurais, graças a atuação do seu dirigente, João

Antônio Alves e outros membros. Em 15 de outubro do mesmo ano foi deflagrada a greve dos canavieiros que durou três dias e terminou às 4h da tarde do dia 19. Afim começaram os atentados à vida do presidente do sindicato.

Às 2 horas da manhã do dia 20 foram disparados quatro tiros de espingarda 12 na casa de João Lau e logo depois foram jogadas duas bombas de coquetel molotov. Os desconhecidos dirigiram-se para a casa de Garibaldi Pessoa com a mesma intenção. Tais ameaças, no entanto, não intimidaram à categoria, que continuou com suas lutas na defesa dos seus direitos.

Os trabalhadores da Usina Santa Helena voltaram a exigir o cumprimento dos seus direitos trabalhistas e o último atentado registrou-se no dia 27 de abril deste ano, quando arrombaram a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé e atearam fogo à camionete, utilizada no transporte dos trabalhadores, e também tentaram atrair membros da entidade para uma emboscada. Se-

gundo o presidente do Sindicato, João Lau este foi o reinício de novos atentados que tentam intimidar os trabalhadores.

A posição real dos trabalhadores é de temor, pois a Usina Santa Helena está arrendada a pessoas de Pernambuco que empregam cerca de dois mil trabalhadores. "Agora Carlos Ribeiro Coutinho quer vender a Usina a um Grupo do Rio Grande do Norte e um dos representantes desse grupo com o nome de Ermo procurou Garibaldi e lhe disse que nós tínhamos 45 dias para retirar as ações. Disse também que havia um boato que um de nós ia morrer", disse João Lau.

Para que a Usina possa ser vendida é preciso que as ações trabalhistas sejam resolvidas e na avaliação do presidente do sindicato elas chegam a 18 bilhões de cruzeiros. "Nós não vamos abrir mão dos direitos dos trabalhadores, mas também não queremos morrer. Ele informou que existem 400 ações contra a Usina Santa Helena e 350 entrarão em processo de julgamento em breve.

Mais violência

Denunciada ameaça de morte na Sta. Helena

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, João Alves, denunciou que está sofrendo ameaças de morte por parte do rendeiro da Usina Santa Helena, conhecido por Elmo, e do mandatário da Fazenda Bonfim, João Henrique Caminha de Sousa. Segundo João Alves, a primeira investida foi contra ele e seus familiares, quando atiraram na sua casa e a segunda ocorreu ontem por volta das 18 horas na entrada da Usina.

O advogado dos trabalhadores rurais, Garibaldi de Sousa Pessoa também está sendo ameaçado pelos capangas que andam abertamente armados de espingarda 12 e revólveres pela cidade de Sapé e no local de trabalho dos agricultores, denunciou João Alves, que veio pedir providências e o apoio da Central Única dos Trabalhadores.

João contou que em julho passado os capangas cortaram duas contus de lavoura de subsistência que compreende uma área de 100 metros quadrados sob o argumento de que precisa da área para plantar cana-de-açúcar. Toda cultura havia sido plantada pelos trabalhadores, seguindo inclusive a Lei de Sítio que assegura a todos os trabalhadores direito a uma área para plantação de agricultura de subsistência.

Os agricultores estão vivendo um clima de muita tensão. Na última terça-feira, João Alves denunciou que o mandatário da Fazenda Bonfim deu parte na Delegacia de Sapé

contra os trabalhadores porque eles replantaram toda a área devastada por ele para plantar cana. O agricultor, proprietário da terra, foi obrigado, segundo João, a fazer um acordo de venda com o João Henrique e Elmo pela compra no valor de 4 milhões e 500 mil cruzeiros.

Este acordo foi firmado em audiência na Junta Trabalhista em João Pessoa, só que de volta ao município de Sapé, os trabalhadores foram surpreendidos pelo mandatário João Henrique que atravessou com o seu carro na frente do cargo dos agricultores próximo a entrada da Usina Santa Helena, para onde os trabalhadores, iam deixar um agricultor. Segundo João Alves, João Henrique abordou os agricultores e declarou que eles não deviam entrar na Usina porque ia ser pior pra eles.

Os mandatários disseram que nunca mais eles entrassem lá. Eles distribuíram vários cabos de aço nas entradas da Usina para impedir a passagem, ameaçando e amedrontando assim cerca de 350 famílias que residem na área.

O presidente do STR/Sapé recorreu a CUT/PB, que já manteve contato com o Conselho de Justiça e Secretaria de Segurança Pública onde foram pedir se a segurança da área. Wilson Aragão ficou também de manter contato com o presidente do Tribunal de Justiça para garantir a lei e evitar mais um crime contra trabalhadores rurais no Estado.

CORREIO 5

Paraíba - Terça-Feira, 24 de Novembro de 1992

TENSÃO EM SAPÉ

Ameaça de morte leva Sindicato denunciar usineiros na Justiça

Sapé - A Assessoria Jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé está impetrando uma representação criminal contra os proprietários da antiga Usina Santa Helena, denominada Agromar, por ameaça de morte contra o motorista da entidade. O Sindicato pretende encaminhar ao secretário de Segurança Pública pedido de garantia de vida para as pessoas ameaçadas e abertura de um inquérito policial para apurar os fatos.

Semana passada representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estiveram reunidos com o presidente da CUT, Wilson Aragão, para denunciar a violência que vem acontecendo na região. Segundo Aragão, o município tem sido palco de sucessi-

vas atitudes de violência por parte da classe patronal, principalmente pelos proprietários da Usina Agromar, arrendada pelo latifundiário Elmo Teixeira de Carvalho.

O último atentado a sindicalistas e trabalhadores rurais aconteceu no dia 6 de novembro, quando o motorista Luiz Firmino encontrava-se em Engenho Novo, Cruz do Espírito Santo, para onde tinha conduzido os presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Cruz do Espírito Santo e de Sapé, que foram esclarecer aos agricultores sobre os preços do corte de cana.

Os sindicalistas estavam no campo conversando com os trabalhadores, quando Elmo Teixeira e vigias da Usina chegaram no local fortemente armados. Ao in-

vés de apresentar uma proposta que atendesse as reivindicações da categoria, o latifundiário ameaçou os representantes do sindicato e os canavieiros presentes no local. Ele, chegou a bater no rosto do motorista e ordenou que se retirassem do local. Elmo Teixeira e os "capangas" seguiram os sindicalistas até a sede do sindicato, onde voltou a ameaça-los, afirmando que "quem entrar na minha terra eu mato".

A violência contra os trabalhadores rurais datam desde o arrendamento da antiga Santa Helena por Elmo Teixeira, em 1990. Naquele mesmo ano, o presidente do Sindicato de Sapé, João Antônio Alves e o advogado, Garibaldi de Souza Pessoa sofreram um atentado.